

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, CAMPUS DE TOLEDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LILIANE MARQUARDT SALES

**OS EDITORIAIS DO JORNAL O PARANÁ:
ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DISCURSIVAS E A POLÍTICA PARTIDÁRIA**

**TOLEDO
2015**

LILIANE MARQUARDT SALES

**OS EDITORIAIS DO JORNAL O PARANÁ:
ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DISCURSIVAS E A POLÍTICA PARTIDÁRIA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais, área de concentração Fronteiras, Identidades e Políticas Públicas.
Linha de Pesquisa: Democracia e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Biasoli Alves

TOLEDO

2015

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

Sales, Liliane Marquardt

S163e Os editoriais do jornal O Paraná: análise sobre as relações discursivas e a política partidária / Liliane Marquardt Sales. –
Toledo, PR: [s. n.], 2015.
114 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Biasoli Alves
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertação 2. Itaipu Binacional 3. O Paraná (Jornal) 4. Análise do discurso - Aspectos políticos 5. Imprensa e política - Paraná 6. Comunicação de massa (Meios - Aspectos políticos) I. Alves, Gustavo Biasoli, orient. II. T

CDD 20. ed. 302.23

LILIANE MARQUARDT SALES

**OS EDITORIAIS DO JORNAL O PARANÁ:
ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DISCURSIVAS E A POLÍTICA PARTIDÁRIA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE,
como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dra. Roselene de Fátima Coito

Membro Efetivo – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Osmir Dombrowski

Membro Efetivo – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Biasoli Alves

Orientador – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 30 de setembro de 2015

*A meus pais, Clarise e Valdevino.
E a Cesar Andrey, razão do meu viver.*

“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser não somos o que iremos ser... mas Graças a Deus, não somos o que éramos”.

Martin Luther King

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela capacidade concedida para que este trabalho fosse realizado.

Ao meu Orientador, Gustavo Biasoli Alves, pela confiança, paciência, compreensão, apoio e, sobretudo, pelos ensinamentos, que foram simplesmente fundamentais nesta caminhada.

Ao meu filho, Cesar Andrey, que soube compreender todos os momentos em que me ausentei para desenvolver esta pesquisa.

Ao meu pai, Valdevino, que sempre me incentivou a estudar, exemplo de perseverança e honestidade. Apesar de pouca instrução, acumula um conhecimento político que foi basilar para minha formação.

A minha mãe, Clarise, pela dedicação, carinho e apoio incondicional, colaborando em todos os momentos desse processo.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná e ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, aos Mestres e colegas de turma, muito obrigada pelos ensinamentos e oportunidade.

A todos os mestres, que por minha vida acadêmica passaram, pelos seus ensinamentos fundamentais, os quais propiciaram o início e a conclusão deste trabalho.

Aos velhos e novos amigos, especialmente a Marielly Lautert, Rosiane Swiderski e Guto Mugai, muito obrigada pelo apoio e motivação.

E especialmente aos meus alunos, pois, sem eles, a palavra “Mestre” não teria sentido.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo refletir sobre as relações discursivas evidenciadas nos editoriais do jornal “O Paraná” e a política partidária. O corpus de estudo refere-se à leitura e à análise de dezenove editoriais que possuem enunciados referentes à Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, nos anos de 1979, 1984 e 2007. O estudo baseou-se no método Arqueológico defendido por Michael Foucault (2013), que possibilitou reconhecer as mais variadas condições de emergência e produção do discurso e os feixes de relação que contribuíram para a construção das relações discursivas partidárias favoráveis, ou não, ao Governo Federal nos anos supracitados. Para tanto, partiu-se do pressuposto de que os meios de comunicação de massa se configuram em oligopólios, uma vez que defendem interesses políticos e, por meio do editorial, propagam os discursos desses grupos. Assim, a notícia é concebida como um produto, cujo conteúdo enunciativo se direciona ao mercado. Tal conclusiva demandou de um olhar descritivo para os enunciados, a partir do qual se verificou que diversas marcas linguísticas corroboraram para manifestar a intencionalidade do discurso jornalístico e o posicionamento político. No ano de 1979, a empresa jornalística em estudo inclinou-se aos interesses progressistas do Governo Federal de que Itaipu Binacional fosse referência de desenvolvimento nacional, silenciando a Formação Discursiva em relação ao movimento de luta pela terra, que também permeava a sociedade naquela época. Em 1984, o país vivenciava a transição da ditadura para a democracia, e “O Paraná” explicita, em seus editoriais, os embates políticos desse período. Ao analisar os editoriais de 1984, verifica-se a aproximação da Formação Discursiva de oposição ao regime vigente, revelando uma dispersão em relação ao discurso de 1979. Contudo, em 1984, também se observaram momentos de regularidade, direcionando-o à Formação Discursiva ufanista proferida pelos militares. Já no ano de 2007, em plena democracia, o discurso apresenta uma regularidade quando seus editoriais se referem à Itaipu Binacional, como sinônimo de desenvolvimento. Ao analisar os enunciados, que têm como objeto discursivo a Usina, pode-se constatar que a regularidade do discurso foi determinada pelos feixes de relações no âmbito político que a empresa jornalística possuía nos períodos de produção dos editoriais estudados.

PALAVRAS-CHAVE: Itaipu Binacional, discurso, jornal O Paraná.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the discursive relations evidenced in newspaper editorials "Parana" with partisan politics. The study corpus refers to the reading and analysis of fifteen editorials have stated regarding the hydroelectric plant Itaipu Binacional in the years 1979, 1984 and 2007. The entire study was based on the archaeological method advocated by Michel Foucault (2013) which allowed recognize the most varied emergency conditions and production of speech and respect beams contributing to the construction of favorable partisan discursive relations, or not, the federal government above us. To this end, it started with the assumption that the mass media constitute in oligopolies because defend their interests through the editorial, which propagates the discourse of these groups. As noted in this context the news can be seen as a product and market-driven. In the description of statements, it appears that the various linguistic marks corroborate the newspaper's intention to manifest their political position. In 1979, the newspaper company inclined to the interests proposed by the Federal Government that Itaipu would be national development reference, silencing the Discourse Formation in relation to the movement of struggle for land, which permeated society at that time. It is observed that in 1984, the country experiencing the transition from dictatorship to democracy, and "Paraná" explicit, in its editorial, the political clashes of this period and, through discourse, approaching opposition from FD to the regime current, showing the dispersion of speech. However, at times, editorials express regularity in his speech, directing it to the vainglorious FD uttered by the military. Already in 2007, in full democracy, the discourse presents a regularly when his editorials refer to Itaipu Binacional, as a synonym for development. By analyzing the statements, which address the issues on the plant, it can be seen that the regularity of the speech was given by bundles of relations in the political sphere that the news organization had in production periods of the studied editorials.

KEYWORDS: Itaipu Binacional, speech, newspaper Paraná

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC Paulista	Região tradicionalmente industrial do estado de São Paulo
AD	Análise do Discurso
AM	<i>Amplitude Modulation</i> ou Modulação em Amplitude
ANDE	<i>Administración</i> Nacional de Eletrecidade
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CODEVEL	Companhia de Desenvolvimento de Cascavel
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras
FD	Formação Discursiva
FM	<i>Frequency Modulation</i> ou Modulação em Frequência
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MWh	Megawatt-hora
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PDS	Partido Democrático Social
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Progressista Social
PSB	Partido Social Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PR	Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido dos Trabalhadores do Brasil
PV	Partido Verde
SP	São Paulo

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 01 – Editorial de 21 de junho de 1979 – A transformação da Copel.
- Anexo 02 – Editorial de 26 de junho de 1979 – As tensões sociais no Campo.
- Anexo 03 – Editorial de 04 de setembro de 1979 – Um não à navegação fluvial.
- Anexo 04 – Editorial de 16 de setembro de 1979 – O drama dos municípios.
- Anexo 05 – Editorial de 13 de outubro de 1979 – Guaíra a espera de soluções.
- Anexo 06 – Editorial de 26 de setembro de 1984 – Um grande lago?
- Anexo 07 – Editorial de 27 de setembro de 1984 – Os cassinos em debate.
- Anexo 08 – Editorial de 24 de outubro de 1984 – O dia de Itaipu (1).
- Anexo 09 – Editorial de 25 de outubro de 1984 – Itaipu e os bilhões dos banqueiros.
- Anexo 10 – Editorial de 30 de outubro 1984 – O Dia de Itaipu (2).
- Anexo 11 – Editorial de 31 de outubro 1984 – O Dia de Itaipu (Final).
- Anexo 12 – Editorial de 04 de dezembro de 1984 – Soluções para Foz.
- Anexo 13 – Editorial de 12 de dezembro de 1984 – Itaipu é nosso mar.
- Anexo 14 – Editorial de 14 de dezembro de 1984 – Santa Helena faz a hora.
- Anexo 15 – Editorial de 25 de dezembro de 1984 – Um Natal para poucos.
- Anexo 16 – Editorial de 19 de janeiro de 2007 – Fortalecer os pequenos.
- Anexo 17 – Editorial de 13 de fevereiro de 2007 – Na ponta do lápis.
- Anexo 18 – Editorial de 22 de maio de 2007 – Dividir para multiplicar.
- Anexo 19 – Editorial de 23 de maio de 2007 – Verbo necessário

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O OBJETO DE DISCUSO NA HISTORIOGRAFIA: USINA HIDRELÉTRICA ITAIPU BINACIONAL	16
2.1 MICHAEL FOUCAULT E A FORMAÇÃO DOS OBJETOS DE DISCURSO	20
2.2 JORNAL “O PARANÁ” UM BREVE RECORDAR	22
2.3 ARQUITETANDO O REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE PESQUISA ..	32
3 O ANO 1979: EXPROPRIAÇÕES DAS TERRAS PARA A FORMAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU BINACIONAL	33
4 O ANO DE 1984: DE “DIRETAS JÁ” À INAUGURAÇÃO DE ITAIPU BINACIONAL	46
5 O ANO DE 2007: PERÍODO DEMOCRÁTICO NOS EDITORIAIS DO JORNAL O PARANÁ	75
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	89
ANEXOS	95

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se a analisar as relações discursivas identificadas em textos publicados no jornal “O Paraná”, considerando a política partidária na apresentação dos enunciados que tratam sobre a Itaipu Binacional¹, nos anos de 1979, 1984 e 2007. Acerca da escolha do jornal “O Paraná” como corpus de pesquisa, deve-se à persistência ao tempo do referido meio de comunicação, pois, em seus trinta e nove anos de atuação, apresenta uma relevância na formação da opinião pública da população do Oeste Paranaense. Nesse sentido, a preferência pela análise de editoriais² deve-se ao fato de que esse gênero jornalístico emite a opinião não apenas dos proprietários, mas também de um consenso no que se refere às relações comerciais e políticas com a empresa jornalística (MELO, 2003). Desse recorte temporal, podem-se vislumbrar etapas de transformações políticas, nas quais, em tese, o Discurso Jornalístico se modifica e se adapta aos novos paradigmas. Portanto, a realização desta pesquisa torna-se importante, pois, pode-se contemplar o que foi expresso sobre Itaipu Binacional, por um veículo de comunicação que está presente nesse cenário desde o ano de 1976.

Nas palavras de Daldegan (2012, p.11), “os veículos de comunicação são a fonte de informação sobre os mais diversos assuntos e, por meio desses meios, também, os cidadãos extraem os fatos para tecerem suas próprias opiniões.” Ademais, os estudos realizados mostram uma tendência a privilegiar os veículos de comunicação de massa de circulação nacional, e sobre o jornal “O Paraná” — um meio de comunicação local —, sobre o qual ainda não existem estudos no âmbito da Análise do Discurso.

A relevância do recorte temporal, selecionado para análise, refere-se à história

¹ O nome Itaipu, deriva do sentido dado pelos indígenas tupi-guarani, sobre o qual se recorda de que o atrito entre as rochas com a correnteza do Rio Paraná fazia um barulho constante, e isso levou os indígenas a denominar o local de “Pedra que canta”. Pois, seria edificada na região de Itaipu Alto, onde se localizava em essa ilha que estava quase toda submersa, pelo rio Paraná.

² Os editoriais utilizados para a elaboração de tal análise se encontram disponíveis no final desta dissertação.

da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional: 1979 (expropriação das terras para a formação do reservatório); 1984 (Inauguração das duas primeiras unidades geradoras); 2007 (conclusão da obra com a inauguração das duas últimas unidades geradoras).

É importante ressaltar que são três períodos políticos distintos: o primeiro representou um marco de transformação da atividade socioeconômica da região oeste, concebido na ditadura militar. O segundo remete à inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional — quando iniciou a operação das primeiras unidades geradoras —, atrelado à transição da ditadura para a democracia no Brasil. Por fim, 2007, ano em que as duas últimas unidades geradoras foram colocadas em funcionamento, momento em que vigorava o regime democrático, considerando-se que as instituições desse sistema estão solidificadas.

Como objeto de análise do discurso, escolheu-se a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, por representar um lugar de destaque na engenharia, bem como no cenário político e econômico brasileiro, além de ser referência em âmbito internacional para a construção de outras usinas hidrelétricas. Nesse contexto, o que dá existência ao objeto do discurso são as práticas discursivas. Como salienta Foucault (2013), os objetos não se relacionam a sua materialidade, precedente do discurso. Não obstante, segundo Voss (2011, p. 37), “são criações dos discursos, uma vez que só se dão pela existência de práticas discursivas que os recortam, os transformam e os deixam em suspenso”.

A base teórica, selecionada para este estudo, foi a Análise do Discurso (doravante AD). Na teoria Foucaultiana, o discurso só existe a partir de elementos significantes que foram mencionados (“coisas ditas”).

Desse modo,

[...] às coisas ditas, não se pergunta o que escondem [...] mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar. (FOUCAULT, 2013, 133).

No âmbito da ciência, o discurso é uma importante ferramenta de análise e,

conforme salienta Foucault (2013), a maneira como eles são estabelecidos em torno de saberes, de forma a influenciar a realidade e transformar esses saberes em outros. De acordo com autor, são três questionamentos que possibilitam ao analista iniciar o processo de reconhecimento dos elementos que envolvem o discurso. Para tal procedimento, buscou-se identificar: Quem fala? Para quem fala? E o se que fala sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional?

Nesse sentido, reforça-se a ideia de que os meios de comunicação de massa, além de determinar um posicionamento opinativo, desempenham um papel fundamental na indicação dos assuntos importantes do/no momento, o que pode influenciar a sociedade (McCOMBS e SHAW, 2009). Nesse contexto, a informação passa pela aceitação do mercado e, assim, o material jornalístico como resultado final (produto) é a soma de acordos de conveniência, com os quais o mercado prioriza determinados acontecimentos e opiniões (ARBEX, 2001, p.97).

Então, para esta análise, partiu-se da hipótese de que os meios de comunicação de massa podem ser influenciados por fatores internos (acordos entre proprietários e anunciantes) e também externos (o fato) na construção do discurso manifesto em seus editoriais, assim passam a ser vistos como “fatos fabricados” pelas empresas jornalísticas oligopolizadas, o que se pode tornar, cada vez mais, meras “mercadorias”, de modo a não atender ao interesse da população.

Frente ao exposto, os objetivos que norteiam este estudo são: Verificar se houve uma ruptura do discurso; Demonstrar as condições de produção do discurso; Analisar os fatores que determinaram a uma possível dispersão ou regularidade do discurso. A esses, foram agregados alguns questionamentos: Houve diferença no tratamento dos discursos nos editoriais sobre Itaipu Binacional, relacionados aos períodos políticos da Ditadura, Redemocratização e Democrático? As qualificações do objeto de discurso Itaipu Binacional foram os mesmos nos anos em questão ou se modificaram? Partindo de tais indagações, a essência da questão está em averiguar se o veículo de comunicação — jornal “O Paraná” — construiu o discurso de seus editoriais de forma diferenciada no que se refere aos enunciados que discorrem sobre a Itaipu Binacional.

Para realizar esta análise discursiva comparativa, parte-se do princípio de que

os diferentes momentos políticos delimitados (ditadura, transição para democracia e democrático) podem influenciar o dito, por meio das marcas linguísticas presentes nos editoriais. Nesse sentido, evidencia-se que os veículos de comunicação são uma significativa fonte de manifestação de opinião política. Em decorrência disso, o conteúdo expresso no editorial passa pela aceitação do mercado, e, assim, o material jornalístico, é o resultado final (produto) da soma de acordos de conveniência entre os grupos relacionados com o jornal que priorizam determinados acontecimentos e opiniões.

Para tratar do exposto, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização das análises e um recorte historiográfico sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional e sobre o jornal “O Paraná”. No segundo, estão dispostas as análises acerca dos editoriais publicados no ano de 1979. No capítulo seguinte, produzem-se as reflexões sobre as edições veiculadas no ano de 1984 e, em última instância, verificam-se as análises do período do ano de 2007.

2 O OBJETO DE DISCUSO NA HISTORIOGRAFIA: USINA HIDRELÉTRICA ITAIPU BINACIONAL

A Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, em 2007, foi eleita pela rede de televisão CNN como uma das Sete Maravilhas da Engenharia Moderna de Técnica e Design, visto que se trata de um símbolo de desenvolvimento nacional e regional. Conforme exposto no prefácio da obra Sória (2012), escrito por Jorge Miguel Samek – Diretor-Geral brasileiro da Itaipu Binacional –, essa hidrelétrica é vista como um projeto desenvolvimentista de produção energética, para fomento da expansão da atividade econômica, principalmente de cunho industrial, e, posteriormente, também se destacou nas atividades de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

De acordo com Pereira (1974), o deficit energético brasileiro acentuou-se com o êxodo rural, urbanização, crescimento demográfico e industrial. O autor ressalta ainda que a solução desse problema de produção energética esteve vinculada à exploração dos rios pertencentes à Bacia do Rio da Prata³, que nascem em território brasileiro e deságuam adiante de Buenos Aires, território argentino.

Em vinte seis de abril de 1973, foi assinado o Tratado de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, que legitimou a utilização em condomínio dos recursos hídricos do Rio Paraná⁴, incluindo a região de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu, o qual está integrado à Bacia do Rio da Prata. De acordo com Souza (2009), a construção de uma Usina Binacional é uma peça fundamental para as políticas de desenvolvimento nacional e internacional, as quais foram pautadas em um modelo capitalista e

³ A Bacia do Rio da Prata é formada por três sub-bacias hidrográficas: Bacia do Paraná, Bacia do Paraguai e Bacia do Uruguai, possuindo 3.000.000 km² de extensão, de grande potencial hidrelétrico, e as usinas — instaladas nessa Bacia — são responsáveis por 65% da energia consumida no Brasil. Além disso, perpassa cinco países, Argentina, Brasil Bolívia, Paraguai e Uruguai, de modo que os principais rios (Paraná, Paraguai e Uruguai) nascem em solo brasileiro.

⁴ Percorrendo três países sul-americanos, Brasil, Argentina e Paraguai, e com 2.570 km de extensão, o rio Paraná, segundo maior da América do Sul, tem sua nascente localizada na confluência entre os rios Paranaíba e rio Grande no limite entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul e, assim, torna-se divisa natural entre Brasil e Paraguai, seguindo em domínio argentino até desaguar no delta do Paraná e no rio da Prata.

desenvolvimentista de países industrializados, portanto, direcionado à inclusão e à expansão de atividades industriais.

Nesse cenário, estava em exercício os então chefes de Estado, o presidente brasileiro o General Emílio Garrastazu Médici e o presidente paraguaio Alfredo Stroessner. Esse período é ainda influenciado pela crise mundial do petróleo, que afetou todos os países que não eram autossuficientes em produção petrolífera, causando déficit energético generalizado.

Ao se referir à política brasileira, as ações visando ao crescimento econômico, denominadas de “Milagre Econômico”, tinham a pretensão de sanar os problemas financeiros do país, o qual vivenciava uma constante oscilação de recessão e aumento da inflação. Para tanto, foi traçado o II Plano Nacional de Desenvolvimento e Anti-inflacionário, o qual determinava a solução dos problemas energéticos com a substituição da gasolina pelo etanol; os investimentos em pesquisas no setor petroquímico; o desenvolvimento em programas de geração de energia nuclear; e a construção de usinas hidrelétricas.

Com isso, a edificação de uma Usina Hidrelétrica Binacional de grande envergadura materializou o discurso de “segurança e desenvolvimento”. Nessa conjuntura, tal modernização industrial, impulsionada por acordos políticos e militares, vislumbrava em sua construção um exemplo de progresso (SOUZA, 2009). Esse projeto envolveu Brasil e Paraguai, foi necessário o Tratado de Itaipu para instituir uma entidade binacional que preconiza em seu texto a igualdade de direitos e deveres, bem como a participação do capital investido pelas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e *Administración Nacional de Electricidad* (Ande), empresas estas que assumiram a construção da Usina Binacional. (SÓRIA, 2012).

No âmbito brasileiro, a região do Oeste do Paranaense se tornou o palco para atender à necessidade energética do país, na fronteira do Brasil com o Paraguai, entre as cidades de Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, antiga *Puerto Stroessner*. Então, em quinze de maio de 1974, foi efetuada a instalação do canteiro de obras e do canal de desvio do rio Paraná, para que fosse possível a edificação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, a qual seria denominada como a “maior usina do mundo”, com 196m de altura e 7.760m de largura. Os gastos com a construção da Usina Binacional que, na

época do projeto foram estimados em dez bilhões de dólares, passaram de vinte bilhões de dólares, correspondendo a aproximadamente 40% da dívida externa brasileira (RIBEIRO, 2002).

A água — represada para a formação do reservatório da Usina — possui 200 km² de extensão e 8 km² de largura, encobrendo 1000 km² de terras do lado brasileiro e 800 km² do lado paraguaio (MAZZAROLLO, 2003). Com as obras da barragem concluídas, em outubro de 1982, as comportas foram fechadas, e o reservatório (lago) de 1350 km² começou a ser formado, com uma previsão inicial de noventa dias para a conclusão. Entretanto, com as fortes chuvas que assolaram a região no período, este reservatório formou-se em quatorze dias apenas, atingindo diretamente oito municípios que tiveram parte de seu território inundado (Foz do Iguaçu teve 26,77% submerso, Guaíra 10,30%, Marechal Cândido Rondon 17,78%, Matelândia 0,45%, Medianeira 3,45%, São Miguel do Iguaçu 21,49%, Terra Roxa 0,22%) (MAZZAROLLO, 2003).

O Tratado de Itaipu também determinou que a Usina Binacional fosse gerenciada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, integrados por igual número de pessoas, de ambos os países. Ademais, esse tratado preconizou que a energia produzida fosse comercializada com exclusividade entre Paraguai e Brasil e a redistribuição do uso dos recursos hídricos efetuada pelo pagamento de *Royalties*⁵ (SÓRIA, 2012). Até 2012, a Itaipu Binacional já havia pagado US\$ oito bilhões de dólares pelo uso das águas do Rio Paraná, montante esse que é dividido igualmente entre Brasil e Paraguai (SÓRIA, 2012).

Como se verifica, esses recursos possuem significativa relevância na economia dos municípios atingidos pela formação do reservatório da Usina, os quais, em tese, são destinados a investimentos em vários setores sociais e de turismo, além de aplicados em políticas públicas associadas ao desenvolvimento socioeconômico das cidades, promovendo assim o crescimento do IDH (índice de desenvolvimento humano) da região Oestina (CASAGRANDE; SOUZA, 2012).

Para Sória (2012), o Tratado de Itaipu superou as divergências geopolíticas que

⁵ Royalties é a reparação ao estado e municípios atingidos pelo aproveitamento energético do rio Paraná.

existiam entre Brasil e Paraguai. Entretanto, esse documento ainda é passível de crítica. Pois, com a chegada de Fernando Lugo a presidência, em 2008, o Paraguai voltou a contestar e pressionar o governo do Brasil para revisar esse documento, exigindo que o valor pago pela energia tivesse um acréscimo. Frente às reivindicações, em 2011, o Senado Brasileiro aprovou Projeto de Lei, que aumenta em três vezes o montante pago pelo Brasil ao Paraguai pela cessão da energia (MASCARENHAS, 2011).

E, finalmente, em outubro de 1984, ocorreu efetivamente a inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, quando o seu segundo gerador entrou em atividade e a usina começou a comercializar energia. No entanto, somente no ano de 2007, foi ativado o último conjunto gerador. Hoje a obra se encontra concluída com vinte unidades geradoras, com uma produção de 700 megawatts (MWh) cada (ITAIPU, 2015, não paginado).

Destaca-se ainda que, em 1991, a Itaipu ultrapassou a produção Hidrelétrica de Guri/Venezuela que liderava o ranking de produção. Não obstante, em 2011 o primeiro lugar de produção foi da então inaugurada Usina de Três Gargantas/China, com um potencial de 2,4 mil MWh. Entretanto, no que se refere à geração de energia, Itaipu Binacional está entre uma das mais produtivas do mundo, assumindo a terceira posição no ranking mundial entre os países produtores de energia elétrica, o que inclui Canadá, China e Rússia (SORIA, 2012).

Após quarenta e um anos da efetivação do Tratado de Itaipu, essa obra, segundo Sória (2012), de grande envergadura, está solidificada, e constitui-se como elemento primordial para o desenvolvimento dos países envolvidos. Para defender essa tese, o autor apresenta dados quantitativos, os quais atualizados correspondem nesses trinta e um anos de operação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional a uma produção de 2,16 MWh.

Diante do exposto, seleciona-se a Itaipu Binacional como objeto de discurso, se materializada em enunciados construídos pelos diversos meios de comunicação. Para tratar dessa temática, passa-se na seção seguinte a explicitar o encaminhamento teórico-metodológico de estudo.

1.1 MICHAEL FOUCAULT E A FORMAÇÃO DOS OBJETOS DE DISCURSO

As práticas discursivas propulsionam a existência dos objetos do discurso, pois, para Foucault (2013), estes não se relacionam com sua materialidade. Para a Análise do Discurso no método arqueológico, faz-se necessário descobrir as regras de formação do objeto, que consiste em demarcar a superfície de emergência do objeto; descrever as instâncias de delimitação; e, por fim, descrever as grades de especificação.

Nessa conjuntura, a ação de demarcar a superfície de emergência (surgimento) é descrever em que contexto o referido objeto pode surgir e, em seguida, verificar como os conceitos e as teorias que o qualificam (VOSS, 2011). Nesse caso, ao demarcar a superfície de emergência da Itaipu Binacional como objeto do discurso, evidencia-se o local e a instituição que tem legitimidade para enunciar.

Frente ao exposto, a primeira superfície que determinou o surgimento dos enunciados sobre esse objeto (a Usina de Itaipu) foi o discurso governamental de ordem Federal. Como se observa, os discursos governamentais propagam-se pelos meios de comunicação de massa, os quais delimitam, caracterizam e especificam o objeto de discurso, bem como “Os lugares de referência para a existência do objeto, suas superfícies de emergência” (VOSS, 2011, p.69).

O segundo procedimento da análise discursiva, a partir dos princípios da Arqueologia do Saber, é o de descrever as instâncias de delimitação dos objetos, a qual consiste na reflexão de como os discursos governamentais sobre Itaipu Binacional são constituídos pelas instituições. Nesse sentido, os enunciados sobre a Usina passaram a ser propagados em outros enunciados, ou seja, adentrou no discurso jornalístico. Nesse caso, questiona-se: além do governo, quem tem o poder de difundir sobre esse objeto de discurso? Os Meios de comunicação, pesquisadores, agricultores, políticos entre outros.

Nesse sentido, o enunciado sobre a Hidrelétrica pode aparecer em vários discursos, em diversos lugares de enunciação. Cada um desses seguimentos profere um saber específico sobre Itaipu Binacional, fazendo com que o objeto adquira

diferentes perspectivas. A Hidrelétrica Binacional tem existência material óbvia, contudo ela só ganha significado no momento em que encontra seu lugar no discurso ou nos discursos. Cada seguimento irá dar significado, conforme dados interesses, ou seja, o feixe de relações (PINTO, 1989). A qualquer época histórica, o conhecimento sobre a Usina estará articulado discursivamente, de forma a não existir conhecimento antes do discurso (PINTO, 1989).

Por fim, o último procedimento consiste em descrever as grades de especificação, isto é, aquelas que nos possibilita classificar, associar, derivar, opor, separar, reagrupar os objetos. “Trata-se das propriedades que nos permitem estabelecer repartições entre um e outro objeto e também entre aquilo que distingue um mesmo objeto nas várias práticas que o discursivizam” (VOSS, 2011, p.38). Nesse sentido, o objeto de discurso supracitado foi associado pelo jornal “O Paraná” à geração de energia e ao desenvolvimento econômico do país. Contudo, cada grupo ou instituição enunciará discursos sobre Itaipu Binacional, associando o objeto e classificando-o, conforme seu feixe de relações e interesses.

Portanto, para determinar o objeto de discurso, faz-se necessário relacionar esses três procedimentos metodológicos, e o objeto somente pode emergir a partir dos feixes de relações, ou seja, o que propiciou a produção do enunciado e a materialização do discurso.

Sobre o objeto de discurso, as pessoas expressam de maneira diferente, possibilitando ao analista descrever parentescos, relações de semelhança, vizinhança, afastamento, diferença e transformação. Entretanto, “*não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época*” (FOUCAULT, 2013, p.54, grifo do autor). O objeto não está oculto, por conseguinte, não preexiste a si mesmo. Contudo, para tal objeto adquirir visibilidade no cenário social, será determinado pelas relações complexas e pelas condições históricas, ou seja, pelo feixe de relações.

Partindo desse pressuposto, restringe-se o indivíduo e o ambiente para propagar, pois necessitam de uma legitimidade. Para exemplificar, observa-se que um historiador não pode ter um discurso de médico. Assim, o discurso é legitimado pelo conhecimento, pois, a comunicação do profissional da área médica está pautada em um conhecimento secular, que é monopolizada por anos. Nesse prisma, os discursos

são pertencentes a determinadas instituições, ou campos de saberes.

A partir desse plano de diferenciação, na análise que segue, propõe-se encontrar a relação entre a delimitação da superfície do objeto, as instâncias que o delimitam e as grades de especificações. Pois, de acordo com Foucault (2013), essa relação possibilita classificar o objeto e descrever as relações discursivas em suas múltiplas instâncias.

Para concretizar esse procedimento teórico-metodológico, passa-se na seção seguinte, uma vez que discorre sobre o locus de materialidade dos enunciados que constroem sentidos sobre Itaipu Binacional.

1.2 JORNAL “O PARANÁ” UM BREVE RECORDAR

O jornal “O Paraná”, com sede na cidade de Cascavel/PR desde maio de 1976, é um dos mais antigos meios de comunicação de massa do oeste paranaense. Esse jornal possuiu uma rede de correspondentes em cidades como Foz do Iguaçu, Medianeira, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Curitiba, e os municípios menores dessa região são atendidos pelos representantes comerciais da empresa jornalística. Atualmente, “O Paraná” possui circulação diária com tiragem mensal de vinte cinco mil exemplares. (O PARANÁ, 2014). Aos dezesseis de maio de 1976, marco do primeiro exemplar desse jornal e, como sócio majoritário, Jacy Miguel Scanagata e Frederico Sefrim Filho – o primeiro, pré-candidato a prefeito pelo partido da Arena⁶; e o segundo, jornalista experiente que havia trabalhado em outros jornais da cidade. Nessa época, Scanagata já possuía inúmeros empreendimentos econômicos na região. No

⁶ Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um dos partidos políticos criados, em 1965, para sustentar politicamente o regime autoritário sendo um dos principais objetivos da Arena, o de terminar com o pluralismo político existente no Brasil no período da ditadura militar. A ARENA se diluiu no Partido Democrático Social (PDS) e, posteriormente, o PDS foi extinto e surgiu a Frente Liberal (PFL) que, atualmente, assume o nome de DEM, Partido Progressista Renovador (PPR), e depois para Partido Progressista Brasileiro (PPB), que hoje se chama Partido Progressista (PP). No período da ditadura, houve o bipartidarismo desencadeando, no Brasil, duas vertentes políticas, o que defendia as ideias da situação, a ARENA, e os que defendiam ideias de “oposição” consentida pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

cenário político, atuou nos cargos de vice-prefeito de Cascavel/PR de 1969 a 1972; e prefeito entre 1977 e 1982.

O jornal “O Paraná” foi concebido da mesma maneira que seus antecessores: com uma finalidade política. A publicação nasceu com o intuito de respaldar, em 1976, a campanha do então pré-candidato à Prefeitura de Cascavel pela Arena, o empresário Jacy Scanagatta.

Como muitas lideranças da cidade, Jacy Scanagata alimentava aspirações políticas [...] havia sido alertado pelo secretário de estado da Saúde, Arnaldo Busato, que um dos fatores do seu fracasso nas urnas devia-se à ausência de apoio de nenhum veículo de comunicação impresso na cidade. (JAWSNICKER, 2008, p.175).

Contudo, passada a efervescência do período de candidatura e processo eleitoral, somado ao êxito acerca do ingresso na esfera política, em 1980 reavalia-se a funcionalidade do jornal. Nesse contexto, o então proprietário Jacy Scanagatta, ao avaliar que a empresa jornalística não gerava o lucro desejado, pretendia vendê-la. No entanto, tinha receio de que “O Paraná” fosse adquirido por um grupo de oposição (JAWSNICKER, 2008). Nesse cenário, o jornal foi vendido a André Heitor Costi, herdeiro de uma das tradicionais famílias que colonizaram a cidade e tinha um cargo de confiança na administração das empresas do grupo Scanagatta. Vale observar que Costi, posteriormente na gestão de Jacy Scanagata na prefeitura de Cascavel/PR, assumiu um posto comissionado na Codevel (Companhia de Desenvolvimento de Cascavel).

Em 1980, esse veículo de comunicação se consolidou como um dos meios midiáticos impressos com maior relevância na região (MOREIRA, 2010). Inicia-se também o processo de “reorganização da estrutura do jornal o que incluía desvencilhar o veículo da imagem pública de Jacy Scanagata” (JAWSNICKER, 2008, p.179). Entretanto, devido à relação de amizade e gratidão, o jornal cobriu toda a campanha política ao cargo de deputado estadual do então candidato Jacy Scanagata (1987-1991), pleiteada pelo partido PFL. Esse fato contribuiu para o exercício de uma parcialidade opinativa na produção das matérias que compunham o jornal. Nas palavras de Jawsnicker (2008, p.180), “os leitores de 'O Paraná' não gostaram da

parcialidade escancarada.”

Por fim, no final de 2006, o Deputado Federal Alfredo Kaefer adquiriu o jornal “O Paraná”. Kaefer é membro do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e proprietário do grupo Diplomata — que nessa época era um grande conglomerado empresarial no setor do agronegócio de aviários, postos de gasolina, shopping-centers, financeiras, serviços energéticos e supermercados (MOREIRA, 2010).

São basicamente essas as condições histórico-ideológicas de produção dos editoriais que serão analisados nesse estudo. Portanto, recorda-se o exposto por Foucault (2013), o qual observa que o texto não é considerado em si mesmo, e sim com parte de uma instituição reconhecida que define para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, dadas as condições de exercício da função enunciativa. A relação com um lugar de enunciação permite identificar aquilo que esse mesmo autor definiu como Formação Discursiva (doravante FD):

Um feixe completo de relações que funcionam como regras: Prescreve o que deveria ter sido relacionado, em uma prática discursiva, para que esta se referira a tal ou qual objeto, para que ponha em jogo tal e qual enunciado, para que utilize tal ou qual conjunto para enunciado, para que organize tal ou qual estratégia. Definir sua individualidade singular, um sistema de formação e, portanto, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2013, p. 122-123).

Frente ao exposto, a empresa jornalística assume o posto de sujeito enunciador que determina a FD na qual está inserido, e isso não significa, entretanto, que cada FD possua apenas um lugar de enunciação. Dessa forma, os diferentes conjuntos de enunciados que se referem a uma mesma posição podem se disseminar por uma pluralidade de textos. Conforme explicita Pinto (1989, p.93), “a formação discursiva envolve as condições a partir das quais se expressam os temas, objetos, hipóteses entre outros, em um dado espaço discursivo”.

Os dados historiográficos referentes ao jornal “O Paraná” permitem identificar, respaldado no método arqueológico de análise do discurso proposto por Foucault, as seguintes questões: “Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões

para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular?” (FOUCAULT, 2013, p.56).

Nesse caso, a empresa jornalística, a exemplo das grandes geradoras de comunicação do país, também é ligada desde sua gênese a grupos de interesse econômico e político, formando assim um oligopólio regional. Portanto, “exercem um amplo domínio do setor, numa clara configuração de oligopólio. A concentração fortalece esses grupos politicamente e afeta diretamente a democracia no país” (BIONDI, 2008, p.7). Esse sistema de administração dos meios de comunicação de massa favorece as omissões de fatos, tratamento diferenciado para algumas situações, entre outros. Nessa conjuntura, tais elementos são utilizados como estrutura para a construção do discurso, para perpetuação do *status quo*.

O sujeito, para Foucault (2013), se refere ao indivíduo que pode usar um ato enunciativo, considerando o seu posto institucional ou competência técnica. Isto é, no contexto deste estudo, trata-se do jornal “O Paraná”. A disparidade de gêneros de uma FD contribui para determinar sua identidade. Nesse cenário, verifica-se a importância das condições de emergência do discurso produzido e a função de assumir a manutenção ou a transformação do discurso.

1.3 ARQUITETANDO O REFERENCIAL TEÓRICO

Os meios de comunicação de massa direcionam a atenção do público para um determinado assunto, enfatizando as reportagens que, para eles, têm mais relevância. Esta faz com que determinadas matérias se destaquem nos meios de comunicação em detrimento a outras, apesar de não mencionar alguns fatos. Nesse contexto, acredita-se que os meios de comunicação de massa determinam os temas/notícias sobre os quais recairá a atenção pública (McCOMBS; SHAW, 2009). E, também, influencia o interesse do público, bem como a opinião de uma sociedade.

Segundo Arbex (2001, p.103), os meios de comunicação de massa “diariamente produzem sua própria narrativa e a apresentam aos seus leitores, como se essa narrativa fosse a própria história do mundo”. Frente ao exposto, o autor complementa que os acontecimentos transformados em notícia são abordados como fatos independentes e completos. Contudo, vale destacar que, no Brasil, somente no

início do século XX, verifica-se um cenário em que os meios de comunicação de Massa começam a delinear sua estrutura empresarial, redefinindo a relação dos jornais com a política, os anunciantes e o leitor, dando origem a grande Imprensa (AZEVEDO, 2006).

Nas palavras de Arbex (2001), a notícia como produto final reflete essa relação, a qual se torna mais complexa após a década de oitenta. A complementar, salienta o autor:

A indústria da mídia não apenas se submeteu de forma cada vez mais intensa aos interesses de mercado mundial, no sentido estritamente econômico, como também aos jogos de poder que regulamentam esse próprio mercado. Assim como ela é parte dos eventos que noticia, também é parte do império oligopolizado da informação. (ARBEX 2001, p.99).

A compreensão dessa complexa relação — meio de comunicação de massa e política — perpassa o olhar para a natureza empresarial de cunho capitalista, ou seja, que visa aos lucros. Ela está arraigada em interesses comerciais e, também, políticos. Assim, a notícia, apesar da ideia de fonte de informação sobre uma realidade social, pode ser considerada um produto. Para Fonseca (2014), a notícia concebida como produto, revela uma relação de poder e, caracteriza-se num instrumento utilizado para influenciar grupos sociais. Nesse contexto, o autor ainda recorda que os fatos podem ser distorcidos e fabricados, no processo de produção da notícia. “Talvez a ideia de notícia como produto a venda pareça reducionista, mas não se considerarmos que o investimento na construção do discurso tem papel fundamental nesse aspecto” (OLIVEIRA, 2009, p. 01).

É nesse cenário em que os meios de comunicação de massa tornam-se objeto de pesquisa e assumem um papel primordial no cotidiano das pessoas. Sobre esse campo do saber, é importante refletir que uma infinidade de eventos simultâneos acontece no globo terrestre diariamente, contudo, os meios de comunicação produzem informação somente sobre um conjunto de acontecimentos, o qual é selecionado pelo seu valor midiático. O mundo se converte, então, em uma série de vivências abstratas, mediadas por conjuntos e mais conjuntos de discursos jornalísticos (ARBEX, 2001, p.

106).

Assim, deve-se questionar a funcionalidade dos meios de comunicação de massa, enquanto espaço de/para reprodução de discursos e/ou ambiente de (re)construção de discursos, modificados pelas especificidades jornalísticas (PINTO, 2013). Essa (re)construção se dá por meio de imposição de técnicas, ordens e forma de funcionamento, mesmo que se propaguem os princípios teóricos de verdade, objetividade e impessoalidade. O conceito de verdade implica a prática de investigação dos acontecimentos; enquanto o conceito de objetividade, teoricamente, implica a prática de conceder voz a múltiplos posicionamentos acerca de um dado fato (PINTO, 2013).

Com o binômio da verdade e da objetividade, ter-se-ia a neutralidade dos fatos, princípio defendido pelos meios de comunicação de massa. Contudo, Fonseca (2014) comenta que os meios de comunicação de massa não são imparciais, pois estão subordinados ao posicionamento dos proprietários e dos grupos com os quais a empresa jornalística mantém relações comerciais e políticas.

Nas palavras de Foucault (1999, p.10):

O discurso está longe de ser o elemento transparente ou neutro de se desarmar, e a política se pacificar, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo rapidamente sua ligação com o poder.

Esse autor entende que a articulação dos conjuntos de relações de poder tem como principal função regular a ordem do discurso por meio de uma organização. Esta, por sua vez, possibilita a disposição de determinados enunciados em detrimento de outros. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta e o poder pelo qual nós queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p.10).

Ainda na teoria Foucaultiana, o discurso só existe a partir de elementos significantes que foram expressos (“coisas ditas”). Portanto, que possibilitem a

observação e a leitura para reativação eventual daquilo que fora pronunciado ou escrito. Desse modo, cabe ao analista verificar e descrever o modo de existência das informações expressas, ou seja, o que significa a regularidade de um enunciado ou a sua retomada após um dado tempo, no entanto, não lhe cabe o exercício de tentar encontrar fatos escusos.

Nesse sentido, “à medida que se produz um discurso sobre qualquer acontecimento, gera-se um domínio, um poder sobre *o que é dito, como é dito, e também sobre aquilo que se opta em não dizer*” (TORRES, 2011, p.99). Portanto, no discurso, manifestam-se as relações históricas e as práticas sociais, e isso significa que analisá-lo possibilita explorar os enunciados e compreender as relações de poder que são construídas de modo não linear e histórico. Nesse contexto, Pinto (1989) recorda que os discursos são práticas sociais que se materializam na linguagem.

Foucault (2013) salienta que a maneira, como os discursos são estabelecidos em torno de saberes, influencia a realidade e transforma esses saberes em outros. Observa Balocco (2005, p.253) que o conceito de discurso foucaultiano difere dos linguistas, pois “discurso no quadro teórico do pensamento deste autor faz referência ao conjunto de regras e práticas que constroem uma versão da realidade a produzir em representações sobre certos objetos e conceitos num momento histórico específico”.

Na obra de Michel Foucault, alguns aspectos possibilitam entender a ligação entre as práticas discursivas e a construção e perpetuação da estrutura social (IÑIGUEZ, 2004). “Portanto, nos dias de hoje o que devemos destacar com relação à AD [Análise do Discurso], não é sua importância como método e sim o fato de que ela é uma perspectiva a partir da qual podemos analisar os processos sociais”. (IÑIGUEZ, 2004, p.53).

Na concepção de Foucault, o discurso perpassa a fala e os conjuntos de enunciados, tornando-se uma prática social cujas condições de produção podem definir como estão relacionadas ao contexto em que foram produzidas, ou seja, à FD. Acrescenta ainda o autor que a articulação de um discurso acontece nos conjuntos de relações, os quais têm como principal função regular a ordem do discurso por meio de uma organização – que possibilita a disposição de determinados enunciados em detrimento a outros. A complementar o conceito de prática social, retoma-se o exposto

por Iñiguez (2004, p.92), o qual salienta que “a partir de Foucault (2013), não se fala mais tanto de discurso e sim de práticas discursivas”.

Foucault (2013) entende que as práticas discursivas possuem regras anônimas, que se formam em um tempo específico, em um espaço delimitado e em comunidades e grupos singulares e concretos, ou seja, em um processo histórico. Esse mecanismo possibilita as condições para a formação de qualquer enunciação.

Vale observar que o conceito de enunciado, para Foucault (2013), remete a uma modalidade que necessita de todos os signos de uma língua, portanto, signo vai além da palavra e da frase (enquanto uma proposição no sentido linguístico). Trata-se de um acontecimento e das condições que o envolve, no qual uma série de signos começa a existir. Portanto, “qualquer série de signos, de figuras, de grafismos ou traços – não importa qual seja sua organização ou probabilidade – é suficiente para construir um enunciado” (FOUCAULT, 2013, p.102).

Em síntese, salienta-se que o enunciado não é uma unidade em si mesmo, mas uma unidade elementar do discurso – partícula mínima do discurso –, e não apresenta um critério estrutural e de unidade possível. Ademais, constata-se que o enunciado seja um signo ou conjunto de signos que façam com que apareçam as coisas que foram pronunciadas sobre um dado objeto-discurso, o qual está situado no tempo e no espaço.

Sob outra acepção, é preciso esclarecer que o enunciado é uma modalidade particular de existência de signos, visto que o discurso é composto pelo conjunto sequencial de enunciados. Sobre esses conceitos, a análise arqueológica do discurso tem início com uma leitura mais aprofundada do *corpus*, visando descrever a função enunciativa (a condição de existência do enunciado; as regras que o controlam; e o corpo em que se materializa).

Com essa análise, pode-se descrever a ordem do discurso, (o porquê da existência material da função enunciativa), ou seja, identificar “um sistema de relações entre objetos, tipos de enunciados, conceitos e estratégias” (GONÇALVES, 2009, p.06), tecendo o caminho da dispersão para a regularidade — entre enunciação, conceito e escolhas temáticas.

Define-se que uma FD é um conjunto de semelhanças que evidenciam um

objeto de discurso; cabendo ao analista mostrar como o objeto de discurso encontra o seu lugar e a sua lei de aparecimento; é poder mostrar que o objeto pode dar origem a outros objetos (que se excluem sem que o objeto tenha que modificar) (FOUCAULT, 2013).

Foucault (2013) observa que o texto não é considerado um todo, e sim uma parte de uma instituição reconhecida, que define para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, dadas as condições de exercício da função enunciativa. A relação com um lugar de enunciação permite identificar aquilo que esse mesmo autor definiu como FD:

Um feixe completo de relações que funcionam como regras: prescreve o que deveria ter sido relacionado, em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, que ponha em jogo tal e qual enunciado, para que utilize tal ou qual conjunto, de enunciado, para que organize tal ou qual estratégia. De forma mais precisa, definir sua singularidade em um sistema de formação; é, portanto, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2013, p. 122-123).

Além disso, deve ser analisado em um enunciado, não é o que foi expresso sem querer ou o que se quis dizer, mas sim “a posição que pode e deve ocupar qualquer indivíduo para ser sujeito” (FOUCAULT, 2013, p.160).

Frente a esse contexto, o sujeito assume o posto de enunciadador que determina a FD na qual está inserido; não significa, entretanto, que cada FD possua apenas um lugar de enunciação. Nesse sentido, os diferentes conjuntos de enunciados, que se referem a uma mesma posição, podem se disseminar por uma pluralidade de enunciados. O sujeito é aquele que pode usar um ato enunciativo, considerando o seu posto institucional ou competência técnica. Isto é, como objeto deste estudo, trata-se do jornal “O Paraná”. Como a disparidade de gêneros de uma FD contribui para determinar sua identidade, verifica-se a importância do contexto social no qual o discurso é produzido e a função que o discurso pode assumir na manutenção do *status quo* ou transformação social.

Todavia, o discurso é constituído a partir de outros recursos que adquiriram um sentido na sociedade. Portanto, considera-se que é possível haver uma ruptura, mas

esta faz parte de um esforço histórico e coletivo. A complementar,

Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente. (GREGOLIN, 2007, p.16).

Como recorda Foucault (2013), o discurso jornalístico não existe sem a instituição denominada Imprensa (meios de comunicação), e o discurso político não existe sem as instituições políticas. Perante tal afirmação, são as instituições que legitimam o discurso, portanto, ao analisar o objeto é preciso considerar essa característica da base teórico-metodológica e, para a análise dos enunciados que fazem referência à Itaipu Binacional, foi utilizado o método Arqueológico a fim de reconhecer, quem são os sujeitos falantes? E para quem esses sujeitos falam?

Nesse contexto, o reconhecimento de quem fala consiste em especificar que o jornal “O Paraná”, a exemplo das grandes empresas jornalísticas do país, também está ligado a grupos de interesse econômico e político da região oestina, formando assim um oligopólio regional e que tem importância significativa na esfera pública da região. Vale recorda-se o exposto por Habermas (2003, p. 92), o qual salienta que

[...] a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas. (HABERMAS, 2003, p. 92)

Partindo dessa perspectiva, passa-se a apresentação do procedimento teórico-metodológico que orientou as análises dos editoriais, levando-se em consideração que os enunciados selecionados manifestam opiniões, bem como os feixes de relação com o objeto de estudo.

1.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E DESCRIÇÃO DO *CORPUS* DE PESQUISA

Para a atividade da AD, é necessária a elaboração de três exercícios, que são eles operacionalização do *corpus*, diferenciação texto-discurso e distinção locutor-enunciador (IÑIGUEZ, 2004). Pois, nem todos os textos são discursos, mas, para identificá-los como tal, é preciso caracterizar-se como “enunciados que a partir de posições determinadas, inscritos em um contexto interdiscursivo específico e reveladores de condições históricas, sociais e intelectuais” (IÑIGUEZ, 2004 p.129). Esses exercícios foram aplicados nos textos do jornal “O Paraná” para seleção do *corpus*.

Como *corpus* de estudo, foram selecionados os editoriais do referido jornal, disponíveis para consulta na versão *online* e impressa – arquivados na Biblioteca Pública Sandálio dos Santos, em Cascavel/PR, desde sua primeira edição, em maio de 1976, até a última edição em agosto de 2015 – mês do término desta pesquisa. Já a versão digital pode ser encontrada no endereço eletrônico: <<http://oparana.com.br>>.

A análise arqueológica do discurso tem início com uma leitura mais aprofundada desse *corpus*, visando descrever a função enunciativa (a condição de existência do enunciado; as regras que o controlam; e o corpo em que se materializa). A complementar, vale observar que a escolha de editoriais como *corpus* da análise não foi aleatória: pois é nesse gênero jornalístico que se propagam discursos de determinados grupos sociais. A instituição jornalística manifesta a postura ideológica do proprietário, que detém o controle econômico do jornal. Contudo, Melo (2003) afirma que os editoriais expressam não apenas as opiniões dos proprietários nominais, como também o consenso das opiniões oriundas dos diversos grupos que participam da propriedade e da organização.

Dada a seleção do *corpus*, realizou-se a leitura de todas as edições correspondentes ao período delimitado (1979, 1984 e 2007), totalizando 782 exemplares do jornal. Nesse contingente, foram encontrados dezenove editoriais que continham o enunciado sobre Itaipu Binacional, que, após coleta, tabulados e transformados em variáveis, pelas quais se efetuaram as análises e resultados da pesquisa, descritos nas seções que seguem.

2 O ANO 1979: EXPROPRIAÇÕES DAS TERRAS PARA A FORMAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU BINACIONAL

A estrutura deste capítulo consiste, primeiramente, na abordagem do contexto histórico nacional, para, na sequência, destacar os principais aspectos que foram observados nos editoriais de 1979, fazendo-se assim a seleção dos enunciados que materializam o objetivo de discurso. Por fim, realiza-se a análise utilizando-se o método arqueológico do saber, proposto por Foucault (2013), visando a responder às seguintes questões: Qual(is) foram as condições de emergência do discurso (FD), os feixes de relações que a empresa jornalística mantém e ainda qual a relação discursiva entre o “O Paraná” e a política partidária manifestada em seus editoriais.

Esta etapa da pesquisa busca verificar as relações discursivas apresentadas em textos publicados no “O Paraná”, considerando a política partidária na apresentação dos enunciados que tratam sobre a Itaipu Binacional; analisar os fatores que determinaram a emergência ou produção do discurso sobre esse objeto; e, ainda, quais os sentidos que o jornal atribuiu à Usina. Para tanto, optou-se em analisar os editoriais produzidos no ano de 1979, durante o Regime Militar no Brasil.

Acerca dos documentos selecionados, pretenderam-se identificar as marcas linguísticas no tratamento dado pelo jornal ao enunciado e ao contexto histórico em que esses editoriais foram publicados. Nas palavras de Oliveira (2009, p.07), “O discurso jornalístico adquire legitimação social por meio das fontes, e é uma forma de respaldar sentidos propostos tanto pelo jornalista quanto pela empresa jornalística.”

Para tanto, apresentam-se informações contextuais de 1979. Nesse ano, o Brasil ainda estava sob a égide de um regime autoritário, que tinha como uma de suas premissas a coibição social e política. Nessa conjuntura, a imprensa passou por rígidos critérios de censura, além de possuir algumas atribuições que legitimavam esse regime político. Entre essas atribuições, destacam-se:

Legitimar, perante os formadores de opinião, o projeto de distensão; b) acompanhar o debate político e as reações da sociedade à política do governo; c) reverter as expectativas da classe média em relação à situação econômica, preparando a opinião pública para os tempos de

crise; d) abrir um canal de retorno, buscando verificar a opinião da sociedade civil, para ajudar as decisões políticas do governo; e) neutralizar as pressões dos órgãos de repressão e da burocracia militar contra a distensão, pois esses órgãos, estruturados para agir clandestinamente, tendiam a se tornar mais fortes quanto maior fosse a necessidade de manter o segredo e o controle da informação (DUARTE apud NAPOLITANO, 1998, p.55).

No fim da década de setenta, o país atravessava uma crise econômica com constante aumento da dívida externa, em decorrência da alta do preço do petróleo. Nessa conjuntura, foi traçado o II Plano Nacional de Desenvolvimento e anti-inflacionário, o qual preconizava entre outras ações a construção de usinas hidrelétricas (NAPOLITANO, 1998). Com isso, a edificação de uma usina hidrelétrica Binacional de grande envergadura materializou o discurso de “segurança e desenvolvimento”. Nesse contexto, a modernização industrial e desenvolvimento econômico foram impulsionados por acordos políticos e militares, os quais vislumbravam em sua construção um exemplo de progresso (SOUZA, 2009).

Não obstante, a classe média brasileira e o operariado estavam perdendo o poder aquisitivo que haviam adquirido no Milagre Econômico. Esse cenário de insatisfação — desencadeada pela recessão — resultou na eclosão de várias greves no ABC, “era uma resposta da sociedade à falência do modelo econômico desenvolvimentista e à perda do poder de compra dos salários, agravada por uma inflação que crescia em progressão geométrica” (NAPOLITANO, 1998, p.79).

Contudo, no âmbito político, o governo de João Batista Figueiredo prosseguia com o projeto de abertura política, iniciado por Geisel – seu antecessor –, mesmo contrariando a extrema elite, que não concordava com as concessões do governo à oposição, que ganhava força e espaço no cenário político desde o final do ano de 1978. (NAPOLITANO, 1998). Nessa conjuntura, em agosto de 1979, Figueiredo promulga a Lei da Anistia, lei que preconiza que todos os condenados por crimes políticos deveriam ser libertos e os exilados poderiam regressar ao Brasil. Assim, inúmeras lideranças políticas retornaram para o país, Leonel Brizola, Miguel Arraes, entre outros (NAPOLITANO, 1998).

Em âmbito regional, o oeste paranaense foi escolhido como palco para atender

à necessidade energética do país, precisamente na fronteira do Brasil com o Paraguai, entre as cidades de Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, antiga *Puerto Stroessner*. Segundo a historiografia (SÓRIA, 2012; RIBEIRO, 1992, MAZZAROLLO, 1980), ocorriam diversas transformações — territoriais, políticas e econômicas. Nessa mesma época, a Itaipu Binacional tentava solucionar o impasse desencadeado com os proprietários das terras que foram expropriadas para a formação do reservatório da Usina. Esses agricultores solicitavam um preço justo pelas suas terras, tornando o cenário ainda mais conturbado.

Essas são as condições de emergência do objeto de discurso e de produção dos editoriais analisados neste estudo. Ademais, é importante destacar que “a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam determinar aquilo que pode ser expresso em certo momento histórico” (GREGOLIN, 2007, p.17).

No ano de 1979, o jornal “O Paraná” pertencia ao grupo Scanagatta, ligado a vários segmentos econômicos, como transporte, hotelaria, comércio maquinário e insumos agrícolas, setor automobilístico e agronegócio. No âmbito político, Jacy Scanagatta, exerceu o cargo de vice-prefeito de Cascavel/PR, de 1969 a 1972; e como prefeito, entre 1977 a 1982, pelo partido ARENA.

Com relação às publicações do jornal “O Paraná”, no ano de 1979, produziram duzentos e noventa e quatro editoriais. Desse número, cinco apresentaram enunciados sobre “Itaipu Binacional”. De uma maneira geral, os editoriais desse ano referiam-se às questões relacionadas ao agronegócio, destacando temas como safra, seca, erosão, chuvas em excesso e a política nacional, entre outros. Outros textos foram dedicados ao novo presidente da república, João Batista Figueiredo, entre os quais sua imagem ressaltada de forma positiva, visto que Figueiredo e Scanagatta eram partidários da ARENA.

Pelos elementos descritos nos editoriais, verifica-se o direcionamento aos produtores rurais, sobretudo ao grande produtor. Observa-se que o jornal pertencia ao grupo Scanagatta, proprietário da empresa Camagril, que comercializava máquinas e insumos agrícolas. Nesse sentido, torna-se possível reconhecer quem fala. O sujeito falante pertencia a um grupo com interesses políticos e econômicos, sobretudo o

agronegócio. Além disso, fica clara a questão de para quem fala. Isso porque o editorial desse jornal devido às temáticas abordadas percebe-se a inclinação para o setor do agropecuário. Quanto ao item de onde fala, constata-se que, nesse caso, o discurso jornalístico não existe sem a instituição denominada Imprensa (meios de comunicação). Portanto, são as instituições que legitimam o discurso (FOUCAULT, 2013), no caso do jornal “O Paraná”.

Em uma leitura geral dos editoriais que contêm os enunciados referentes à Itaipu Binacional, verifica-se que o jornal revela as transformações que estavam ocorrendo na cidade de Guaíra/PR, as aspirações para a construção da hidrovía ligando o estado do Paraná a São Paulo, viabilizando o crescimento do setor agrícola, no que se refere ao transporte de grãos. Retrata ainda a dificuldade financeira que os municípios da região Oeste do Paraná estavam atravessando por conta da falta de investimentos oriundos do Governo Federal.

A partir de meados do mês de junho até outubro de 1979, a Itaipu Binacional se tornou o objeto de discurso. Ao analisar o período, retoma-se o exposto por Foucault (2013, p. 85): “*não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época*”. No entanto, para que este objeto ganhe visibilidade no cenário social, será determinado pelas relações complexas e pelas condições históricas, ou seja, pelo feixe de relações. Nesse caso, as relações históricas remetem às transformações que estavam ocorrendo no Oeste Paranaense, como a construção de Itaipu Binacional e o reflexo da crise energética.

O primeiro editorial a ser descrito foi publicado no dia vinte um de junho, intitulado “A transformação da Copel”. Esse editorial, de modo geral, está fazendo referência às transformações que iriam ocorrer na Copel, a qual passaria a exercer atividade no segmento de “empresa energética”. No que se refere à produção de energia, a Copel administraria a construção de mais três usinas hidrelétricas e tais dados podem ser confirmados pela leitura do editorial que segue:

Por outro lado, na área da energia elétrica **ainda teremos** seis **longos** anos pela frente para que nosso potencial energético passe ao **fornecimento** em maior escala com a entrada em operações, em 85, das usinas de Itaipu Foz do Iguaçu e Salto Santiago. Aí teremos 50 por

cento da energia em **demanda** para época, que será de 30 milhões de quilowatts [...] (O PARANÁ, 21/06/79, p.02).

Analisando-se a expressão “ainda teremos seis longos anos pela frente”, pode-se constatar a adesão do jornal ao grupo partidário e ainda a opinião manifesta sobre o tempo para mudança do quadro econômico, com aumento na demanda energética. Nesse sentido, a Itaipu Binacional está atrelada ao aumento da oferta de energia, principalmente para fomentar a indústria. A partir dessa FD, que na teoria foucaultiana é compreendida com um conjunto de enunciados aparecem subordinados a uma mesma dispersão ou regularidade configurados em uma, ciência, teoria, ideologia entre outros. Nesse prisma, percebe-se um forte argumento em defesa da efetivação da construção da obra. Assim, ocorre uma legitimação do discurso político (governamental) que era o de industrialização e de desenvolvimento.

Nesse caso, verifica-se que o editorial representava o posicionamento político do proprietário do jornal. O discurso publicado no “O Paraná” transita no limite entre o discurso jornalístico e o político. Prova disso, em seu editorial, é utilizado o verbo “teremos”, pois, essa seleção lexical faz compreender que o jornal assume o discurso político com a fundamentação de coletividade e representação de uma determinada FD.

Enquanto um aumento efetivo e sensível não chegar, os dias serão obscuros e ninguém pode aventar os acontecimentos paralelos que poderão advir se a medida mais drástica e inesperada acontecer, que é o racionamento. Isso fatalmente ocasionará menor tempo de **aproveitamento do horário de trabalho nas indústrias**, com medidas funestas que poderão acontecer como o desemprego. [...] (O PARANÁ, 21/06/79, p.02).

A marca linguística “aproveitamento do horário de trabalho nas indústrias” reforça a relação entre o discurso do jornal e a política, pois, no que se refere ao discurso governamental, a Itaipu Binacional é vista como um projeto desenvolvimentista de produção energética, para fomento da expansão da atividade econômica, principalmente, de cunho industrial (SÓRIA, 2012). Assim, não se esperava uma FD contrária ao discurso político apresentado na época da construção da Usina de Itaipu

Binacional, almejava-se, por outro lado, com a conclusão da obra que dobraria a geração de energia, conforme revela a formação discursiva “50% da energia em demanda”.

As marcas linguísticas revelam que o editor do jornal manifesta um pertencimento (posse): “**nosso** potencial energético passe ao fornecimento em maior escala”; e reproduz ainda o discurso político o qual está relacionando ao aumento da geração de energia atrelado ao progresso e ao desenvolvimento que a usina viria a proporcionar. Identifica-se que o editorial cria um sentido para a Itaipu Binacional como uma das soluções para diminuir a demanda de energia, relacionando a funcionalidade da Itaipu Binacional a outras usinas instaladas no estado Paraná.

O segundo editorial a ser descrito, publicado em vinte seis de junho, possui o título “As tensões sociais no campo”. O objeto de discurso está relacionado à FD que emerge a voz do movimento social denominado “Comissão Pastoral da Terra”. O movimento de luta pela terra surge em um contexto em que as propriedades estão sendo desapropriadas para a formação do reservatório de Itaipu Binacional. Acerca da desapropriação, Mazzarollo (1980) destaca que a Itaipu Binacional sonegava informações aos que recebiam as indenizações, e avaliava as propriedades com valores abaixo do mercado, não fornecendo documento oficial de avaliação do imóvel. Quando não aceitavam a proposta, os agricultores eram ameaçados com o argumento de que, se não recebessem o valor determinado, as terras seriam alagadas e a perda maior, pois demandaria por parte do agricultor custas judiciais, para receber o valor referente à propriedade. Esse cenário reforça a ideia de que o pagamento pelas terras era injusto e ressalta, ainda, as consequências sofridas pelos indivíduos que não foram desapropriados, quando estes vivenciaram a falência de seus comércios por falta de clientes, e pelas péssimas condições de vida devido à falta de infraestrutura.

A política adotada pela Usina deixa os agricultores inseguros em relações às negociações ligadas à venda de suas terras para Itaipu, pois não recebiam apoio de instituições ligadas ao governo nem a estrutura necessária para que adquirissem novas terras e conseguissem continuar suas vidas. Geralmente, o valor pago pelas terras estava abaixo do que era praticado no mercado. Nesse cenário de desamparo e enfraquecimento dos agricultores, as Igrejas tanto Católica como a Luterana uniram-se

em prol da causa. Então, a Comissão Pastoral da Terra teve um papel fundamental para que os desapropriados tivessem uma união e o seu discurso de oposição adquirisse voz nos jornais, somando-se ao que se esperava da CPT (MAZZAROLLO, 1980).

Em depoimento na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara de Deputados, em Brasília, José Francisco da Silva, Presidente da Confederação nacional dos Trabalhadores na Agricultura, **acusou** os órgãos estatais como Itaipu Binacional, Chesf, Codevasf, Dnocs, de **causar tensões** sociais em suas áreas de atuação. Para ele, **não basta** que Governo dê prioridade à agricultura. É **preciso** também que se estabeleça um apoio **fortalecido** às diversas categorias participante das atividades agrícolas do país, entre elas os trabalhadores rurais, empresários e fazendeiros. (O PARANÁ, 26/06/79, p.02).

Podem-se observar no trecho acima, primeiramente, as marcas linguísticas usadas pelo editor, as quais explicitam a defesa dos agricultores atingidos pela expropriação de terras. Ademais, constata-se a presença do interdiscurso⁷, que “a observação do interdiscurso nos permite remeter o dizer da faixa a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos” (ORLANDI, 2005, p.32). Nesse cenário percebe-se que a empresa jornalística não assume um posicionamento de crítica ao discurso político do Governo Federal.

O uso da expressão “causar” provoca um efeito de sentido muito próximo de que o órgão estatal foi o sujeito da ação. Nesse caso, da produção de tensões sociais, aos municípios que foram diretamente atingidos pela desapropriação de terras, pois essas cidades atingidas perderam estradas e terras produtivas, prédios públicos, entre outros e, devido a esse fato, afetou aproximadamente quarenta mil pessoas, de modo a dismantelar os centros comunitários. Para Ribeiro (2002), isso causou uma desorganização social, além da falta de infraestrutura causada pela desapropriação, afetou também o comércio local visto que proprietários de farmácias, mercados,

⁷ O interdiscurso é algo que fala antes que, surge de um lugar independente, e o que se pode chamar de memória discursiva é algo que já foi dito e que causa efeito no que esta sendo dito.

escolas, lojas e postos de combustíveis, entre outro estabelecimento foram atingidos. Assim, interferiu diretamente no cotidiano das pessoas que não tiveram suas propriedades afetadas de modo direto.

Nesse caso, a expressão causar tensões não é uma opinião que coaduna com a do jornal, pois, no enunciado analisado, observa-se o uso de uma estratégia argumentativa que é o discurso de autoridade, ou seja, o que foi expresso é de responsabilidade de outro, do representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva. Assim, o jornal dá voz à outra FD, mas não se observam marcas linguísticas que revelam um posicionamento favorável, quando comparada à primeira.

A FD do movimento apresenta outros qualificadores ainda plausíveis de análise, que são evidenciados pelo uso das seguintes marcas: “Acusou”, “causar”. Nesse sentido, verifica-se que o objeto do discurso provoca consequências na sociedade, bem como revela as divergentes opiniões.

No terceiro editorial, publicado em 04/09/1979, intitulado “um não à navegação fluvial”, o objeto de discurso está relacionado a outros projetos desenvolvimentistas de governo, ou seja, ao uso do rio para estruturação e funcionamento de um canal fluvial de transporte. Nesse editorial, algumas marcas linguísticas se sobressaem no campo da significação. O jornal faz uso do adjetivo “grande” para se referir à hidrovia, de modo a remeter à ideia de defesa da importância de um canal fluvial para aperfeiçoar e melhorar o transporte de grãos, favorecendo o crescimento econômico. Para ilustrar, cita-se o substantivo “cercanias”, utilizado pelo jornal a fim de relacionar esse desenvolvimento econômico à construção da Itaipu Binacional, que possibilitaria um favorecimento no processo de ligar o estado do Paraná com o estado de São Paulo, por meio de uma hidrovia. Isso pode ser observado no texto abaixo.

Não nos esqueçamos de que a carreira de economista de sr. Delfim Netto se iniciou justamente na antiga Comissão Interestadual da Bacia do Paraná - Uruguai – CIBPU -, entidade pioneira de planejamento integrado e de estudos de viabilidade econômica, na qual se desenvolvem sob a orientação pessoal de S. Exa., os estudos que acabaram por transformar Tietê e Paraná na primeira **grande** hidrovia com 1.550 quilômetros, ligando Anhembi, no Estado de São Paulo, a

Guaíra, nas **cercanias** da hidrelétrica de Itaipu. (O PARANÁ, 04/09/1979, p. 02).

Com a crise do petróleo, que ainda surtia efeitos no contexto econômico nacional, o governo desenvolvia projetos para diminuir o uso de combustíveis derivados do petróleo. Uma das alternativas para tal problemática foi encontrar novas fontes de energia e otimizar os transportes de cargas. Nessa conjuntura, surgiu a alternativa de construir um sistema econômico fluvial, visando economizar combustível e usar, preferencialmente, um recurso alternativo, oriundo das usinas hidrelétricas. Nessa circunstância, os carregamentos destinados a longas distâncias sofreriam redução em seu custo. Outro fator favorável à hidrovia seria o escoamento da safra agrícola que se dá numa projeção de crescimento na quantidade de grãos transportados, de modo a interligar o estado do Paraná a São Paulo.

Uma vez que este centralizava as grandes fábricas, a hidrovia facilitaria o comércio entre os dois estados, tanto de grãos, como de artigos industrializados. Contudo, ao analisar esse enunciado, verifica-se um objeto de discurso aparentemente descontextualizado, mas, como se observa, o editor relaciona Itaipu à Hidrovia. Como preconiza Gregolin (2007, p.22), “nunca se diz nada por dizer, porque o simples fato de dizer já insere o dito no fluxo da história e dos poderes”.

Portanto, ao interligar o crescimento econômico da região à Itaipu Binacional, seguido da marca argumentativa “não nos esqueçamos”, dá-se o sentido de manutenção da memória de que a usina, naquele momento, era destaque temático ao se referir ao desenvolvimento na região Oeste do Paraná. Ainda não se pode ignorar a ideia de que há uma nova visão do estado, visto que as características atribuídas a ele consistem em um suporte convidativo para egresso de novos habitantes e, por conseguinte, um projeto de crescimento demográfico da região.

O próximo material analisado, intitulado “O Drama dos Municípios”, publicado em 16/09/1979, versa sobre a pauta do encontro entre os prefeitos municipais da região Oeste com a finalidade de tentar solucionar os problemas de ordem econômica, visto que enfrentavam problemas com a falta de repasse de verbas do Governo Federal.

Em pronunciamento na Assembleia Legislativa, ao reivindicar das Prefeituras

Municipais juro subsidiado na aquisição de maquinário, o deputado Luis Alberto Martins de Oliveira (Arena-Sudoeste) afirmou em sua justificativa: “Um dos grandes problemas do atual modelo de desenvolvimento brasileiro é a concentração de recursos nas mãos dos órgãos federais, em detrimento, principalmente, dos Municípios”. E prosseguiu o parlamentar: “Tal situação é tão grave que **homens dos dois Partidos estão unidos** e pleiteiam uma emenda Constitucional que possa reformular a atual sistemática tributária nacional”.

Foi esta, aliás, a tônica do 2º Encontro de Prefeitos que terminou ontem em Foz do Iguaçu com a visita dos Prefeitos Municipais as obras da **Usina Hidrelétrica de Itaipu, após** a aprovação “Carta de Foz do Iguaçu”, importante documento que reúne as reivindicações dos municipalistas para **evitar o caos da República**. (O PARANÁ, 16/09/79, p.02).

Os Prefeitos Municipais presentes em Foz estavam efetivamente preocupados com as dificuldades enfrentadas e com as pressões que alguns deles começam a sofrer das Câmaras municipais, pois os vereadores, a exemplos dos Prefeitos, representam facções de opiniões públicas, preocupadas com a situação dos municípios [...]. O roteiro traçado pelos Prefeitos busca uma Reforma Tributária efetiva que tire um pouco do Governo Federal, que enfeixa todos os recursos, e ofereça um pouco mais aos Estados e Municípios. [...] **Há alguma coisa errada no Reino da Dinamarca**. [...] (O PARANÁ, 16/09/79, p.02).

Nesse trecho, fica claro o discurso político. Conforme lembrado por Melo (2013), os editoriais expressam não apenas as opiniões dos proprietários nominais, como também o consenso das opiniões dos diversos grupos que participam da propriedade e da organização da empresa jornalística. Nesse caso, deve-se salientar também que o jornal “O Paraná” pertence ao prefeito de Cascavel/PR. Esses fatos reforçam a presença de uma FD político-partidária, pois a expressão “homens dos dois partidos estão unidos” remete à união dos dois partidos políticos MDB e Arena em prol de questões relacionadas à saúde financeira dos municípios (equilíbrio nas contas, questão tributária, investimentos, entre outros).

O trecho “Há alguma coisa errada no reino da Dinamarca” define claramente

um aspecto negativo no que se refere aos investimentos destinados aos municípios e aos estados da União. Contudo, o editor utiliza-se de uma metáfora para demonstrar tal questão ao leitor.

Apesar da crítica, a forma de distribuição dos recursos, bem como do controle destes, deve-se observar que a formação discursiva manifestada nesse editorial ainda não contrasta o discurso político, pelo contrário, ele reforça essa formação discursiva a partir de marcas linguísticas que revelam uma preocupação com a manutenção da ordem econômica e, portanto, política, principalmente ao observar as expressões: “dois Partidos estão unidos”; “evitar o caos da República”; “a classe política **é obrigada** a enfrentar”. A expressão “caos na República” relaciona-se, no decorrer do texto, com a crise que atinge os municípios do Paraná, que, segundo ele, não há verbas para cumprir seus compromissos financeiros.

Essas palavras remetem a uma condição, seguida de uma ação e que revela uma significativa opinião acerca do objeto Usina Hidrelétrica de Itaipu, pois esta é símbolo da captação de recursos dos órgãos federais e que, para o momento em questão, parece que os gastos provocam a estagnação de outros segmentos também considerados importantes pelos munícipes, tendo vista as “pressões que alguns deles começam a sofrer das Câmaras municipais”.

Como se observa, em tal editorial, prefeitos, reunidos em Foz do Iguaçu, tentavam chegar a uma resolução diante dos escassos recursos já que, segundo o deputado Luis Alberto Martins, a maioria se concentra nas mãos dos órgãos federais. Nesse contexto, é verificado um equívoco o envolvimento da Usina Hidrelétrica de Itaipu, não apenas o local de encontro dos prefeitos, mas também a própria menção no editorial. Isso se justifica como uma forma de serem atendidas suas reivindicações, pois essa usina tinha uma representatividade econômica no cenário nacional. Além desse artifício, a presença, nesse texto, de advérbio, enfatizado em inúmeros parágrafos, com a intenção de denotar, sobretudo, uma circunstância e isso se relaciona com a situação momentânea pela qual os municípios estavam atravessando. Tal afirmação pode ser corroborada com os fragmentos: “Prefeitos efetivamente preocupados com as dificuldades enfrentadas” e “preocupados com a situação dos municípios”. Além desse recurso linguístico, o adjetivo se destaca sob o mesmo objetivo e alguns de maneira

redundante como “preocupados, grave, pior, enfrentadas”.

O último editorial a ser descrito no ano de 1979, “Guaíra, a espera de soluções” foi publicado no dia treze de outubro. Nesse documento, a Itaipu Binacional está relacionada com esse o município.

O município de Guaíra se prepara para as **mudanças** que sofrerá com o lago de Itaipu e sua população **já está** consciente de que as grandes atrações turísticas – 7 Quedas – terão que ser substituídas para que o **pequeno** esquema turístico do município que existe no momento **não seja** afetado com maior **profundidade**. (O PARANÁ, 13/10/79, p.02).

Esse editorial ressalta algumas alternativas que esta cidade teria para “superar a falta das Sete Quedas”. Nesse sentido, o editor utiliza o adjetivo “**pequeno**” para se referir ao sistema turístico que foi desenvolvido em Guaíra em decorrência da atração turística Sete Quedas. Com essa marca linguística, o editor desqualifica o esquema turístico. Mas, chama a atenção para o porto fluvial, outro objeto atrelado à Usina. Para esse momento, faz-se uso do adjetivo grande, o qual significa os inúmeros benefícios que o porto fluvial poderia proporcionar ao município como desenvolvimento do setor de transporte de grãos e, conseqüentemente, economia de combustíveis. Nesse documento, percebe-se uma FD em defesa do agronegócio e que se distancia daquela FD dos movimentos sociais. Aqui fica marcado a FD predominante (grupo que defende).

A utilização dos adjetivos, como marcas linguísticas, provoca uma escala de prioridade e de impacto econômico. Nesse sentido, verifica-se um esforço do editor para tentar amenizar o desaparecimento das Sete Quedas e as conseqüências desse fato para o município de Guaíra e região. Ao usar a expressão “Na verdade um dos passos que consideramos”, revela a relação com a política, bem como o posicionamento e identificação com uma FD do Governo Federal, o qual visa à geração de energia em prol do desenvolvimento da indústria nacional.

Constata-se, pela análise desse editorial, uma previsão para a cidade de Guaíra, uma vez que o sentido produzido acerca da construção de Itaipu Binacional é de significativa importância, considerando a grande magnitude da obra para a região.

Enquanto a expressão “sofrerá” contribui para construir o sentido sobre tal impacto na cidade de Guaíra, a perda das Sete Quedas parece ser um mal necessário para efetivação de uma obra de maior envergadura, ou seja, a Usina de Itaipu. Parece ainda haver uma tentativa de minimizar tal impacto, quando se agrega a esse cenário outro objeto de discurso: um porto fluvial com grande movimento. Sobre o porto, projeta-se um ideário de que este “poderia evitar o passeio que o trigo está fazendo”. Assim, propõe-se uma ideia hipotética acerca de tal ação ocorrer.

A partir das marcas linguísticas utilizadas como subsídios para a análise, compreende-se que o grupo que gerencia o jornal nesse período histórico (1979) construiu um discurso calcado na FD do governo, explicitando interesses políticos e partidários. Outro ponto relevante é que o jornal construiu um discurso de apoio e legitimação para a construção da Usina e, conseqüentemente, a FD do sistema político em vigor, o jornal não foi contrário nem neutro; por vezes, defendeu o sistema que vigorava.

Ao analisar todos os editoriais produzidos em 1979, verificam-se os sentidos atrelados ao objeto de discurso, manifestando a predominância da ideia de grandiosidade da obra e do seu potencial para produção energética, portanto, com reflexos na economia do país. Contudo, há enunciados que evidenciam o que se considera como conseqüências para a concretização da obra, propagando assim o discurso dos movimentos, mesmo que de forma sucinta.

As questões apresentadas nesse capítulo podem ser percebidas nas frases destacadas abaixo, as quais por meio das marcas linguísticas relacionadas diretamente a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, fazendo uso de adjetivos ou tempos verbais, para atribuir sentido ao objeto analisado nesse estudo.

Adjetivos:

“primeira **grande** hidrovia [...] nas cercanias da hidrelétrica de Itaipu”

Verbos:

“Itaipu [...] de **causar** tensões sociais em suas áreas de atuação.”

“potencial energético **passe** ao fortalecimento em maior escala”

“Guaíra se prepara para mudanças que **sofrerá** com o lago de Itaipu”

Essa pesquisa possibilita observar os feixes de relações que propiciaram a emergência do discurso sobre Itaipu Binacional. Esses feixes começam a se delinear com os grandes proprietários rurais, pois o jornal toma partido de determinados seguimentos econômicos, visando, por meio da construção do discurso, defender interesses. Vale observar que, em vários trechos dos editoriais analisados, o jornal cobra soluções para os impasses dos transportes de grãos, ou ainda, quando se refere aos investimentos nos municípios da região.

3 O ANO DE 1984: DE “DIRETAS JÁ” À INAUGURAÇÃO DE ITAIPU BINACIONAL

Este capítulo está estruturado em três momentos. No primeiro, é exposto o contexto histórico nacional, pois, segundo Iñiguez (2003, p.147), “todo enunciado, colocado em um discurso, por parte de um sujeito, é histórico e historicamente está condicionado”. Ademais, são abordados os principais aspectos que foram destacados pelos editoriais no ano de 1984. Verifica-se ainda a análise arqueológica dos editoriais que possuem os enunciados referente a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, buscando responder aos seguintes questionamentos; Qual(is) foram as condições de emergência do discurso (FD), os feixes de relações que a empresa jornalística mantém e ainda qual a relação discursiva entre o “O Paraná” e a política partidária manifestada em seus editoriais.

O ano de 1984 ficou marcado nos anais da história pela transição política da ditadura militar para a Democracia. Um dos momentos significativos do processo de transição ocorreu em 1983, a campanha “Diretas Já”— articulada por políticos e movimentos sociais, em prol da aprovação da Emenda Parlamentar —, elaborada pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB), que preconizava a volta das eleições diretas para presidente da república, na eleição prevista para janeiro de 1985.

“O caráter de massas da campanha, com participação de milhões

de pessoas nos comícios e manifestações, mobilizou diversos setores sociais ainda ausentes na disputa política, extraindo as massas populares, principalmente urbanas, para uma posição anticesarista explícita. Ou seja, uma nova situação política que visava decompor progressivamente a base social e política do governo, dificultando qualquer perspectiva de manutenção do cesarismo militar na sucessão de Figueiredo.” (MACIEL, 2004, p.299).

“Diretas Já”, historicamente, consagrada com o comício que reuniu aproximadamente um milhão e setecentas mil pessoas, realizado, no Anhangabaú São Paulo. A ação da população brasileira foi uma forma de manifestar o descontentamento com a conjuntura econômica, a qual registrava aumento excessivo da dívida externa, da inflação, juros astronômicos e alta taxa de desemprego. Assim, de modo a reverter o quadro social, os manifestantes reivindicavam a aprovação da Emenda Dante de Oliveira (APOLINÁRIO, 2007). Para o momento, tal aprovação possibilitaria que os representantes do Executivo fossem nomeados a partir de eleição direta, ou seja, pelo voto do povo, fato que não ocorria desde 1961, quando o Golpe Militar de 1964 derrubou os princípios constitucionais que empoderava a população brasileira a eleger o representante de Estado.

Contudo, políticos do PMDB, aliados aos governadores Tancredo Neves (MG) e Franco Montoro (SP), se afastaram do movimento “Diretas Já”, pois lideranças políticas ligadas a Ditadura Militar sinalizaram um possível apoio à candidatura à presidente da república de Tancredo Neves. Esse apoio, por parte dos militares, tinha por objetivo findar a campanha “Diretas Já” (NAPOLITANO, 1998).

A complementar,

Em declarações à imprensa na época, Tancredo e Montoro anunciaram que não iriam mais participar dos comícios pró-diretas. No caso Montoro, a despeito da discordância de sua acessória mais próxima, as bases do PMDB conseguiram que ele voltasse atrás em sua decisão. De qualquer forma, ficava claro que as mesmas forças políticas que haviam lançado a campanha estavam agora receosas de suas consequências. Um dos temores da oposição liberal era de que a campanha de rua dificultasse a saída negociada dos militares do poder. (NAPOLITANO, 1998, p.97)

Nessa conjuntura, em 25 de abril de 1984, Paulo Maluf (PDS) liderou um grupo de deputados e impediu que a Emenda Dante de Oliveira fosse aprovada por falta de quórum no Congresso Nacional (NAPOLITANO, 1998). Ainda nas palavras de Napolitano (1998, p. 126) “mais do que a Emenda Dante de Oliveira, a maioria dos brasileiros foi derrotada”. Nessa atmosfera de frustração política, as negociações para a transição da Ditadura para a Democracia continuaram, no entanto, nos bastidores do campo político.

Essa disputa político-partidária, que marca os últimos cinco anos da Ditadura Militar no Brasil, é historicizada nos editoriais de 1984, publicados pelo jornal “O Paraná”, e manifestam uma relação do discurso jornalístico com o discurso político, bem como estão relacionadas ao objeto de discurso (Itaipu Binacional). Para maior compreensão dessa relação e atividade analítica do método arqueológico proposto por Foucault (2013), realiza-se uma contextualização do referido jornal, a partir de 1980.

Nesse período, “O Paraná” havia sido vendido a André Heitor Costi. Que de acordo com Moreira (2010), na década de 1980, “O Paraná” se consolidou como um dos meios midiáticos escritos com maior relevância na região.

A partir desse contexto sócio-histórico, foram evidenciadas as condições de produção ou de emergência dos enunciados escritos pelo jornal “O Paraná”, ou seja, a notoriedade do jornal, enquanto principal veículo impresso de comunicação da região oeste. Sobre o exposto, cita-se a voz de Foucault (2013) para recordar que o enunciado é o que menos tem importância, o que importa são os acontecimentos materializados através da linguagem por meio dos enunciados.

Acerca de tal cenário sócio-histórico, de maneira geral, os editoriais do ano de 1984, ligados ao movimento “Diretas Já”, relatam a expectativa da sociedade, além da frustração quando a emenda Dante de Oliveira não foi aprovada. As demais edições faziam menção à sucessão presidencial, destacando a disputa política entre o PDS e PMDB, crítica ao governo militar e ao ministro Delfim Neto, crise econômica, desemprego, alta inflacionária, agricultura, juros altos e baixo crescimento do país.

Outra característica dos editoriais publicados em 1984 é o espaço concedido para políticos assinarem editoriais, com pauta voltada para a política nacional e estadual. Assim como Melo (2003), Biar (2008) também salienta que os editoriais

possuem muita importância social, pois expressão as opiniões institucionais ou dos grupos ligados a ele. Pois, “o discurso ocorre nas práticas sociais no ritmo dos acontecimentos que constituem o dito de uma época histórica” (VOSS, 2011, p.26).

Para seleção do *corpus* de análise, realizou-se a leitura dos duzentos e noventa e três editoriais publicados em 1984, pelo jornal “O Paraná”, e verificou-se que dez apresentavam enunciados que abordavam o objeto de discurso desta pesquisa: “Itaipu Binacional”. Os documentos selecionados foram publicados entre setembro e dezembro, do referido ano, em edições alternadas, ou seja, um mês antes da inauguração da obra e dois meses depois. A seguir, passa-se ao estudo desse corpus, buscando descrever os enunciados.

O primeiro exemplar analisado tem como título “Um grande lago?”, datado de vinte e cinco de setembro. Nesse material, é retratado o impasse entre Governo Federal e governo Estadual, no que se refere aos projetos de construção de outras usinas hidrelétricas no Paraná. Assim, observa-se, nos editoriais, a presença do intradiscursos como estratégia argumentativa. A empresa jornalística apoia-se na voz do então deputado Caíto Quintana (PMDB) para criticar o projeto de edificação de novas usinas no estado.

Como argumento, evidencia-se a defesa do desenvolvimento econômico calcado no Agronegócio e, portanto, em detrimento às usinas, as quais, segundo o representante do PMDB, causariam perda considerável de terras produtivas (férteis), afetando consequentemente os indicadores da produção agrícola.

Pode-se confirmar isso, no trecho que segue:

Segundo dados relatados pelo deputado Caíto Quintana [...] “se todos os projetos existentes atualmente para a construção de usinas hidrelétricas forem executados, uma quinta parte do **território paranaense ficara de baixo d’água**. (O PARANÁ, 26/09/1984, p.02).

Em outro trecho do documento, complementa-se o sentido produzido:

Mas nesta luta contra a construção da Usina de Salto Capanema, as regiões Oeste e Sudoeste já contam com um **aliado** muito importante: é

o governador José Richa, que manifestou total apoio ao movimento. (O PARANÁ, 26/09/1984, p.02).

Sobre o exposto, salienta-se que o uso da palavra “aliado” remete a uma inclinação do discurso jornalístico e sua relação com o discurso político, como forma de apoio ao partido de oposição do regime militar, o PMDB. A voz que emerge dos representantes desse partido, coligação do então governador do estado do Paraná, José Richa (PMDB), permite transparecer, através do discurso jornalístico, um posicionamento de oposição em relação ao cenário político vigente. Essa opinião política é compartilhada pela empresa jornalística em estudo. Portanto, a voz enunciada aproxima-se de uma ideologia contrária ao regime militar e propicia um espaço para uma nova FD, sobre a qual passam a se materializar, por meio do discurso, as primeiras críticas negativas às ações e aos projetos do Governo Federal e que integram diretamente o desenvolvimento do estado do Paraná.

Sob outro aspecto, o enunciado deste editorial explicita outra imagem do cenário político e econômico do Paraná, pois, trata-se de um período que passa a vivenciar o processo pós-construção da Itaipu Binacional. Essa FD faz consonância com o exposto nos estudos de Mazarollo (1980) e Ribeiro (2002). Tal descrição é pontuada a partir da análise dos recursos linguísticos utilizados para produzir o enunciado, como a ironia marcada já no título do editorial: “Um **grande** lago?”; com ênfase à grandiosidade da obra e uso da interrogação, como forma de questionar o sentido até então atrelado ao objeto de discurso. Nesse contexto, o sentido que se deu ao objeto do discurso, em 1979, é desconstruído ao longo do texto.

Essa desconstrução é observada quando se comparam, ao longo do editorial, outros enunciados que fazem referência ao objeto de discurso e constroem sentidos distintos, como: “território paranaense ficara [sic] **debaixo d’agua**”, “desprestígio”, “desrespeito”; “fome”; “desempregos”; bem como a estratégia argumentativa utilizada que provoca a ideia de uma balança entre a produtividade do estado e a contrapartida do governo, como se pode observar no enunciado a seguir:

Esta é uma informação que vem confirmar o **desprestígio** e o **desrespeito** cada vez maiores de nossas autoridades para com o povo do Paraná. O governo federal **parece atuar em detrimento** do maior celeiro agrícola do País que é o Paraná, um Estado que quanto mais divisas conquistadas para a Federação **menos recebe dela**. (O PARANÁ, 26/09/1984, p.02).

Ainda neste editorial, frisa-se outra estratégia argumentativa que, somada ao objeto de discurso, constrói um sentido negativo. Para tanto, destacam-se os trechos: “[...] se o Oeste teve seu clima completamente transformado [...]” e “[...] se não bastasse à destruição de parte do Parque Nacional [...]”. Esses enunciados revelam duas consequências desfavoráveis no que se refere à construção da Usina de Itaipu Binacional; FD que se aproxima do sentido produzido pela metáfora utilizada por Ribeiro (2002, p.42), ao relacionar o tempo de construção do lago com as sete pragas do Egito. “As pragas são descritas uma a uma em uma perspectiva panteísta, a partir do que os elementos da natureza protagonizam o castigo contra os responsáveis pela obra”. Apesar da crítica atrelada ao objeto de discurso, parece reconhecer uma importância do potencial energético para desenvolvimento do país, como observado a seguir:

O país **não pode dispensar a energia elétrica, fonte viva de seu progresso**, mas por outro lado também não pode submergir terras das mais férteis de todo o território nacional quando não lhe faltam opções pra construir usinas em outros locais e lucros de tais obras serão sempre maiores que os prejuízos. [...] (O PARANÁ, 26/09/84, p.02).

No trecho “não pode dispensar a energia elétrica, fonte viva de seu progresso”, faz menção à FD do Governo Federal que, nesse período, era a do desenvolvimento pautado na produção de energia elétrica para fomento da indústria, sobretudo as localizadas na região sudeste do país. Entretanto, sem deixar claro um plano diferenciado de governo, questiona-se a estratégia de trocar a produtividade agrícola por hídrico-energética. Para reforçar essa crítica, argumentam-se acerca das alterações climáticas, da destruição de parte da mata do Parque Nacional, entre outros impactos devido à construção da Usina.

Se o Oeste teve seu clima transformado completamente com a formação do lago de Itaipu, imaginem só como será com a destruição de uma grande parte das matas do Parque Nacional, hoje uma espécie de máquina controladora do tempo! As consequências **certamente** serão muito mais desastrosas para agricultura do Oeste paranaense que já **sofre** seriamente com a imensa inundação de Itaipu [...] (O PARANÁ, 26/09/84, p.02).

Sobre tais consequências, o enunciado evidencia o trecho: “As consequências certamente serão muito mais desastrosas para agricultura do Oeste paranaense que já ‘sofre seriamente’ com a imensa inundação de Itaipu”. Nesse trecho, as expressões “mais desastrosas” e “sofre seriamente” estão relacionadas às mazelas que a inundação para a formação do reservatório de Itaipu Binacional acarretou para a sociedade que habitava suas proximidades. E, novamente, o editorial se inclina à FD de oposição ao sistema vigente.

A partir das análises supracitadas, pode-se verificar que a FD predominante foi um discurso jornalístico e político de oposição ao Governo Federal. Vale recordar que tal adversidade pode estar relacionada ao fato da empresa jornalística não manter um vínculo direto com política vigente, bem como ao fato que remete ao cenário sócio-histórico, o qual marca os tempos finais do exercício da Ditadura Militar e, em razão disso, concede ao jornal uma maior liberdade de expressão.

O segundo documento analisado foi o editorial intitulado “Os cassinos em debate”, veiculado na edição de vinte sete de setembro, que tematiza as atrações turísticas na cidade de Foz do Iguaçu. Nesse sentido, já instalada a Usina de Itaipu, o município retoma as atividades normais e, principalmente, as atrações voltadas para o turismo. No entanto, a população, agora com um número reduzido, enfrentou vários entraves como o valor elevado dos produtos de primeira necessidade e, para equalizar essa questão, necessitou de mecanismos para reacender o turismo. Nesse contexto, uma das alternativas citadas nesse documento seria a reabertura dos cassinos na cidade, visto que casas de jogos no Brasil eram proibidas de funcionarem desde o governo de Gaspar Dutra. Essa medida, segundo o jornal, poderia solucionar os problemas sociais e econômicos de Foz do Iguaçu.

Superada a fase de **euforia** representada pelo pique da obra de construção da Usina da Itaipu, o município de Foz Iguaçu passa a viver e volta ao seu ritmo **normal** de crescimento. [...] **Foz do Iguaçu, passou a ser quase uma megalópole** no início da construção de Itaipu quanto ao ritmo da obra inchou a cidade e fez com que o custo de vida tomasse proporções inestimáveis. (O PARANÁ, 27/09/84, p.02).

Nesse trecho, o editor se refere ao crescimento exacerbado que ocorreu na cidade e analisa-se como marca linguística o sentido produzido pela expressão “euforia”, presente no início do texto. Essa expressão retrata o momento em que a construção da Usina de Itaipu representava um aquecimento na economia na região oeste. Passado esse estado de crescimento efêmero, a cidade entra num ritmo qualificado como “normal”.

O efeito de sentido que a expressão euforia provoca dá a ideia de que o processo inicial de construção da Itaipu promoveu um crescimento econômico, marcado pelo aumento dos produtos alimentícios e da locação dos imóveis. Soma-se a esse agravante o crescimento populacional, devido ao número de trabalhadores envolvidos na obra, em média oitenta mil pessoas entre barrageiros e familiares, segundo Ribeiro (2002). Essa realidade possibilita vislumbrar que as vilas montadas por Itaipu Binacional não foram suficientes para abrigar os trabalhadores ligados direta ou indiretamente à construção da Hidrelétrica e isso culminou na falta de moradia, além de influenciar o custo de vida na região.

Sobre o exposto, observa-se uma FD jornalística que enfatiza uma relação entre o objeto do discurso (Itaipu Binacional) com o crescimento econômico e populacional em Foz do Iguaçu. O resultado dessa relação é manifestado no trecho “Foz do Iguaçu passou a ser quase uma megalópole”. Ademais, o termo Megalópole está relacionado à ideia de grandeza, retomando a FD governamental.

Contudo, o cenário populacional e a demanda de consumo foram novamente alterados com o término da obra. Essa realidade é evidenciada quando se enuncia:

Agora, Itaipu praticamente pronta, seus trabalhadores migram para outras frentes de trabalho onde continuam com suas ações [...] (PARANÁ, 27/09/84, p.02)

Tal fato diminuiu a arrecadação do município, de modo que este se obrigou a encontrar novas alternativas para fomentar a economia local e uma proposta seria a de reabrir os cassinos para que os visitantes vislumbassem uma nova atração turística. Essa realidade é evidenciada no trecho do editorial: “quando ela seria a grande solução para o desemprego nas áreas de turismo e laser”.

Sobre o exposto, o discurso político não apresenta uma dispersão, pelo contrário, não manifesta uma regularidade, apesar da crítica, conforme se observa no trecho que segue:

[...] Foz do Iguaçu praticamente está com a população **normal** e que representa o número ideal para se construir numa cidade **sem** os piques dos tempos de Itaipu, **mas sem** o subdesenvolvimento do período anterior da grande obra. (O PARANÁ, 27/09/84, p.02).

No fragmento acima, certifica-se a presença da palavra “sem” denota a situação populacional e desenvolvimentista que se encontrava a cidade de Foz do Iguaçu ao término da construção de Itaipu Binacional. No trecho “mas sem o subdesenvolvimento do período anterior da grande obra”, a palavra “mas” configura o reconhecimento de que o jornal faz a construção de Itaipu Binacional que propulsionou um desenvolvimento considerável à região. Nesse contexto, aproxima-se novamente da política em vigor e da FD governamental.

Vivendo do turismo, do comércio e das exportações, pode passar a **viver** também da pesca do **lago de Itaipu**, das indústrias que devem surgir em razão das novas necessidades e, principalmente, da ampliação das exportações para o Paraguai, a Argentina e os demais países da América Latina. (O PARANÁ, 27/09/84, p.02).

Apesar da redução da população, marcada pela migração de parte dos trabalhadores que construíram Itaipu Binacional, o desenvolvimento continua, porém,

conforme enunciado, em ritmo menor. Assim, o jornal tenta agregar valor econômico e atribui uma função para o Lago de Itaipu. Identifica-se, no trecho, que com a saída de Itaipu no que se refere à geração de postos de trabalho, ocorre a necessidade de criar novas alternativas econômicas. Para tanto, a meta é explorar a pesca no lago de Itaipu, legitimando o uso do reservatório.

Ao atribuir uma função econômica para o lago de Itaipu, a empresa jornalística se inclina à FD governamental de transformar a natureza em infraestrutura para criar produtos e promover uma renda. Vale observar o exposto por Mazzarollo (1980) e Ribeiro (2002), como impacto dessa criação, 6.913 propriedades rurais de terras produtivas e 1.606 de propriedades localizadas na zona urbana — um total de 200 quilômetros quadrados de terra — foram utilizadas para formação do reservatório de Itaipu Binacional. Nesse contexto, as terras desapropriadas e alagadas deixaram de produzir 200 mil toneladas de alimentos para produzir 12,6 mil MWh de energia. Frente às marcas linguísticas analisadas, verifica-se que o jornal, em inúmeras passagens, revela contradições em seus posicionamentos, uma vez que a empresa jornalística tenta manter um discurso apaziguado, para atender a seu público.

O terceiro editorial analisado, intitulado “O dia de Itaipu (1)”, retrata o dia da inauguração da segunda unidade geradora, momento de encontro dos presidentes do Brasil e Paraguai. Ainda explicita os gastos provocados pela construção da Usina que, segundo Ribeiro (2002), estimou-se em dez bilhões de dólares, mas passaram de vinte bilhões de dólares. Dessa forma, passa-se a analisar o seguinte enunciado:

A chegada, às 19 horas de hoje, a Foz do Iguaçu, da comitiva do presidente João Figueiredo e a chegada, quase no mesmo momento, do presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, são os passos finais para que se complete o **grande** quadro para a **grande** inauguração, manhã da **maior** hidrelétrica do mundo, denominada Itaipu. (O PARANÁ, 24/10/84, p.02).

[...] Itaipu começa a produzir energia num momento em que o País ainda **sofre** os efeitos da prolongada recessão que estagnou e que mudou o quadro existente no início de 70, quando a usina foi concebida e quando **vivíamos** a plenos pulmões o Milagre Brasileiro com um crescimento

industrial que chegava a 15 por cento ao ano. (O PARANÁ, 24/10/84, p.02).

[...] Itaipu **talvez represente** a mais elevada taxa de juros que o Brasil está pagando ao exterior (aproximadamente de 6 a 7% da dívida externa nacional), mas **ela é também responsável** pelo preço excessivo da energia elétrica que o consumidor paga, **apesar** do processo recessivo que vem mantendo o brasileiro com um nível de vida bem abaixo do desejável num País com tantas riquezas naturais. (O PARANÁ, 24/10/84, p.02).

Nesses enunciados, o objeto, ou seja, Itaipu Binacional está relacionada à elevação da taxa de juros e, conseqüentemente, à dívida externa, fato este que acarretou no aumento do valor da energia. Itaipu Binacional reflete a lei de mercado (oferta e procura) e que não é diferente da FD governamental (discurso político). Em outro enunciado, publicado também em vinte quatro de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro, observa-se a regularidade do discurso político percebida no ano de mil novecentos de setenta e nove¹⁹⁷⁹, conforme se pode comprovar a seguir:

Itaipu nasce também num momento em que o País **sonha** com a retomada do desenvolvimento industrial, que poderia proporcionar à **nossa indústria** a utilização de toda energia gerada por Itaipu **desde que** confirmado o crescimento do consumo [...] (O PARANÁ, 24/10/84, p.02).

Nesse trecho, reforça-se o discurso que favorece o mercado, e revela-se explicitamente a adesão do jornal a esta FD. Vale salientar que os princípios mercadológicos não são negados pela FD de governo, pois, desde o lançamento do projeto para construção de Itaipu, o objetivo maior era geração de energia como combustível propulsor do funcionamento do setor industrial, comercial e, portanto, instrumento para produção de produtos e, conseqüentemente, geração de renda. Porém, o quadro econômico nacional em que ocorre a conclusão da obra é de crise, conforme se enuncia a seguir:

[...] Itaipu começa a produzir energia num momento em que o País ainda **sofre** os efeitos da prolongada recessão que estagnou e que mudou o quadro existente no início de 70, quando a usina foi concebida e quando vivíamos a **plenos pulmões** o Milagre Brasileiro com um crescimento industrial que chegava a 15 por cento ao ano. (O PARANÁ, 24/10/84, p.02).

No fragmento acima, afere-se que o jornal resgata o momento em que a Itaipu Binacional surgiu, no bojo da ditadura e do Milagre Econômico, e as motivações que contribuíram para a construção da usina. No entanto, constrói linguisticamente outro cenário econômico, tratando-se de um momento avaliado como crise econômica, considerando que o setor industrial não atinge o crescimento esperado. Com essa alteração no que seria o plano de governo, ou seja, que Itaipu continuasse a promover a economia, a FD concede ao objeto de discurso um sentido distinto da sua origem, como demonstra o trecho a seguir:

[...] Itaipu talvez represente a mais elevada taxa de juros que o Brasil está pagando ao exterior (aproximadamente de 6 a 7% da dívida externa nacional), **mas** ela é também responsável pelo preço excessivo da energia elétrica que o consumidor paga, **apesar** do processo recessivo que vem mantendo o brasileiro com um nível de vida bem abaixo do desejável num País com tantas riquezas naturais. (O PARANÁ, 24/10/84, p.02).

Em determinados trechos, o editor utiliza as palavras “mas” e “apesar” para demonstrar oposição à significação inicial à Itaipu Binacional, além de evidenciar um estado de conformismo, visto que elenca os aspectos positivos acerca da importância da nossa indústria quanto à utilização de toda energia gerada por Itaipu Binacional, mas ele ressalta que, para isso, necessita de que ocorra o crescimento do setor industrial no país. Contudo, o enunciado não deixa de fazer menção a outras FDs, como pode ser observado a seguir:

Não estão convidados, também, para este 'momento histórico', segundo Costa Cavalcanti, os agricultores sem-terra, desalojados das áreas inundadas pelo Grande Lago e nem os ecologistas que defenderam até

a última hora a preservação das 7 Quedas, uma das maravilhas do mundo que a usina engoliu com seus tentáculos insaciáveis. (O PARANÁ, 24/10/84, p.02).

Nesse sentido, Mazzarollo (1980) ressalta ainda que não só o estado do Paraná, mas também o contexto mundial perderiam com a submersão das Sete Quedas. Fato que desencadeou inúmeras manifestações de descontentamento por parte de ambientalistas e da população, sobretudo da do município de Guaíra, pois, com a formação do reservatório, muitas espécies da flora e da fauna viriam a desaparecer. O autor questiona sobre os possíveis beneficiados com a construção da obra. Mas, no discurso dos defensores do progresso desenvolvimentista, os KWs de energia que ali seriam gerados justificariam o custo material, ecológico e humano. Nesse contexto, o editorial apresenta um enunciado com maior valor de crítica, uma vez que a Usina se apropriou de tal território e, para comprovar, utiliza a metáfora como recurso estilístico “engoliu com seus tentáculos”.

O editorial seguinte, publicado em vinte cinco de outubro, intitulado “Itaipu e os bilhões dos banqueiros”, ressalta a temática da dívida gerada para construção da obra e a obscuridade na administração das finanças. Assim, o editorial inicia retomando o fato da inauguração da segunda turbina e historicizando a união dos governos de Estado dos dois países envolvidos.

Quando os presidentes João Figueiredo e Alfredo Stroessner acionarem a segunda turbina de Itaipu, esta manhã em Foz do Iguaçu estará ampliada a produção de energia da “**usina maior do mundo**” e cumprida a segunda parte do cronograma que está prevendo até o final do ano a produção de 1.400 mikw/h. (O PARANÁ, 25/10/84, P.02).

De acordo com Souza (2009), a construção de Itaipu Binacional é uma peça fundamental para as políticas de desenvolvimento nacional e internacional, as quais foram pautadas em um modelo capitalista e desenvolvimentista de países industrializados, portanto, direcionado à inclusão e expansão de atividades industriais. Como esse projeto envolvendo Brasil e Paraguai, foi necessário o Tratado de Itaipu para instituir uma entidade binacional que preconiza a igualdade de direitos e deveres,

bem como a participação do capital investido pelas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e *Administración Nacional de Eletrecidad* (Ande), empresas estas que assumiram a edificação da Usina Binacional.

É evidenciada a regularidade do discurso no fragmento “usina maior do mundo”, cujas palavras remetem ao ufanismo da FD governamental. Contudo, o enunciado de “as turbinas de Itaipu gerando energia e gerando dólares” faz menção à construção da usina, aludindo ao lucro que essa produzirá por longo prazo. Portanto, o sentido que recai sobre o objeto de discurso (Itaipu Binacional), no contexto histórico pontual, sim, é de um grande investimento financeiro.

No enunciado abaixo, observa-se que:

Esta energia não chega numa **hora de euforia** para nosso País, **mas** representa a compensação de anos de sacrifício e de trabalho que prepara o Brasil para acertar o ritmo de crescimento industrial compatível com sua população e as mudanças ocorridas na sua infraestrutura industrial nos últimos vinte anos. (O PARANÁ, 25/10/84, P.02).

O jornal não refuta a crise econômica em que o país estava imerso e tão pouco nega o baixo crescimento industrial. No entanto, com a utilização da palavra, “mas”, retoma a regularidade do discurso e evidencia a adesão do jornal ao sentido dado pela Itaipu pela FD do regime militar, ou seja, de que o crescimento econômico está pautado na produção de energia. Essa ideia de crescimento/desenvolvimento atrelado à produção energética é defendida por Soria (2012, p. 140), o qual salienta que a usina passa a “gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e Paraguai.”

Contudo, no fragmento abaixo, o jornal retoma os gastos direcionados à construção da Usina Binacional.

A Usina de Itaipu que hoje será entregue oficialmente a **produção comercial de energia**, custou aos cofres públicos Cr\$ 7,35 bilhões de cruzeiros em custos diretos e US\$ 5.995 bilhões de dólares, em **custos**

financeiros, o que representa um **lucro** excepcional aos banqueiros internacionais, aos maiores beneficiários, em princípio, desta **obra faraônica**. Para a equipagem de Itaipu, a binacional **ainda** gastará aproximadamente 2 bilhões de dólares na complementação de equipamentos nos próximos cinco anos e ainda **não** se tem notícia da viabilização financeira da usina. (O PARANÁ, 25/10/84, P.02).

Nesse trecho do editorial, ocorre a dispersão dos enunciados, pois o jornal retoma a FD que critica a construção de Itaipu, relacionada aos gastos e aos altos empréstimos efetuados para a conclusão da obra. No enunciado “a produção comercial de energia”, a empresa jornalística marca sentido de mercado direcionado à Usina, demonstrando a função primeira de Itaipu Binacional. As palavras “custos financeiros” e “lucro” se referem ao custo da obra, fazendo menção aos grupos que efetivamente obtiveram lucros com a construção da Usina, como está explícito desde o título, o jornal ressalta que os maiores beneficiados com Itaipu até aquele momento foram os bancos internacionais. Nesse caso, a FD discursiva apresentada no jornal “O Paraná” vai ao encontro da FD abordada por Mazzarollo (1980); Ribeiro (2002) também destaca que o orçamento aprovado para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (de 2,7 bilhões de dólares), em julho de 1980, chegou a um montante de 10,3 bilhões de dólares e passou a vinte bilhões de dólares, correspondendo a aproximadamente 40% da dívida externa brasileira. Em relação a esse custo, Switkes (2001, Não paginado) salienta que *“Os ditadores provavelmente sabiam que eles não estariam no poder quando as contas de Itaipu vencessem”*.

A metáfora obra “faraônica” remete ao sentido negativo de que as construções edificadas, grandiosas e luxuosas, procuram demonstrar poder, fazendo referência às pirâmides do Egito, cuja construção era para beneficiar um grupo de pessoas, e não necessariamente a população. Pois, a maior parte dos investimentos é direcionada ao movimento de mercado de geração de energia para fomento da indústria, e não necessariamente em política pública de bem-estar social.

No fragmento abaixo, percebe-se que a obra de Itaipu fora entregue à sociedade. Entretanto, o uso da palavra “não” denota a falta de perspectiva de essa Usina começar a render frutos (lucros) e retribuir à população o investimento financeiro aplicado na obra, que é um instrumento que gera produto (energia) e fomenta o

mercado. Aqui, percebe-se a regularidade do discurso que concede a Itaipu o sentido econômico.

Contudo, o enunciado deixa claro que o governo João Figueiredo cumpre sua função que era o de entregar Itaipu gerando energia e dólares, mesmo que estes dólares ainda não fossem considerados um montante que pudesse ser revertido à sociedade. Conforme o trecho a seguir, observa-se a inclinação da empresa jornalística com o sistema político vigente, portanto, há regularidade do discurso.

O Presidente João Figueiredo completa o seu governo com as turbinas de Itaipu gerando energia e gerando dólares, mas **não** se conhece, ainda, o cronograma de rentabilidade de Itaipu e a posição em que se encontra a binacional em relação ao seu futuro como empresa com altos investimentos a devolver em energia ao povo brasileiro. (O PARANÁ, 25/10/84, P.02).

No fragmento abaixo, é contemplada a primeira vez que nos editoriais é explicitada a ausência de transparência pública acerca dos assuntos (projeto, cronograma, financeiro, lucratividade, entre outros) relacionados à Itaipu Binacional. Nesse momento, o jornal se refere à falta de transparência midiática da Usina. Vale observar que, durante a construção, a imprensa autorizada a fazer as reportagens era apenas “O Informativo da Unicon”. Isso ocorreu devido à conjuntura em que se encontrava o país, e que os meios de comunicação eram censurados (MAZZAROLLO, 1980).

A Itaipu, como sempre, continuará não explicando os seus negócios nem esclarecendo os motivos que **levaram a gerar miséria e problemas** sociais **em toda a sua área de influência**, em contraste com as **mordomias** que sempre caracterizaram a presença de seu presidente em Foz do Iguaçu. (O PARANÁ, 25/10/84, p.02).

Nesse enunciado, observa-se o rompimento da empresa jornalística com a FD governamental quando é utilizada a frase “levaram a gerar miséria e problemas sociais em toda a sua área de influência”, remetendo às mazelas que a construção da Usina ocasionou a várias cidades do oestinas. Assim, é concedida a voz à FD de oposição ao

regime e, por conseguinte, oposição à construção de Itaipu Binacional. No uso da palavra “mordomias”, o jornal novamente denuncia os exageros cometidos pelo alto escalão de Itaipu. Nesse momento, vale retomar Mazzarollo (1980), o qual salienta que o desperdício do dinheiro público para a manutenção do *status quo* envolvia altíssimas quantias, as quais eram censuradas, isto é, não divulgadas pela imprensa.

No entanto, no momento em que o enunciado foi escrito, o país vivenciava a abertura política e os meios de comunicação, portanto, já possuíam certa autonomia. Todavia, como era período de transição, ora percebe-se uma formação discursiva governamental, ora uma formação discursiva de oposição. Então, os meios de comunicação de massa não têm o seu lugar bem definido, pois, nesse momento, a ditadura ainda se encontra no poder.

Prosseguindo a temática inauguração da Itaipu Binacional, o quinto editorial analisado, publicado no dia trinta de outubro, tem como título “O Dia de Itaipu (2)”. Nele, o documento faz menção novamente à dívida externa gerada em decorrência da construção da Usina, ressaltando a relação de dependência entre o sucesso político do PDS com o sucesso da Hidrelétrica, e a busca deste partido por apoio nas eleições futuras. Ainda destaca a dependência econômica brasileira com o FMI, bem como o gasto descontrolado do dinheiro público. Portanto, esse editorial revela um discurso de oposição ao governo em vigor.

Na frase abaixo “dívida externa gerada pela binacional”, é identificada a regularidade discursiva sobre o preço pago para a construção de Itaipu Binacional. É importante ressaltar que tal temática foi retomada pelo jornal num intervalo pequeno de tempo, apenas cinco dias. Nesse contexto, a empresa jornalística concede espaço para que o tema não seja esquecido pelos seus leitores. E ainda constrói um discurso de oposição ao sistema vigente.

O volume da **dívida externa gerada pela binacional** que construiu Itaipu e a diferença do preço orçamento ao custo final foram assuntos que estiveram fora das conversas oficiais dos governantes do Brasil e do Paraguai [...]. (O PARANÁ, 30/10/84, p.02).

No fragmento abaixo, ao usar a expressão “erro muito sério de avaliação

política”, o jornal está se referindo à exclusão dos políticos paranaenses da festa de Inauguração de Itaipu Binacional, o que revela que o Governo Federal, primou por convidar pessoas que não pertenciam à elite política paranaense. Essa ação de exclusão de, principalmente, prefeitos e partidários do PDS do estado do Paraná, eclodiu uma desestabilização partidária, considerando a insatisfação por terem “sido colocados totalmente à margem da inauguração”. Dessa forma, demonstra que a Usina era considerada um empreendimento de Brasília no Paraná, afastando qualquer influência ou aspirações dos políticos estaduais relacionados à Itaipu Binacional.

Nesse cenário, o PDS (antigo ARENA), partido que era apoiado pelos militares, necessitava de aliados para que Paulo Maluf, o então candidato à presidência, conseguisse ser eleito em 1985. Contudo, após a festa de inauguração, ocorreu no hotel Carimã uma reunião com os correligionários do PDS para tentar resolver a situação, ou seja, o fato de que os partidários do Regime ficaram à margem do acontecimento de grande visibilidade midiática e política.

Nesse contexto, ao usar a expressão “má sorte que lhe causou Itaipu”, o jornal refere-se aos benefícios que a inauguração da Usina poderia agregar à corrida presidencial de Paulo Maluf, mas poderiam sofrer interferência negativa por parte dos próprios ditadores. Outro enunciado desse documento chama a atenção, pois faz menção à “dependência que as obras como Itaipu geram”. Nesse trecho, é constatado que o sucesso político de Paulo Maluf e, por conseguinte, do (PDS) dependiam do sucesso e aceitação de Itaipu no cenário político-econômico nacional e internacional.

Mas o cerimonial de Itaipu cometeu talvez um **erro muito sério de avaliação política**, ao manter a alta cúpula do PDS paranaense afastada da decisão de emitir convites [...] Talvez Maluf tenha conseguido driblar a **má sorte** que lhe **causou** Itaipu nos contatos de pé de ouvido que realizou no Hotel Carimã [...]. A irritação do candidato com a **dependência que as obras como Itaipu geram**, poderia ser notada, durante a reunião com as lideranças do PDS [...].(O PARANÁ,30/10/84, p.02).

No trecho em que a empresa jornalística utiliza a expressão “seu candidato”, verifica-se um distanciamento da ideologia governamental e, portanto, da FD

governamental, e manifesta outra FD, a de oposição liberal, preconizada pelo PMDB — então partido da oposição o regime militar. Diferente de outros enunciados já analisados nesse estudo, os editoriais começam a evidenciar uma carga de significados que relacionam a uma FD contrária ao governo.

Num discurso de tom e conteúdo oposicionista, Maluf conseguiu absorver a nítida revolta dos prefeitos do PDS que haviam sido colocados totalmente a margem da inauguração da Itaipu para ver o **seu candidato**. (O PARANÁ, 30/10/84, p.02).

Nesse momento, o enunciado mostra uma ruptura com a FD preconizada pelo Governo Federal desde o início da construção de Itaipu Binacional. Ainda na expressão “seu candidato”, nota-se a utilização da palavra “seu” o que significa o distanciamento de quem fala. Nessa frase, percebe-se a relação discursiva do jornal com a política, nesse caso, a de oposição à Ditadura Militar.

No sexto editorial estudado, o título “O Dia de Itaipu (final)”, publicado no dia trinta e um de outubro, refere-se à temática da inauguração da Usina e retoma a ideia da construção de uma hidrovia, ligando Paraná a São Paulo com a função de transportar grãos. Outro ponto abordado nessa edição é a disputa econômica existente entre esses dois estados da federação, visto que há uma crítica ao fato da Itaipu Binacional fornecer energia para fomento das indústrias do sudeste, sobretudo, em território paulista.

O documento ressalta ainda que, devido à construção da Usina, o Paraguai começa a se endividar. Para solucionar ou compensar esse fato, cita-se que uma das vantagens que o Paraguai poderia ter com a construção de Itaipu Binacional é a edificação de um corredor hidrográfico a ser utilizado como saída para o mar, anseio do povo guarani desde o século XIX, observando a importância econômica da construção dessa hidrovia. Nesse aspecto, a empresa jornalística dá voz ao discurso já enunciado nos editoriais analisados do ano de 1979, verificando-se a sua regularidade em defesa dos produtores rurais.

No fragmento abaixo, quando o editorial utiliza a frase “resgatar os seus débitos com o povo Guarany”, o editorial evidencia a FD de rivalidade entre Brasil e Paraguai

que teve origem com a guerra do Paraguai (1864-1870). Segundo Chiavenato (2002, p. 35), “a guerra do Paraguai foi o maior conflito da América do Sul. Nela, dizimaram 75% dos paraguaios” e, nesse espaço do texto, rompe-se com a regularidade discursiva de amistosidade entre essas nações. Ressalta ainda o aumento da dívida externa paraguaia para a construção da Usina. O uso da palavra “passa” refere-se ao sentido atribuído à Itaipu pelo jornal em relação ao território Guarany, e que a Usina representa para este país problemas financeiros, inexistentes até o momento.

Os paraguaios consideraram Itaipu como a forma do Brasil **resgatar os seus débitos com o povo Guarany**, eles cometem mais um **equivoco** de avaliação, pois todas as conseqüências da dívida externa que o Paraguai **passa** a enfrentar [...]. (O PARANÁ, 31/10/1984 p.02).

Na frase “o principal benefício gerado por Itaipu é o de proporcionar a navegação de barcas até a instalação ferroviária brasileira, sobre o rio Paraná”, infere-se que este projeto não favorecerá apenas o território nacional, mas também internacional, possibilitando ao Paraguai um traslado mercantil e, portanto, o desenvolvimento de sua economia.

O conceito de desenvolvimento manifestado pelos enunciados, como “frente de progresso”, remete à Itaipu Binacional a ideia de promotora desse desenvolvimento. Evidencia-se outro aspecto referente à Itaipu que é apresentada nesse editorial como instrumento de desconstrução do progresso para o desenvolvimento de uma hidrovía, que teria como objetivo melhorar o transporte de grãos e, e com isso, aperfeiçoar o setor do agronegócio na região.

Foz do Iguaçu que “o principal benefício gerado por Itaipu é o de proporcionar a navegação de barcas até a instalação ferroviária brasileira, sobre o rio Paraná [...]. (O PARANÁ, 31/10/1984 p.02).

No segundo fragmento do editorial analisado, ressalta-se que:

Se o Paraguai com a sua participação em Itaipu ficou em posição de desvantagem em relação o Brasil pelo aumento de sua dívida externa, ele verá seus problemas de caixa ampliados com o caminho para o mar que encontrou agora [...]. (O PARANÁ, 31/10/1984 p.02).

Emerge a FD que contraria o discurso dos grupos que estavam no poder acerca da construção de Itaipu Binacional, que seria a consolidação da integração de, Paraguai e Brasil, concluindo a representação simbólica atribuída à Ponte da Amizade. Nesse sentido, a empresa jornalística assume um discurso de oposição do Governo Federal, evidenciando, nesse momento, a disparidade do discurso jornalístico.

O uso do lago de Itaipu e da bacia do Tiete para a navegação (transporte de cargas e passageiros, inviabiliza a Ferrovia da soja e abre novas frentes de progresso em detrimento do corredor de exportação montado pelo Paraná a partir de Foz do Iguaçu e Londrina e tendo como destino Paranaguá. (O PARANÁ, 31/10/1984 p.02).

A Itaipu Binacional não foi um projeto que visava exclusivamente ao desenvolvimento do Paraná, e sim tinha por finalidade fomentar o desenvolvimento industrial na região sudeste, sobretudo em São Paulo. Nesse contexto, o corredor de exportação construído pelo governo paraense corre o risco de ser extinto em detrimento da construção de uma nova opção de transporte de grãos. Esses enunciados revelam uma FD de oposição ao Governo Federal e favorável ao governo estadual, evidenciando novamente a regularidade de posicionamento político da empresa jornalística.

Conforme demonstrado, há interesses antagônicos no que se refere à construção de uma Hidrovia ou Ferrovia, visto que, nesse enunciado, é evidenciada uma inclinação para FD, favorável ao funcionamento da Ferrovia.

Cabe destacar que José Richa (PMDB) foi uns dos líderes políticos a apoiar o movimento “Direto Já”. Nesse documento, datado de trinta e um de outubro, encontra-se uma regularidade discursiva nos enunciados acerca de Itaipu Binacional, publicados no jornal “O Paraná”. Portanto, a FD de política de oposição ao Governo predomina.

No editorial do dia quatro de dezembro de 1984, com o título “Soluções para

Foz”, a empresa jornalística elenca algumas opções para o desenvolvimento econômico do município de Foz do Iguaçu. Tal documento menciona, por meio do discurso, o abandono da cidade, após o término da Usina Binacional. Outro aspecto pontuado se trata do descaso enfrentado pelo estado, no que se refere aos investimentos oriundos do Palácio da Alvorada. Agregados a esses temas, são retomados ainda assuntos relacionados à construção da hidrovía, cujo projeto seria a interligação entre o Paraná e São Paulo, com a finalidade de transporte de grãos. A reabertura dos cassinos e a transformação de Foz do Iguaçu, em área de livre comércio, são alternativas apresentadas, nesse editorial, a fim de otimizar a economia do município.

Mediante a esses pressupostos, observa-se que “O Paraná” privilegiou alguns enunciados em detrimento de outros. Esse fato, segundo Foucault (2013), está relacionado aos conjuntos de relações que a instituição jornalística possui, uma vez que há uma inclinação para a defesa dos interesses do agronegócio e do grande empresariado Oestino. Partindo desses preceitos, foram selecionados trechos do editorial em questão, para comprovar essas afirmações.

A transformação de Foz do Iguaçu em “área de livre comércio para venda de produtos nacionais”, vem sendo pleiteada há muito tempo como **compensação** para o **abandono** a que ficou relegada a capital do turismo após a queda do movimento de trabalhadores na construção da hidrelétrica de Itaipu. (O PARANÁ, 4/12/84, p.02).

Nesse fragmento, evidencia-se que a marca linguística “compensação” revela a necessidade de compensar o município de Foz do Iguaçu, pela decadência demográfica e econômica a que essa cidade foi exposta, após o êxodo ocorrido com o término da construção de Itaipu Binacional. Nesse contexto, o jornal remete à FD e ao discurso científico salientado por Ribeiro (2002), a qual aponta que, para a execução da obra, foram necessários aproximadamente vinte mil trabalhadores, que vinham acompanhados de suas famílias, aumentando esse número para um contingente de oitenta mil indivíduos, fato esse que motivou também a vinda de outros segmentos econômicos para a região.

Já a utilização da palavra “abandono” denota que o Governo Federal não havia

realizado nenhuma política econômica para movimentar as finanças do município. Nesse sentido, a empresa jornalística direciona o editorial para uma FD de crítica ao Militares, que, até aquele momento, não haviam concretizado as políticas de desenvolvimento econômico e social para solucionar os problemas acarretados pelo término da Usina.

No texto abaixo, a palavra “grave” está relacionada novamente a um FD de antagonismo ao sistema político vigente. Nesse sentido, o jornal faz menção aos problemas econômicos e sociais que surgiram em decorrência do término da obra. Na utilização do adjetivo “gigantesca”, identifica-se, mais uma vez, a regularidade do discurso que se aproxima da FD governamental ufanista.

Foz do Iguaçu precisa encontrar uma saída para a emergência em que se encontram, com **graves** problemas sociais, desempregos favelas e dificuldades geradas pela **gigantesca** Itaipu que após dar empregos e gastar bilhões de cruzeiros, terminou o seu trabalho e simplesmente abandonou seus empregados [...] (O PARANÁ, 4/12/84, p.02).

No fragmento “o governo tem se mostrado não receptivo às teses que visam melhorar as condições do município e de seus empresários” observa-se que o jornal inclina-se em defesa da classe dos empresários do município de Foz do Iguaçu e, quando utiliza a palavra “não”, distancia-se do discurso político oriundo de Brasília, rompendo nesse trecho do editorial com a FD governamental.

Com relação a Foz do Iguaçu, **o governo tem se mostrado não receptivo as teses que visam melhorar as condições do município e de seus empresários**, e com o advento da Itaipu, além de perder sua autonomia administrativa e política se transformou numa espécie de “**ovelha desgarrada**” do rebanho brasileiro [...] (O PARANÁ, 4/12/84, p.02).

Quanto ao uso da metáfora “ovelha desgarrada do rebanho brasileiro”, denota-se que a cidade de Foz do Iguaçu tornou-se um território separado do estado brasileiro, pois, Itaipu Binacional é administrada e está sob a égide do Governo Federal, não

necessitando prestar contas ao Palácio do Iguaçu, e tampouco à prefeitura do município. Nesse cenário, a Usina Binacional pode ser concebida como uma extensão de Brasília dentro do estado do Paraná. Desde o início da obra, os diretores da Usina do lado brasileiro são indicados pelo presidente do país, não passando pelo aval do governador do Paraná. Aqui fica explícito o conflito e as divergências entre os partidários do PDS e PMDB, na esfera nacional e estadual.

O próximo editorial a ser analisado é intitulado “Itaipu é o nosso mar” de 12 de dezembro de 1984, que retoma a temática sobre o projeto de transformação do Lago de Itaipu, em uma hidrovía para transporte de grãos, agregando assim uma nova função econômica. Outro aspecto abordado no editorial é o desenvolvimento do Lago para o turismo, de modo a acrescentar mais uma atribuição ao uso das águas do reservatório de Itaipu, produzindo o sentido positivo, uma vez que norteia a conjuntura econômica. Nesse ponto do texto, o jornal se aproxima da FD do Regime. Segundo o mencionado no fragmento abaixo.

Dois fatos importantes marcaram a existência do Lago de Itaipu, nesta segunda-feira, quando no momento em que era entregue aos setores de produção e exportação de grãos do Oeste do Paraná [...] (O PARANÁ, 12/12/84, P.02).

Na frase “passa a ser parte integrante”, a palavra integrante dá o sentido de que a população do oeste já aceita o lago como parte de seu cotidiano, e a repetição do verbo denota redundância com a ideia, a fim de enfatizar a realidade vivida naquele momento pela sociedade local.

Afirmando que o Lago de Itaipu **passa** a ser **parte integrante** de nosso cotidiano e como tal deve passar a pertencer ao dia a dia da vida oestina [...] **Passamos** a usar o lago de Itaipu como estrada para transporte de passageiros e de carga [...] (O PARANÁ, 12/12/84, P.02).

A utilização da palavra “passa” indica novas atribuições que são dadas pelo autor ao funcionamento da hidrovía, como mobilidade urbana e transporte de grãos.

Com a flexão do verbo para o plural “passamos”, o jornal se inclui parte beneficiada nesse processo.

Os termos “acrécimo” e “diminui” produzem sentidos antagônicos, visto que transfiguram a idéia de que a hidrovía desencadeará a redução do uso de petróleo, o que, por conseguinte, ocasionará a economia desse recurso natural. Nesse fragmento, observa-se que o texto demonstra consonância com a FD e, com os preceitos defendidos pelo regime vigente. Sob o mesmo tema, o texto utiliza o adjetivo inteligente, visto que pretende fixar a funcionalidade da hidrovía, em detrimento da rodovia e ferrovia.

A edição do dia quatorze de dezembro é relacionada ao município de Santa Helena com o título “Santa Helena faz à hora”, e faz menção às ações adotadas pelo prefeito Naudé Pedro Prates para o desenvolvimento do município. Nesse documento, percebe-se a relação entre Itaipu Binacional com o discurso político, o qual aborda a transição da ditadura e também o antagonismo bipartidário (Arena - PDS para MDB-PMDB), além de constatar uma FD que explicita essa mudança. Ademais, a utilização da frase “faz acontecer” se refere a um refrão da música “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré, que se tornou um dos símbolos de protesto utilizados contra a ditadura nos anos de 1968.

Nesse contexto, evidencia reincidentemente o posicionamento político que o jornal assume apoio a grupos adversários ao regime militar instaurado no país. Ademais, demonstra o estado de euforia que o país vivenciava naquele momento com uma possível mudança de sistema político.

Contudo, a empresa jornalística não refuta FD que associa Itaipu Binacional à promoção do desenvolvimento regional e nacional ligado ao objeto de discurso, conforme verificado na frase “hoje um centro agroindustrial em expansão amanhã com o Lago de Itaipu e as riquezas turísticas”. Esses elementos contribuem para eclodir e dar manutenção ao discurso de progresso, presente na FD, propagado pelo governo federal. E, junto com o agronegócio, fator primordial, que propicia o desenvolvimento econômico, se trata do Lago de Itaipu, também utilizado para fomentar a economia oestina. Nesse prisma, o editorial concede regularidade ao discurso que atribui uma função econômica ao Lago de Itaipu. Como se comprova no trecho abaixo,

[...] Para a população de Santa Helena a certeza de que a imaginação criadora das autoridades municipais funciona como uma nova alternativa para é melhor garantia para as mudanças que deverão ocorrer no **Oeste do Paraná, hoje um centro agroindustrial em expansão amanhã com o Lago de Itaipu e as riquezas turísticas** que aqui existem, transformando **também** num grande centro de lazer e de turismo. (O PARANÁ, 14/12/84, p.02).

O termo “também”, presente no fecho do texto, atribui-se à ideia de soma, visto que o Lago de Itaipu, junto com os outros segmentos econômicos, favorecerá o desenvolvimento da região Oeste. Será um atrativo turístico, retomando a FD do Governo Federal que a Itaipu propiciou o desenvolvimento para a região. No trecho, abaixo:

A palavra “imaginação”, que até então permeia o mundo da fantasia, é utilizada no texto com sentido contrário. Além de materializá-la, tem-se a garantia da prefeitura de que os projetos de desenvolvimento para a região oeste serão bem-sucedidos.

[...] não espera à hora e faz acontecer às mudanças econômicas que fixarão sua população na área e farão com que o progresso volte com os escombros da devastação que Itaipu fez em nossas terras agrícolas. (O PARANÁ, 14/12/84, p.02).

O termo “fixarão sua população” ressalta que os moradores das regiões afetadas pelo reservatório de Itaipu estavam se evadindo para outros lugares. Na utilização da frase “escombros da devastação que Itaipu fez em nossas terras agrícolas”, o editorial aproxima seu discurso ao discurso jornalístico de oposição de Juvêncio Mazzarollo. Esse autor ressalta que as terras alagadas pela formação do reservatório de Itaipu Binacional estavam entre as mais férteis do planeta, nas quais foram submersos, segundo o autor, 100 mil hectares, divididos entre sete municípios (Foz do Iguaçu teve 26,77% submerso, Guaíra 10,30%, Marechal Cândido Rondon 17,78%, Matelândia 0,45%, Medianeira 3,45%, São Miguel do Iguaçu 21,49%, Terra Roxa 0,22%). (MAZZAROLLO, 2003).

Na conclusão do texto, a expressão “nossas terras agrícolas”, a frase denota uma ideia de pertencimento em que o editor novamente se inclui aos agricultores que perderam suas terras com a formação do lago de Itaipu Binacional. No entanto, tal posse não equivale somente às terras inundadas, como também às perdas da produção agrícola, a qual retornaria em divisas para os municípios oestinos. Nesse contexto, as terras desapropriadas e alagadas deixaram de produzir 200 mil toneladas de alimentos para produzir 12,6 mil MWh de energia (RIBEIRO, 2002).

O último editorial analisado é o do dia vinte cinco de dezembro, intitulado “Um Natal para poucos”. Como o próprio título sugere, no Natal de 1984, nem toda a sociedade brasileira será beneficiada com a política econômica do Governo Federal. Esse documento enuncia que a crise, pela qual o país atravessava, havia se dispersado e ainda que a arrecadação dos municípios excedesse o valor o previsto. Contudo, não refuta a FD de que o impacto financeiro foi causado pela construção de Itaipu Binacional. O objeto de discurso também está relacionado a expressões como geradora de receitas, melhoras nas condições gerais do país. Esse documento faz alusão à possibilidade de mudança no sistema político econômico do Brasil.

Nesse trecho, o jornal ressalta com o uso das palavras “já” e “fora”, que os problemas econômicos do país haviam sido resolvidos. Dessa maneira, em 1984, todos sabiam que a recessão era problema do passado, e os brasileiros poderiam comemorar as festas natalinas com a sofisticação que essas possuem, sem a preocupação econômica, o que pode ser verificado no fragmento abaixo.

O Natal de 1984, que hoje passamos a viver com todos os requintes desta festa do mundo ocidental, **já** se constituiu num fato **fora** do quadro recessão que afetou a vida do brasileiro nos últimos quatro anos. (O PARANÁ, 25/12/84 P. 02).

Na frase “O próximo Natal já será vivido sob a égide de outro governo e possivelmente, de outra filosofia de trabalho”, define-se claramente a posição política da empresa jornalística, isto é, favorável à mudança de sistema político.

Não dependeremos, no próximo ano, de mais recursos para obras como Tucuruí, Itaipu, siderúrgica, metrô, e ao contrário estes empreendimentos que **foram devoradores de recursos**, começam **agora** a apresentar, o refluxo gerando receitas e melhorando as condições gerais do País. (O PARANÁ, 25/12/84 P. 02).

A utilização do pronome pessoal “nós” e o verbo “dependeremos”, ambos flexionados na primeira pessoa do plural, simbolizam a voz da empresa jornalística e de todos que se configuram como vítimas do processo de recessão em decorrência da construção das obras supracitadas. No período “estes empreendimentos que foram devoradores de recursos, começam agora a apresentar o refluxo, gerando receitas e melhorando as condições gerais do País”. Há uma clara ideia de que o adjetivo “devoradores” ressalta a abordagem de Ribeiro (2002) e de Mazzarollo (1980), os quais possuem teor de crítica aos gastos direcionados para a edificação de grandes obras, sobretudo Itaipu Binacional. E frisa-se também que o uso da palavra “agora” representa um momento de retorno financeiro, ou seja, o lucro gerado por essas instituições, contribuindo pela melhoria em diversos setores em âmbito nacional.

Ao analisar todos os editoriais, produzidos em 1984, verifica-se um sentido ambíguo dado ao objeto de discurso, manifestando assim um antagonismo ao associar a Itaipu à geração de energia e desenvolvimento como também à geração de miséria e causadora de crise. Os pontos acima elencados podem ser observados na apresentação dos enunciados abaixo, nos quais há marcas linguísticas ligadas diretamente ao objeto, recorrendo-se a adjetivos ou tempos verbais, para construir a significação deste.

Adjetivos:

“[...] Itaipu, mas sem o subdesenvolvimento anterior a **grande** obra [...]”

“[...] **Maior** usina hidrelétrica do mundo [...]”

“[...] “Itaipu **devoradoras** de recursos. [...]”

Verbos:

“[...] **sofre** seriamente com a imensa inundação de Itaipu [...]”

“[...] Itaipu talvez **represente** a mais alta taxa de juros [...]”

“[...] Turbinas de Itaipu, **gerando** energia **e gerando** dólares [...]”

“[...] Itaipu **gerando** miséria e problemas sociais [...]”

“[...] **causou** a Itaipu [...]”

Os enunciados acima são analisados a partir dos tempos verbais os quais associam a Hidrelétrica à causadora de problemas em vários âmbitos da sociedade de modo a ligar a termos que expressam negatividade, refutando a FD, surgida do Governo Militar. Contudo, predomina no uso de adjetivos uma qualificação positiva dada à Itaipu pela FD do Governo Militar. Assim, o que determina a classificação do discurso são os feixes de relações e interesses.

4 O ANO DE 2007: PERÍODO DEMOCRÁTICO NOS EDITORIAIS DO JORNAL O PARANÁ

Neste capítulo, primeiramente, demarcam-se as condições de produção e emergência do discurso. Em um segundo momento, apresenta-se uma abordagem sucinta sobre os temas abordados nos editoriais do ano de 2007. E, por fim, as análises serão apresentadas.

Com a posse do segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se o ano de 2007. Segundo plano de governo, o desenvolvimento está atrelado à distribuição de renda e à educação de qualidade. Para tentar efetivar o exposto, cria-se o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em parceria com a iniciativa privada, com uma previsão de investir aproximadamente 500 bilhões de reais. Tal medida tinha como objetivo, além de impulsionar o crescimento econômico, ampliar a geração de empregos, melhorar a qualidade de vida da população, visando, sobretudo, aos investimentos na infraestrutura — rodovias, habitação transporte hidrelétricas, portos, saneamento entre outros. Contudo, nesse período, os opositores do governo questionaram a meta de crescimento do PIB estipulada, que girava em torno de cinco por cento ao ano. (GRINBERG, 2013).

Quanto ao objeto de discurso Itaipu Binacional, no primeiro mandato do governo Lula, foi nomeado como diretor-geral da Itaipu, do lado brasileiro, o deputado federal Jorge Samek (PT), em cuja gestão a Usina muda sua missão, como ressalta Sória (2012), passa-se para o

Aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países para geradora de energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e Paraguai. (SÓRIA, 2012, p. 140).

Nesse sentido, evidencia-se uma nova filosofia da Binacional, voltada para programas que auxiliam os agricultores e a população da região. Segundo esse autor,

dá-se ênfase na vasta quantidade de projetos ligados ao programa cultivando Água Boa, os quais discursivamente colocaram a Itaipu Binacional em um patamar de excelência na efetivação de práticas associadas à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, a empresa é vista como pioneira no setor tecnológico ao noticiar as pesquisas relacionadas à energia renovável, como o veículo elétrico construído com bateria de sódio, entre outras. Por essa pesquisa tecnológica, teve seu nome evidenciado na Conferência das Nações Unidas e ressaltado como prática de Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em 2012.

O ano de 2007 também foi marcado pela conclusão da Usina com a inauguração das últimas duas unidades geradoras, previstas no Tratado de Itaipu. Portanto, em 21 de maio de 2007, é inaugurada a fase final do projeto, para tanto, encontram-se em Foz do Iguaçu os Presidentes do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva e do Paraguai Duarte Frutos. “Agora com suas 20 unidades em operação, Itaipu conclui o processo de construção da usina previsto no Tratado de Itaipu e dá início a uma nova fase, a de modernização das 18 unidades geradoras iniciais” (ITAIPU, 2015, Não paginado). Esse evento contou com a presença do governador do estado do Paraná, Roberto Requião, deputados federais e prefeitos da região Oeste.

No início de 2007, o deputado federal Alfredo Kaefer adquire o jornal “O Paraná”. Esse novo proprietário é membro do partido PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e proprietário do grupo Diplomata, conglomerado empresarial que atua no setor do agronegócio de aviários, postos de gasolina, shopping-centers financeiros, serviços energéticos e supermercados (MOREIRA, 2010).

Partindo dessa conjuntura nacional e regional, emergiram as condições e os feixes de relações para que “O Paraná” construísse o discurso manifestado em seus textos no ano 2007. Durante esse período, publicaram 294 edições, e, em apenas quatro, foram encontrados enunciados que se referiam à Itaipu Binacional entre as datas de dezenove de janeiro, treze de fevereiro, e vinte dois e vinte três de maio. Esses exemplares foram impressos logo após o evento de Inauguração das últimas unidades geradoras. Nas demais edições e enunciado, Itaipu foi silenciada. A respeito, Gregolin salienta que:

[...] em analisar as condições que permitem o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros. Isso significa que, em um momento histórico, há algumas idéias que devem ser enunciadas e outras que precisam ser caladas. Silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades. (GREGOLIN, 2000, p. 03)

Os assuntos que permearam os outros editoriais, de uma maneira geral, tratam do PAC, da política externa, crise econômica, agronegócio, situação dos municípios e da educação em âmbito nacional, estadual e municipal. Retrata também problemas ligados à infraestrutura e à criação da região metropolitana na cidade de Cascavel/PR.

O primeiro editorial analisado e intitulado “Fortalecer os pequenos”, publicado em dezenove de janeiro, enuncia a criação das regiões metropolitanas das cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu, reivindicando ao Governo Federal investimentos e melhorias na fronteira. No texto, o objeto de discurso (Itaipu) está atrelado ao discurso ufanista do militarismo, representado pela marca linguística “poderosa”. E rememora as relações de poder que perpassam a administração do empreendimento, quando denota que Itaipu não está sob a égide do estado do Paraná. Para tanto, enuncia que Itaipu é “praticamente um Estado dentro do Estado”. Nesse fragmento, a empresa jornalística se aproxima do discurso político partidário de oposição ao Governo Lula e ainda relaciona Itaipu a uma região Metropolitana, que já existe, mesmo que de forma virtual. Deduz-se, com isso, que a empresa jornalística não refuta a FD que liga a Itaipu ao desenvolvimento e ao progresso.

A presença da **poderosa** Itaipu **praticamente um Estadodentro do Estado** – o diretor geral **Jorge Samek** não troca por nenhuma secretaria de Estado ou ministério –, já configura um virtual RM[...].(O PARANÁ,19/01/07,P.02).

Na matéria abaixo, a empresa jornalística faz menção à falta de reconhecimento aos outros municípios lindeiros (Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Medianeira, Missal, Medianeira, Santa Helena, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Marechal Cândido Rondon,

Mercedes Pato Bragado, Terra Roxa, Guaíra). Ademais, o jornal expressa contrariedade à concretização da região metropolitana (RM) e, além do mais, sugere a criação de RM no município de Medianeira ou em Toledo. Nota-se de forma explícita a diferença de Foz em relação aos outros municípios ligados por Itaipu, apesar de que esses dois municípios possuem uma posição geográfica privilegiada. Com a utilização da marca linguística “principalmente”, verifica-se que “O Paraná” manifesta o desejo de que Toledo seria o município apropriado para a formação da RM.

Nesse caso, observa-se opinião do veículo de comunicação em prol da cidade de Toledo em detrimento das demais que seriam possíveis candidatas a tornarem-se RM. No enunciado, a parcialidade pode ser compreendida no feixe de relações políticas que o jornal possui com o prefeito de Toledo nesse período, mais precisamente com o proprietário (Alfredo Kaefer - PSDB). Assim, observa-se um discurso de oposição explícito em relação ao prefeito de Cascavel Lízias Tomé (Coligação PPS / PHS / PRTB / PC do B/ PT), e ao prefeito de Foz do Iguaçu Paulo Mac Donald Ghisi (Coligação PP / PDT / PT / PTB / PTN / PSC / PL / PPS / PAN / PSDC / PHS / PSB / PV / PSDB / PRONA / PC do B / PT do B.), que pertenciam a coligações partidárias ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Foz pouca identidade tem com os outros municípios oestinos a não ser o **aproveitamento dos recursos turísticos** da vizinhança com **Itaipu e seu lago**. Nesse caso, mais sentido haveria em criar uma RM em Medianeira, que está no centro da chamada Rota Oeste, ou principalmente Toledo que encabeça o trapézio formado pela antiga fazenda britânica. .(O PARANÁ, 19/01/07, P.02).

No fragmento abaixo, observa-se a aproximação da empresa jornalística ao discurso de oposição oriundo de Brasília, ao manifestar que os municípios menores estão estagnados em relação ao desenvolvimento humano. O uso da palavra “exceção” denota que as cidades ligadas à Itaipu, devido ao pagamento de Royalties, garantem que ocorra o aumento do IDH. Nesse sentido, constata-se uma regularidade discursiva acerca da relação do objeto com a questão do desenvolvimento econômico enquanto

projeto de Estado.

[...] Sem amenizar o peso que há sobre os pólos, sequer haveria sentido em criar RMS. Sua principal finalidade deve ser dar força e estímulo aos pequenos municípios, hoje sufocados por um baixo IDH, com **exceção daqueles ligados ao virtual “Estado no Estado” de Itaipu**, que por si só é uma ampla Região Metropolitana. (O PARANÁ, 19/01/07, P.02).

O segundo editorial analisado, registrado no dia treze de fevereiro, tem como título “Na ponta do lápis”. Nesse material, é retomada a temática da criação de uma RM em Cascavel, argumentando que vários estudos comprovam que a região possui inúmeras potencialidades econômicas, e que esses estudos, realizados por instituições como o Sindec, ACIC entre outros, apontam que a cidade tem a potencialidade de tornar-se uma RM, pois está localizada em uma região que interliga dois polos econômicos importantes do estado, Foz do Iguaçu e Toledo.

[...] as potencialidades econômicas da região, mas também em definir o gargalo, ou seja, os **obstáculos** à plena concretização desse potencial à plena concretização desse potencial. Também nesse caso, como de resto para o Estado e para o país, sempre tínhamos ótimos diagnósticos – sabemos que órgãos estão saudáveis e quais estão abalados ou doentes –, mas nem sempre aplicamos os melhores remédios. O programa Oeste Modernidade, desenvolvido em 1991 por iniciativa da Unioeste, Amop, Acamop, Caciopar, Itaipu, Sebrae, Seic, Ocepar, Cotriguaçu, e outras entidades. Este, aliás, deveria ser o momento em que o bairrismo tacanho deveria já ter cedido espaço a integração regional (O PARANÁ, 13/02/07, p.02).

Nesse documento, o enunciado de Itaipu Binacional aparece como uma instituição atuante no âmbito da pesquisa relacionada a outros órgãos envolvidos com o desenvolvimento econômico da região. E, nesse momento, a empresa jornalística faz uso de um discurso científico de cunho desenvolvimentista no âmbito econômico, para fazer críticas ao governo da situação (PT-PMDB), tendo como argumento o que é enunciado como “obstáculos”. Esse sentido é relacionado ao objeto de discurso como se a Itaipu fosse colaboradora no processo de construção de um diagnóstico acerca

das potencialidades de mercado. Entretanto, para que a região aproveite o potencial econômico comprovado até por pesquisas científicas, é necessário que o governo Estadual e Federal resolva os entraves que impedem que esse desenvolvimento ocorra, em todos os âmbitos da sociedade.

Nesse sentido, o objeto de discurso está atrelado à fonte produtora de conhecimento científico. Dessa forma, nota-se mais uma funcionalidade enunciada sobre a Itaipu, ou seja, além de geradora de energia, de instrumento de promoção de lucro e movimentação do mercado, de órgão vinculado diretamente aos ditames do Palácio da Alvorada, a de fonte geradora de discurso científico. A Itaipu foi empedrada de uma forma a ser inserida como instituição de referência em programas de desenvolvimento regional.

O terceiro editorial analisado, publicado no dia vinte dois de maio, com o título “Dividir para multiplicar”, foi veiculado no dia seguinte à inauguração das últimas unidades geradoras de Itaipu Binacional. A empresa jornalística coloca em uma balança a grandiosidade de Itaipu com a carência da educação básica, que especialmente se manifesta no município de Ramilândia. Nesse texto, observa-se a aproximação do “O Paraná” novamente ao discurso de oposição.

É justamente agora que os indicadores nacionais da educação apontam um município do Oeste como o mais carente em educação básica – Ramilândia – ao mesmo tempo em que os índices econômicos mostram a força do agronegócio regional, Itaipu completa sua **grandiosidade** energética, discute-se apaixonadamente a metropolização tradicional de Foz do Iguaçu e o terceiro eixo de desenvolvimento do Paraná, trapézio formado por Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Guaíra.

Contudo, o uso do adjetivo “grandiosidade” retoma o discurso ufanista do regime militar, visto que sobrepõe a Itaipu em um patamar de grandeza, que interligaria os principais polos econômicos da região oeste. A palavra “carência” remete ao estado a que alguns municípios foram submetidos em detrimento dos investimentos direcionados à Itaipu.

O quarto editorial analisado é do dia vinte três de maio, intitulado “Verbo necessário”. Esse editorial se refere aos investimentos que a região deveria receber com a construção da Ferrovia que interliga Oeste e Nordeste do Paraná, Cone Sul e do

Mato Grosso do Sul, e ainda a viabilização do aeroporto regional entre Toledo/PR e Cascavel/PR. Todavia, para que esses objetivos sejam alcançados, é necessário que o PAC disponibilize investimento para o setor de transporte paranaense. Nesse cenário, o verbo necessário, ao qual o editorial se refere, é o “exigir” essas melhorias para a região Oeste.

No trecho abaixo, é manifestada uma crítica ao Governo Federal, com a utilização das marcas linguísticas “enormes” e “esquemas”, que denota um posicionamento claro de oposição partidária, por parte do jornal. Com a utilização da “palavra” papel e “força”, a empresa jornalística define quais os setores da sociedade que terão que se unir para a erradicação da corrupção no país. Percebem-se, nessa parte do texto, os feixes de relações que a empresa jornalística possui com os empresários da região.

Nesse momento, em que estão sendo postos abaixo **enormes esquemas** de corrupção na esfera governamental – um trabalho que apenas começou – cresce ainda mais o papel do empresariado e das forças organizadas da população. (O PARANÁ, 23/05/07, p.02).

A Caciopar, ao lado da Unioeste, da **Itaipu Binacional**, e outras **organizações públicas** e privadas de caráter **regional** têm sido um instrumento importante de **defesa dos interesses da região**, que **são também** os interesses do Paraná e do Brasil. (O PARANÁ, 23/05/07, p.02).

O enunciado materializa a ideia de Itaipu como organismo estatal de ação na “defesa dos interesses da região”. Contudo, há regularidade do discurso relacionando o objeto aos interesses econômicos da região, quando se observa a relação do objeto com os interesses não apenas da região, mas como um ideário maior que está atrelado à política pública econômica de Estado, ou seja, da federação.

Os enunciados sobre Itaipu Binacional, no ano de 2007, estão relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento, fazendo parte de um acontecimento histórico, político e economia do país. E verifica-se, nos editoriais analisados, a manifestação de uma mesma FD, que atrelam o objeto de discurso ao desenvolvimento econômico

regional e nacional.

[...] o discurso [...] como uma prática social, historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos. Pensando a mídia como *prática discursiva*, produto de linguagem e processo histórico, para poder apreender o seu funcionamento, é necessário analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória (GREGOLIN, 2005, p.03)

Assumindo essa FD, o jornal não rompe com o discurso oriundo do início da construção da Itaipu Binacional. Há uma regularidade nos conceitos e significações e sentidos dados ao objeto. Ao se referir às publicações do “O Paraná”, verifica-se o exposto, quando as marcas linguísticas estão ligadas diretamente ao objeto utilizando os tempos verbais.

“Itaipu [...] em **defesa** dos interesses econômicos”

“Itaipu [...] **desenvolvendo** pesquisa em prol ao crescimento econômico”

“Itaipu [...] **aproveitamento** dos recursos turísticos”.

Nesse prisma, a função enunciativa daquele que fala e do lugar do qual se fala e para quem se fala possibilita ao analista identificar os feixes de relação que a empresa jornalística possui e reconhecer, nos enunciados, a relação entre política e jornalismo.

As relações discursivas partidárias aparecem nas críticas ao Governo Federal e Estadual, pois ambos os governantes faziam parte da oposição (PT- PMDB), quando comparado ao partido do dono do jornal (PSDB).

Nesse ponto da pesquisa, as marcas linguísticas analisadas indicam que o discurso do “O Paraná” foi construído a partir de feixe de relações discursivas que desvelam o interesse econômico e de poder, enfatizando os aspectos comerciais relacionados ao desenvolvimento econômico. Isso denota a parcialidade desse meio de comunicação na construção de seus discursos, pois este é regido por normas e inserido em um contexto histórico assumido por uma instituição dentre os meios de

comunicação e pelo sujeito quem redige o editorial, podendo ser um jornalista ou proprietário ou representante do grupo que mantém relações comerciais com a empresa jornalística, que no caso do “O Paraná” é um oligopólio que possui um posicionamento conservador e de direita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos editoriais do jornal “O Paraná” teve como objetivo principal analisar as relações discursivas identificadas nesses documentos, considerando política partidária em enunciados que centralizaram a Itaipu Binacional, nos anos de 1979, 1984 e 2007. Pretendeu, nessa dissertação, verificar se houve uma ruptura do discurso; demonstrar as condições de produção do discurso; e analisar os fatores que determinaram a uma possível dispersão ou regularidade do discurso.

Portanto, os questionamentos norteadores da análise foram: Houve diferença no tratamento dos discursos nos editoriais sobre Itaipu Binacional, relacionados à Ditadura, Redemocratização e Democrático? As qualificações do objeto de discurso Itaipu Binacional foram os mesmos nos anos em questão ou se modificaram? Partindo dessas perguntas, a essência da questão está em averiguar se o veículo de comunicação — jornal “O Paraná” — construiu o discurso de seus editoriais de forma diferenciada no que se refere aos enunciados que discorrem sobre a Itaipu.

Partiu-se do pressuposto de que o processo de construção dos editoriais pode sofrer influência interna ou externa, pois esse gênero jornalístico propaga a voz dos proprietários ou dos grupos que mantêm relações comerciais ou políticas com essas empresas jornalísticas. Outro ponto relevante é que o jornal “O Paraná” é um oligopólio, isto é, o poder político está atrelado ao poder econômico e, esse fator contribui para que as notícias sejam selecionadas conforme o interesse do mercado.

A seleção de dados sobre Itaipu Binacional resultou na leitura de 782 edições. Desses documentos, dezenove exemplares continham enunciados que fizeram menção à Hidrelétrica, totalizando 2,5% dos editoriais escolhidos para este estudo.

A partir das condições de emergência e marcas linguísticas utilizadas como subsídios para a análise, compreende-se que o grupo que gerencia o jornal em 1979, para ascender na política, em troca construiu um discurso calcado na FD do Governo Federal, explicitando os interesses políticos e partidários no meio do discurso. Outro ponto relevante é que o jornal construiu um discurso de apoio e legitimação para a construção da Usina e, conseqüentemente, a FD do sistema político em vigor e não foi

contrário, nem neutro e, por vezes, defendeu o sistema que vigorava.

Esta análise possibilitou identificar os feixes de relações que propiciaram a emergência do discurso sobre Itaipu Binacional que começam a se delinear, com os grandes proprietários rurais, pois o jornal toma partido de determinados seguimentos econômicos, visando, por meio da construção do discurso, defender seus interesses. Como se comprova, nos vários trechos dos editoriais analisados, o veículo impresso cobra soluções para os impasses dos transportes de grãos ou ainda, além de referir-se aos investimentos nos municípios da região.

Procura-se evidenciar como os interesses políticos que se materializam por meio do discurso nos editoriais, ressaltando que o jornal “O Paraná” apoiou a ditadura no país, no ano de 1979. Nesse contexto, o jornal, por diversas vezes nos editoriais analisados, demonstrou ser favorável ao projeto de desenvolvimento e de geração de energia implantado pelos militares na região.

No ano de 1984, o país vivenciou a transição do militarismo para a democracia, portanto, o contexto histórico muda e o proprietário do jornal também. Contudo, percebe-se uma ambiguidade no tratamento dos assuntos relacionados ao objeto de discurso, no que se refere ao “O Paraná”. Essa consideração parte da análise dos adjetivos, que denotam grandeza e se aproximam da FD propagada pelo governo Militar, o qual preconizava um desenvolvimento a partir da geração de energia. Contudo, os tempos verbais denotam a inclinação do meio de comunicação ao discurso de oposição liberal, salientando que, nesse período histórico, o país passava pela transição de regime governamental de uma ditadura para a democracia. Esse acontecimento discursivo é percebido nos editoriais pelas marcas linguísticas e pelas condições de emergência do discurso.

Tal antagonismo é explicitado, nos exemplares analisados, de acordo com o feixe de relações, uma vez que o proprietário, André Costi, possuía uma relação de amizade com o antigo proprietário, Jacy Sacanagatta. Contudo, o jornal sobrevive do grupo que mantém relações comerciais (em grande parte eram os comerciantes e agricultores), possibilitando a relação desse fato com emergência do discurso de discrepância.

Em 2007, o país já estava inserido em um sistema democrático e o jornal havia

sido vendido para Alfredo Kaefer, e a exemplo dos grandes meios de comunicação de massa no Brasil, configurava-se um oligopólio. Nesse sentido, as marcas linguísticas e as condições de emergência do discurso apontam para uma tendência em defender os interesses dos empresários da região oeste, visto que esses documentos tratam apenas de assuntos relacionados à formação da Região Metropolitana nas cidades do oeste. Nesse cenário, o objeto do discurso está relacionado a FD de desenvolvimento e progresso. Então, observa-se a regularidade do discurso sobre o objeto. Entretanto, ocorre a aproximação da política partidária quando aparecem as críticas ao Governo Federal e Estadual, que são respectivamente de partido (PT - PMDB), de oposição, a do dono do jornal, que é deputado federal pelo (PSDB).

Ao elaborar esta análise comparativa entre o contexto político e histórico, que permearam a construção dos editoriais, observa-se, no que se refere ao objeto de discurso, que há uma abordagem maior no período da Inauguração da Usina (1984), época de transição política da ditadura para a democracia. Nessa ocasião, o jornal apresenta Itaipu Binacional de forma ambígua, produzindo um sentido de grandiosidade — relacionando-a ao discurso do governo e de geradora de energia — e também de miséria; como se a Hidrelétrica fosse solução e causa dos problemas sociais e econômicos da região. Dessa forma, no ano de 1984, ocorre a dispersão do discurso e a regularidade.

Nos anos de 1979 e 2007, o discurso sobre Itaipu apresenta maior regularidade, pois, em ambos, os períodos esse objeto de discurso está atrelado ao desenvolvimento e à geração de energia, remetendo a FD do Governo Federal sob égide do Militarismo, quando data sua construção. Assim, pode-se afirmar que, no ano de 1984, época de transição da ditadura para a democracia, o objeto de discurso foi tratado de maneira diferenciada, aproximando-se da FD de oposição liberal, ou seja, uma FD contrária à FD do governo militar. Todavia, as qualificações não são unânimes, pois, em alguns momentos, manifestam-se as críticas ao objeto de discurso e, em outros, perpetua a ideal de Itaipu como fomento de desenvolvimento e produção energética. Assim, constata-se que, em 1984, há uma ruptura do discurso jornalístico com a FD propagada pelo militarismo.

Nesse contexto, “O Paraná” construiu o discurso de seus editoriais de forma

diferenciada em relação aos enunciados que discorrem sobre a Itaipu no ano de 1984, sobre o qual se observa uma dispersão da FD governamental de desenvolvimento e geração de energia. Verifica-se também que o determinante para produção desse gênero jornalístico foram os feixes de relações, no caso, o jornal com o âmbito econômico e político. Assim, foi parcialmente comprovada a hipótese de que o mercado determina as notícias, apresentadas nesse veículo de comunicação, pois verificou-se que a produção dos editoriais agrega o elemento político na determinação de fato que pode ser expresso ou silenciado.

Portanto, a partir das análises dos enunciados, constatou-se que estes revelam os sentidos que estão relacionados ao objeto desde a construção até a concretização da obra. Nesse percurso, os enunciados ainda evidenciam a relação do discurso jornalístico com o discurso político, manifestando a predominância de uma formação discursiva governamental e seus embates partidários. Para tanto, ora utiliza-se do interdiscurso como estratégia argumentativa, recorrendo à formação discursiva do movimento, apenas no ano de 1979, não ocorrendo mais a regularidade deste; e ora à formação discursiva científica, principalmente em 1984, quando predomina o discurso que remete à Itaipu como símbolo de desenvolvimento nacional, porém, também como responsável às mazelas sociais e econômicas instauradas na região. Já em 2007, ressoa apenas o tom de desenvolvimento, atrelado aos pedidos de consolidação da região e formação de uma metrópole, visto que a Itaipu, junto com o agronegócio, é considerada um eixo econômico.

A relação discursiva entre o jornal “O Paraná” e a política partidária pode ser identificada pela função discursiva, pelas marcas linguísticas dispostas nos textos analisados e ainda pelas condições de emergência do discurso. Em todos os editoriais analisados, observou-se a presença desses elementos que constituíram o discurso. Em 1979, o jornal se aproxima da FD do Governo Federal. Em 1984, o discurso já é de oposição, porém, em alguns editoriais, o meio de comunicação não rompe com a FD do governo. E, por fim, em 2007, aparece explicitamente essa relação, pois, os editoriais analisados criticam o Governo Federal.

Esse estudo foi de significativa importância e de um alto grau de complexidade teórico-metodológico, considerando que a aplicação da Análise Discursiva, pelo viés da Arqueologia do Saber, demanda do analista um forte exercício de sair de seus feixes de relações para poder olhar o objeto do discurso e as condições de emergência deste. Dessa forma, pode-se identificar e descrever os sentidos que emergem sobre o objeto a partir de um dado corpus analítico. Assim, o presente trabalho, pautado nos estudos foucaultianos, possibilitou o exercício de uma leitura científica, conhecer os feixes de relação do meio de comunicação em estudo, bem como as mudanças e a implicabilidade dessas relações nos discursos e produção de sentidos sobre o objeto de investigação.

REFERÊNCIAS

A TRANSFORMAÇÃO DA COPEL. Cascavel, 21 jun., 1979. Editorial.

APOLINÁRIO, R. M. **Redemocratização e o Governo Sarney**, Projeto Araribá, 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007. p. 219-230.

ARBEX, J. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001, p. 95-137.

AS TENSÕES SOCIAIS NO CAMPO. Cascavel, 26 jun., 1979.

AZEVEDO, D. S. R. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Filogênese**. Vol. 6, nº 2, 2013.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

BALOCCO, A. E. Quando a ficção invade a prosa: práticas discursivas não- canônicas do discurso acadêmico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 2, p. 249-266, jan./jun. 2005, p. 253.

BIAR, L. A. Discurso, sociedade e cognição: uma análise de editoriais. In: Tania gastão Saliés; Tania Shepherd. (Org.). **Linguagem, teoria, análise e aplicações**. 1.ed. Rio de Janeiro: Publit, 2006, p. 139-156.

BIONDI, A.; CHARÃO, C. **Terra de gigantes**. Revista Adusp, n. 42, 2008. p.6-25

BOAS, C. T. V. **Para Ler Michel Foucault**. Revisão Arnaldo de Almeida José B. Donadon Leal. 2. ed. Imprensa Universitária da Ufop, Eletrônica, 2002.

CASAGRANDE, A. E.; SOUZA, E. B. C. Do planejamento ao orçamento territorial: estudo da região da costa oeste. In: FABRINI, J. E.; DIAS, S. **Dinâmica territorial e ambiental em espaço de fronteira**. Cascavel: Edunioeste, 2012. p. 65-82.

CHIAVENATO, J. J. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

COLOMBO, R. **Escândalo Midiático e Impacto Eleitoral: as Reeleições dos Deputados Estaduais Nelson Justus E Alexandre Curi No Paraná**; (Dissertação de Mestrado); CURITIBA 2010. Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2010.

DALDEGAN, M. C. Política Em Pauta: Um Estudo Comparativo Da Visibilidade De Jaime Lerner no Jornal Gazeta Do Povo Enquanto Prefeito De Curitiba Em Três Mandatos. (Dissertação de Mestrado); Curitiba 2012. Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2012.

DIVIDIR PARA MULTIPLICAR. Cascavel, 22 maio, 2007.

FISCHER, M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, novembro/ 2001

FONSECA, F. Mídia e Democracia: Uma Análise Conceitual e Histórica Da Atuação Dos Meios De Comunicação. SILVA, C. L.; RAUTENBERG, E. (Orgs.) **História e imprensa: estudos de hegemonia**. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

FORTALECER OS PEQUENOS. Cascavel, 19 jan., 2007.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GONÇALVES, S. C. O método arqueológico de análise discursiva: o percurso metodológico de Michel Foucault. **História e-história**, 2009. p. 01-13. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=158>>. Acesso em: 13 out., 2015.

GREGOLIN, R. M. Formação discursiva, redes de memória e trajetórias Sociais de sentido: mídia e produção de identidades. Anais... **II Seminário de Análise do Discurso (SEAD)**, na UFRGS, Porto Alegre, 2005.

GREGOLIN, R. M. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v.04 n.11 p.11-25, Nov.2007.

GRINBERG, K. **O Brasil Contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2013

GUAÍRA A ESPERA DE SOLUÇÕES. Cascavel, 13 out., 1979.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOLANDA, J. A. **Jogos de verdades sobre Dilma Rousseff na mídia: Análise de editoriais do jornal a Folha de São Paulo e da revista Carta Capital**. (Dissertação de Mestrado). Goiânia, 2012. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Goiânia, 2012.

IÑGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Trad. Joscelyne V.L. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ITAIPU É NOSSO MAR. Cascavel, 12 dez., 1984.

ITAIPU E OS BILHÕES DOS BANQUEIROS. Cascavel, 25 out., 1984.

ITAIPU. **Diretoria e conselho**. Disponível em: [http://www.itaipu.gov.br/institucional/diretoria e-conselho](http://www.itaipu.gov.br/institucional/diretoria-e-conselho). Acesso em: 29 jan., 2013.

JAWSNICKER, C. Produção Jornalística Impressa Em Cascavel Na Década De 70: Dilema Entre Independência Editorial E Interesses Político-Econômicos. **Ciências Sociais em Perspectiva** (7) 12: 1 7 1 -1 8 2 1º sem. 2008.

MACIEL, D. A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974 -1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MASCARENHAS, M. C. **Poeira X Unicon: confrontos e contrapontos**. 151 p. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon, 2011. Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

MAZZAROLLO, J. **A Taipa da injustiça**. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra, 1980. Vol. 01.

MAZZAROLLO, J. **A Taipa da injustiça**. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra, 2003. Vol. 02.

McCOMBS, M. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Tradução: Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção Clássica da comunicação Social).

MELO, J. M. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Mantiqueira, 2003.

MORAES, D. Ativismo em rede: comunicação virtual e contra hegemonia. In: MORAES, D. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

MOREIRA, R. R. A Naturalização Da Estigmatização Do “Menor” Na Mídia Cascavelense. Anais... **II Seminário Nacional em Estudos da Linguagem**: 06 a 08 de outubro de 2010 Diversidade, Ensino e Linguagem UNIOESTE, Cascavel / PR.

NA PONTA DO LÁPIS. Cascavel, 13 fev., 2007.

NAPOLITANO, M. **O regime militar brasileiro 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998.

O DIA DE ITAIPU (1). Cascavel, 24 out., 1984.

O DIA DE ITAIPU (2). Cascavel, 30 out., 1984.

O DIA DE ITAIPU (FINAL). Cascavel, 31 out., 1984.

O DRAMA DOS MUNICÍPIOS. Cascavel, 16 set., 1979.

OLIVEIRA, J. O discurso jornalístico e a produção de sentidos: a criança e o adolescente na mídia impressa. **Revista Eletrônica Temática**, Ano V, n. 11 – novembro/2009. Disponível em: <www.insite.pro.br> Acesso em: 21 jun., 2015.

ORLANDI, E, P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez 2005.

OS CASSINOS EM DEBATE. Cascavel, 27 set., 1984.

PEREIRA, O, D. **Itaipu – Prós e Contras**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra S.A., 1974.

PINTO, C, R, J. **Com A Palavra O Senhor Presidente José Sarney Ou Como Entender Os Meandros Da Linguagem Do Poder**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

PINTO, C.R.J. **Elementos para uma análise de discurso político**, Barbarói, 2009. Disponível em <http://www.unochapeco.edu.br/saa/correio/2013/09/137968170554907/elementos_para_uma_anaalise_de_discurso_polatico.pdf>. Acesso em: 29 ago., 2015.

PINTO, T,G. **Itaipu Integração em concreto ou uma pedra no caminho**. Barueri, SP: Manoel, 2009.

RIBEIRO, M. F. B. **Memórias do Concreto**. Cascavel: Edunioeste, 2002. Vol. 01.

RODRIGUES, J. D. E. **História em documento**. São Paulo: Ed. Renovada, 1992.

SANTA HELENA FAZ A HORA. Cascavel, 14 dez., 1984.

SOLUÇÕES PARA FOZ. Cascavel, 04 dez., 1984.

SÓRIA, M. A. Z. **Usina de Itaipu: integração energética entre Brasil e Paraguai - uma síntese histórica da Itaipu Binacional**. Curitiba: UFPR, 2012.

SOUZA, E. B. **A (re) produção da região do lago de Itaipu**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

SWITKES, G. **A Construção de Barragens na América Latina**. 2001. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/A+Construcao+de+Barragens+na+America+Latina/34>>. Acesso em: 18 jun., 2014.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Resultado das eleições municipais do ano de 2004.** <<http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>. Acesso em 29 jun., 2015.

TORRES, H.B. O telejornalismo global e suas relações discursivas a partir de Foucault, **Revista Caminhando**, v.16, n.2, p.97-106, jul/dez.2011.

UM GRANDE LAGO? Cascavel, 26 set., 1984.

UM NÃO À NAVEGAÇÃO FLUVIAL. Cascavel, 04 set., 1979.

UM NATAL PARA POUCOS. Cascavel, 25 dez., 1984.

VERBO NECESSÁRIO. Cascavel, 23 maio, 2007.

VOSS, J. **O conceito de formação discursiva de Foucault e o tratamento de objetos da mídia: sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira.** 140f. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras). Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

ANEXOS

ANEXO 1

A transformação da Copel

21 de julho 79

ante dos problemas que despon-
m incógnitos no horizonte da
ergia elétrica e cujos rumos
derão sofrer sensíveis modi-
ações a partir de terça-feira, dia
1, durante a reunião da Comissão
cional de Energia, o Paraná
epara-se para a luta, com idéias
modificações no seio estrutural
Copel-Companhia Paranaense
Energia Elétrica, que poderá se
transformar em "empresa ener-
tica", com fins mais amplos no
ntexto das buscas de energia al-
nativa. Se transformada, a
pel passará ao campo da ex-
oração do carvão, além da
redução de mais três usinas
droelétricas para aumentar o seu
otencial no setor da eletricidade,
e seriam erguidas ao longo do
o Iguaçu. Na pauta de idéias es-
o também os estudos para o
proveitamento hidroelétrico
as bacias dos rios Piquiri, Ivai e
bagi e, ao longo prazo, a
xploração do metano. A reve-
ção foi feita pelo Presidente da
opel, Douglas Luz, informando
ue a gaseificação do carvão das

Curitiba, é uma das prioridades de
exploração de energia alternativa
da empresa. Atualmente, a Em-
presa de Mineração do Paraná-
Mineropar, estuda o levantamento
da potencialidade da jazida de car-
vão que atualmente é explorada
por mãos paulistas, na figura da
filha do ex-governador Adhemar
de Barros, em Figueira. Contudo,
alguns entraves ainda existem
com respeito a Figueira, como a
dificuldade em estabelecer defi-
nitivamente a extensão da jazida,
que aponta uma reserva média de
30 milhões de toneladas. Com-
parada com as reservas do Rio
Grande do Sul, que são de 700
milhões de toneladas, e com as de
Santa Catarina, que atingem 300
milhões, a nossa pode ser con-
siderada como insignificante.
Porém, do ponto de vista técnico,
levamos uma certa vantagem. O
nosso carvão tem menor teor de
cinzas, que chega aos 30 por cento
a menos que o gaúcho e o cata-
rinense, prestando-se muito mais
para a gaseificação.

Por outro lado, na área

teremos seis longos anos pela
frente, para que o nosso potencial
energético passe ao fornecimento
em maior escala, com a entrada
em operações, em 85, das usinas
de Itaipu, Foz do Iguaçu e Salto
Santiago. Ai, teremos 50 por cento
da energia em demanda para a
época, que será de 30 milhões de
quilowates. Enquanto isso, ainda
segundo o Presidente da Copel, no
próximos 30 dias a Eletrobrás
deverá definir a construção de
mais três usinas no Paraná: a
hidroelétrica de Segredo, com
milhões e 100 mil Kv, Caxias, com
2 milhões de Kv e Capanema, com
800 mil Kv. Mas tudo isso levar
tempo. E enquanto um aument
efetivo e sensível não chegar, e
dias são obscuros e ninguém pod
aventar os acontecimentos pa-
raleslos que poderão advir se
medida mais drástica e inespera
acontecer, que é o racionamento.
Isso fatalmente ocasionará men
tempo de aproveitamento e
horário de trabalho das indústrias
com medidas funestas que p
derão acontecer, com o dese
At 14 de julho, outra história

ANEXO 2 -

O PARANA

As tensões sociais no campo

Em seu depoimento na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, em Brasília, José Francisco da Silva, residente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, acusou os órgãos estatais como a Itaipu Binacional, Chesf.

Codevasf e Dnocs, de causar tensões sociais em suas áreas de atuação. Para ele, não basta que o Governo dê prioridade à agricultura. É preciso, também que se estabeleça um apoio fortalecido às diversas categorias participantes das atividades agrícolas do País, entre elas os trabalhadores rurais, os empresários e os fazendeiros. Para que isso seja possível, o presidente da Contag abordou a execução de uma reforma agrária profunda, como única solução do problema ora existente e que entrava os melhores propósitos de desenvolvimento agrícola e pecuário no Brasil. A reforma agrária que se preconiza, não é aquela de tirar de quem tem muito e dar para quem tem pouco. Aspecto visto antigamente como a solução. Reforma agrária no seu conceito pleno, hoje, é a distribuição de renda justa e real, poder e direitos que devam ser legados ao homem do campo, nas suas diversas categorias. Como os trabalhadores rurais compõem um imenso grupo que engloba cerca da metade da população brasileira, não é possível uma solução duradoura se esse imenso batalhão de trabalhadores rurais permanecer na margi-

se tentaram para a fixação do homem do campo em seu meio, fracassaram, como o Proterra, Polonordeste e Pró-Rural. Tudo por falta de uma adequação real quanto aos problemas sociais que invadiram o campo, inclusive com tensões geradas pelos próprios órgãos públicos, justiça e autoridades, nos casos de grilagem e posses de terra, em diversas regiões do País, nos conhecidos conflitos que grassaram em praticamente todo o território nacional. Um levantamento feito nos arquivos da Confederação mostrou que mais de 50 mil pessoas estiveram envolvidas nesses conflitos de terra, nos últimos três anos, especialmente nos Estados do Mato Grosso, Maranhão e Bahia. Também no Paraná são bastante conhecidos os traumas causados pelo mesmo motivo, como em Golás, Rondônia e outros pelo Brasil afora. Essas tensões sociais maléficas ao meio rural são um dos principais problemas que devem ser combatidos pelas áreas federais, para que o homem do campo se sinta seguro e possa trabalhar com tranquilidade e produzir melhor, contando com todo o apoio necessário, como implantação de uma reforma agrária justa, onde a divisão da terra não seja a prerrogativa essencial, pois nestes moldes, ao invés de resolver o problema, causaria conflitos ainda maiores. O apoio governamental aos pequenos e médios agricultores, principalmente, é o ponto importante para que se alcancem as metas desejadas de autoafirmação agrícola do

ANEXO 3

Um não a navegação fluvial

O Instituto de Engenharia de São Paulo, manifestou-se contrário a anunciada decisão do ministro dos Transportes, Eliseu Resende, de relegar para planos secundários a navegação fluvial no Brasil. Temos que nós alinhar aos engenheiros paulistas, notadamente quando sabemos que a navegação ao longo do sistema Tietê-Paraná, no qual os governos da União e de São Paulo já injetaram vultuosos investimentos, seria uma das grandes soluções para escoar a produção da importante faixa agrícola do Paraná, São Paulo e Mato Grosso.

Se a navegação fluvial ficar relegada a segundos planos, os recursos já aplicados pelos governos permanecerão ociosos se o poder público - no caso, o Ministério dos Transportes - não decidir terminar o que já foi iniciado e finalmente usar com eficiência o econômico sistema fluvial.

Afinal, há uma recomendação, emanada da própria Presidência da República, por meio de diversos ministérios, como o das Minas e Energia, sobre a urgente necessidade em que nos encontramos de economizar combustível e de usar preferencialmente outras fontes alternativas de energia, que nos permitam eco-

O ministro dos Transportes é autoridade afeita aos problemas básicos do País e conhece muito bem a conjuntura atual e a importância dos sistemas que permitam conduzir grandes cargas a grandes distâncias, com um gasto relativamente baixo de combustível. Tal é o caso do transporte hidroviário. No que concerne particularmente ao sistema Tietê - Paraná, é preciso levar em conta outros fatores altamente favoráveis ao uso da hidrovia, entre os quais sobressai a facilidade de escoamento das safras agrícolas produzidas em áreas de terras férteis de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Paraná, as quais formaram uma região geoeconômica de importância basilar para a economia do País. Basta atentar, para que se julgue da procedência de tais observações, que aí se produzirão, por volta de 1985, nada menos de 20 milhões de toneladas anuais de trigo e soja. Para que tal perspectiva alvissareira se concretize, contudo, é mister transportar para essas áreas grandes quantidades de calcário e de fertilizantes.

Não há dúvidas alguma de que tais produtos e insumo constituem carga típica da navegação fluvial, como ocorre em todos os países do mundo, incluindo os Es-

tados Unidos e União Soviética, onde os órgãos de planejamento - no caso brasileiro a Secretaria de Planejamento - desaconselham distorções que possam tornar os produtos básicos excessivamente dispendidos. Não nos esqueçamos de que a carreira de economista do sr. Delfino Netto se iniciou justamente na antiga Comissão Intergovernamental da Bacia Paraná-Uruguai - CIBPU -, entidade pioneira de planejamento integrado e de estudos de viabilidade econômica, na qual se desenvolvem, sob orientação pessoal de seu exa, os estudos que acabariam por transformar os rios Tietê e Paraná na primeira grande hidrovia da América do Sul com 1.550 quilômetros ligando Anhembi, no Estado de São Paulo, a Guaíba, nas cercanias da hidrelétrica de Itaipu.

Para que se complete essa ligação faltam algumas obras civis e eletromecânicas, incluídas no programa traçado em conjunto pelo Cesp e pela Portobrás, cuja possibilidade de realização se supõe hoje ameaçada pela falta de visão conjunta dos problemas de algumas autoridades federais, entre elas, na apreciação do Instituto de Engenharia de São Paulo, o próprio ministro Eliseu Resende.

ANEXO 4

U drama dos municípios 16

Ao reivindicar para as Prefeituras Municipais, em pronunciamento na Assembléia Legislativa, juro subsidiado na aquisição de maquinário, o deputado Luis Alberto Martins de Oliveira (Arena-Sul-este) afirmou em sua justificativa: "Um dos grandes problemas do atual modelo de desenvolvimento brasileiro é a concentração de recursos nas mãos dos órgãos federais, em detrimento, principalmente, dos Municípios".

prosseguiu o parlamentar: "Tal situação é tão grave que homens dos dois Partidos estão unidos e leiteiam uma emenda Constitucional que possa reformular a atual sistemática tributária nacional".

Si esta, aliás, a tônica do 2º Encontro de Prefeitos que terminou ontem em Foz do Iguaçu com a saída dos Prefeitos Municipais as obras da Usina Hidrelétrica deaipu após a aprovação da "Carta de Foz do Iguaçu" importante documento que reúne as reivindicações dos municipalistas para reverter o caos da República.

Os Prefeitos Municipais presentes em Foz estavam efetivamente ocupados com as dificuldades

enfrentadas e com as pressões que alguns deles começam a sofrer das Câmaras municipais, pois os vereadores, a exemplos dos Prefeitos, representam facções de opinião pública preocupadas com a situação dos municípios, e naturalmente passam a exigir das Prefeituras atividades mais objetivas. Ocorre, e os Prefeitos comentavam isso, uma "roda viva" que a classe política é obrigada a enfrentar no exato momento em que as Prefeituras Municipais enfrentam dificuldades inclusive para cumprir os seus compromissos com as folhas de pagamentos dos servidores municipais.

A "Carta de Foz do Iguaçu", a qual deve ser acrescentado um documento dos vereadores que se reúnem, nos próximos dias em Caiobá, é uma petição dramática onde os Prefeitos pedem mais recursos e menos compromissos, pois as Prefeituras já não suportam mais a carga sobre seus ombros e ameaçam ruir, levando nesta ruína, toda a estrutura da Nação.

Parece não existir nenhum outro caminho. O roteiro traçado pelos Prefeitos busca uma Reforma

Tributária efetiva que tire um pouco do Governo Federal, que enfeixa todos os recursos, ofereça um pouco mais aos Estados e Municípios.

Porque nesta conjuntura não é só Município que está penando mas também o Estado e o deputado federal Nivaldo Fruguer uma das maiores autoridades em municipalismo neste País, afirmava em Foz do Iguaçu que sua preocupação com a situação dos municípios é grande, "mas a situação dos Estados é ainda pior".

Há, alguma coisa errada no Reino da Dinamarca.

E se há alguma coisa errada, chegou o momento de ser feita uma alteração de infra-estrutura para que num futuro próximo o País não venha ser transformado num bloco desigual, com o Governo Federal concentrando todas as riquezas e os Estados e Município vivendo em estado falimentar sem realizar as suas tarefas constitucionais e sem cumprir com seus objetivos históricos.

É hora de mudar e precisamos de medidas urgentes pois os palcos e as contemporizações já se encontram em fase de exaustão.

ANEXO 5

Guaíra, a ^{13 outubro}espera das soluções

O município de Guaíra se prepara para as mudanças que sofrerá com o lado de Itaipu e sua população já está consciente de que as grandes atrações turísticas - as 7 Quedas - irão que ser substituídas para o pequeno esquema turístico o município que existe no momento não seja afetado com maior profundidade.

Para o prefeito Kurt Hasper, que já mais de 14 anos comanda o município, a tarefa de conseguir compensações para Guaíra não parece ser das mais difíceis pois ele é um homem muito familiarizado com os gabinetes ministeriais e vem se empenhando, em Brasília, para conseguir soluções que representem compensações para os moradores da cidade de Guaíra.

Va verdade um dos passos que consideramos essenciais seria in-

ter federal, da navegação do rio Paraná e em consequência da aprovação dos recursos fluviais existentes na região, com Guaíra se transformando num porto fluvial com grande movimento.

Também a autorização para funcionamento no município de alguns moinhos de trigo, poderia evitar o "passelo" que o trigo está fazendo rumo a São Paulo e em consequência, economizar divisas para o País com a diminuição considerável de gastos com combustíveis. Atualmente o trigo em grão é transportado para São Paulo, via Guaíra, para depois retornar industrializado, porque não temos aqui no Oeste cotas de moagem para atender a nossa produção. Com medidas que permitissem melhores condições para a economia do município, Guaíra poderá superar a falta das 7

como atração turística) e abrir caminho para o surgimento de clubes de pesca e clubes náuticos que aproveitaram o potencial do lago e a facilidade de acesso, de mais diferentes regiões do Estado a Guaíra. O que não se pode esquecer é que Guaíra se constitui hoje num dos pontos de atração aos que gostam de adquirir peixes os mais raros de nossas grandes rios e quem tem lá aquela cidade pode considerar uma felicidade a fartura de ofertas dos mais deliciosos produtos dos rios brasileiros.

Seria necessário, no entanto, que ao lado das peixarias que oferecem o produto em grande escala, houvesse condições do desenvolvimento de restaurantes especializados pois os existentes atualmente deixam muito a desejar e estão muito longe do necessário exigido pelos turistas inter-

ANEXO 6

2 p. semana 1984 **Um grande lago?**

Segundo dados relatados pelo deputado Caíto Quintana, que está engajado à luta dos municípios do Oeste e Sudoeste contra a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Capanema, "se todos os projetos existentes atualmente para a construção de usinas hidrelétricas forem executados, uma quinta parte do território paranaense ficará debaixo d'água" da nova obra. Esta é uma informação que vem confirmar o desprestígio e o desrespeito cada vez maiores de nossas autoridades para com o povo do Paraná. O governo federal parece atuar em detrimento do maior celeiro agrícola do país que é o Paraná, um Estado que quanto mais divisas conquista para a Federação, menos dela recebe. O País não pode dispensar a energia elétrica, fonte viva e seu progresso, mas por outro lado também não pode submergir terras das mais férteis de todo o território nacional quando não lhe fal-

usinas em outros locais onde os lucros de tais obras serão sempre maiores que os prejuízos.

A idéia da construção da Usina de Salto Capanema é ainda mais absurda quando se sabe que a barragem projetada com 58 metros de altura para represar as águas do rio Iguaçu, vai alagar e, conseqüentemente, destruir grande parte das matas do Parque Nacional do Iguaçu.

Se o Oeste teve seu clima transformado completamente com a formação do lago de Itaipu, imaginem só como será com a destruição de uma grande parte das matas do Parque Nacional, hoje uma espécie de máquina controladora do tempo! As conseqüências certamente serão muito mais desastrosas para a agricultura do Oeste paranaense que já sofre seriamente com a imensa inundação de Itaipu. E se não bastasse a destruição de parte do Parque Nacional, a Usina Hidrelétrica de Salto Capanema

total de 8.390 hectares terras férteis, "consumindo nada menos que 1.500 pequenas propriedades. Isso representa, segundo dados oficiais, que mais de quatro mil pessoas perderão a terra que são hoje a fonte de sustento de suas famílias. Para possibilitar a extração de um milhão de KW dia de energia, esta usina irá provocar mais fome, mais desemprego, enfim, uma contrapartida altamente desastrosa para mais uma obra faraônica do governo federal que irá atender uma minoria.

Mas nesta luta contra a construção da Usina de Salto Capanema, as regiões Oeste e Sudoeste já contam com um aliado muito importante: é o governador José Richetti, que manifestou total apoio ao movimento. Já é chegada a hora de o Paraná lutar com unhas e dentes contra os mandos e desmandos do governo federal, pois do contrário, como disse o deputado Caíto Quintana, "

ANEXO 7

27/4/87 Os cassinos em debate

Superada a fase de euforia representada pelo pique da obra de construção da Usina de Itaipu, o município de Foz do Iguaçu passa a viver a volta ao seu ritmo normal de crescimento, ocasionado para o turismo pela beleza das Cataratas do Iguaçu e pela atração representada pelo comércio na zona Franca de Presidente Froessner. Foz do Iguaçu assou a ser quase um regatão no inferno da construção de Itaipu quando o fim da obra inchou a cidade e fez com que o custo de vida tomasse proporções estimáveis. Foz do Iguaçu viveu, em consequência, um longo período de excessos em todos os sentidos, com os preços altíssimos, os custos dos alimentos e das residências muito acima dos valores normais de mercado. Agora, Itaipu praticamente montada, seus trabalhadores migraram para outras frentes de trabalho onde continuam com suas ações como arrageiros, e Foz do Iguaçu atualmente está com a

população normal e que representa o número ideal para se constituir numa cidade sem os piques dos tempos de Itaipu mas sem o subdesenvolvimento do período anterior a grande obra. Vivendo do turismo, do comércio e das exportações, pode passar a viver também da pesca no lago de Itaipu, das indústrias que devem surgir em razão das novas necessidades e principalmente da ampliação das exportações para o Paraguai, a Argentina e os demais países da América Latina. É preciso, apenas, que o povo de Foz se conscientize de suas novas potencialidades e não fique sonhando com obras faraônicas de grupos particulares, gerando milhares de empregos para quem está sem trabalho na fronteira. Bem ao contrário, Foz deverá viver a sua própria realidade, equacionar seu progresso dentro de parâmetros racionais e sentir que agora sua vocação continuará sendo o turismo com a hotelaria bem estruturada que o município

possui, e as exportações precisam contar com o apoio maior das autoridades federais mas que não podem continuar sendo feitas em níveis tímidos como vinham acontecendo no passado quando os exportadores não contavam com os incentivos e os mecanismos que hoje são ideais.

Hoje, quando se reúnem em Curitiba técnicos em turismo no Fórum da Assembleia Legislativa e quando estão em debate o turismo em nosso Estado, é preciso que superemos nossa timidez para abordar a necessidade do Brasil revogar a lei de Eurico Gaspar Dutra, que proibiu o jogo no Brasil e fechou nossos cassinos. Num país em que o Governo banca o jogo (Lote, Loteria Esportiva, Loterias, etc.) não é justo que a rede de cassinos que pode evitar a evasão de milhões e milhões de cruzeiros para a Argentina e Paraguai continue proibida por lei quando ela seria uma grande solução para o desemprego nas áreas de turismo e lazer.

Itaipu nasce também num momento em que o País sonha com a retomada do desenvolvimento industrial, que poderia proporcionar à nossa indústria a utilização de toda a energia gerada por Itaipu desde que confirmado o crescimento do consumo, até o ano de 1.990, que pode chegar a média

ANEXO 9

Itaipu e os bilhões dos banqueiros

Quando os presidentes João Figueiredo e Alfredo Stroessner acionarem a segunda turbina de Itaipu, esta manhã em Foz do Iguaçu, estará ampliada a produção de energia da "maior usina do mundo" e cumprida a segunda parte do cronograma que está prevendo até o final do ano a produção de 1.400 mil kw/h. Esta energia não chega uma hora de euforia para o nosso País, mas representa a compensação de anos de sacrifício e de trabalho que repara o Brasil para acertar o ritmo de crescimento industrial compatível com a população e as mudanças corridas na sua infraestrutura industrial, nos últimos vinte anos. O presidente Figueiredo deu grande importância à energia, ao assumir o governo do Brasil, pois ele sentiu, na economia nacional, os efeitos da pressão das importações de petróleo, responsáveis pelo desequilíbrio econômico-financeiro que o País viveu no início da década. "A vida cada um de nós, o nosso dia-a-dia, tudo o que temos e o que podemos ter depende dos recursos

energéticos que temos a nosso alcance. A energia está presente em tudo. Na lâmpada que se acende, no veículo que nos leva ao trabalho ou ao passeio, nas fazendas, nas fábricas que nos dão trabalho, nas escolas, nos hospitais. A falta de energia paralisa um País, impede o progresso, mantém a miséria. Em qualquer País, as regiões com energia abundante são ricas. As regiões sem energia não conseguem vencer a pobreza". Esta é a definição do presidente. É preciso se fazer justiça ao governo neste aspecto energético, pois ele deu ênfase especial aos programas da Petrobrás, da Eletrobrás e do Pro-alcool, o que nos levou a diminuir nossas importações de petróleo de 11 bilhões e 300 milhões de dólares em 1981 para 6 bilhões e 800 milhões em 83, o que demonstra a importância do programa do governo na área de Minas e Energia.

A Usina de Itaipu, que hoje será entregue oficialmente a produção comercial de energia, custou aos cofres públicos US\$ 7,35 bilhões de cruzeiros em custos diretos e US\$ 5,995 bilhões de dólares,

em custos financeiros, o que representa um lucro excepcional aos banqueiros internacionais, os maiores beneficiários, em princípio, desta obra faraônica. Para a equipagem de Itaipu, a binacional ainda gastará aproximadamente 2 bilhões de dólares na complementação de equipamentos nos próximos cinco anos e ainda não se tem notícia da viabilização financeira da usina.

O presidente João Figueiredo completa o seu governo com as turbinas de Itaipu gerando energia e gerando dólares, mas não se conhece ainda o cronograma de rentabilidade de Itaipu e a posição em que se encontra a binacional em relação ao seu futuro como empresa com altos investimentos a devolver em energia ao povo brasileiro. A Itaipu, como sempre, continuará não explicando os seus negócios nem esclarecendo os motivos que a levaram a gerar miséria e problemas sociais em toda a sua área de influência, em contraste com as mordomias que sempre caracterizaram a presença de seu presidente em Foz do Iguaçu.

O Dia de Itaipu (2)

O volume da dívida externa gerada pela binacional que construiu Itaipu e a diferença do preço orçamentado ao custo final foram assuntos que estiveram fora das conversas oficiais dos governantes do Brasil e do Paraguai, durante a festa que marcou a inauguração oficial da usina e o acionamento de sua segunda turbina de geração de energia. Perto de 150 garçons, contratados até em São Paulo e Rio, serviram o coquetel aos mil convidados especiais, logo após os discursos dos dois presidentes, nas o calor terrível e os rajes exigidos para a solenidade (gravata e paletó, apesar dos mais de 40 graus) em demonstraram a falta e bom senso dos responsáveis pela festa/ Mas o rimonial de Itaipu coeteu, talvez, um erro muito rio de avaliação política da ugação, ao manter a al-úpula do PDS paranaense ticamente afastada da

decisão de emitir convites, pois, se a festa se transformou num show de mordomia (talvez a mais perfeita que Costa Cavalcanti conseguiu em quase dez anos de reinado) ela foi um fracasso político pois o desinteresse a que foi relegada a classe política pode até ser fatal para as esperanças do candidato do PDS de conseguir o apoio ainda maior da classe política. Talvez Maluf tenha conseguido driblar a má sorte que lhe causou o Itaipu nos contatos ao pé do ouvido que realizou no Hotel Carimã, mas lamentavelmente para o candidato o acontecimento em nada ajudou sua campanha. A irritação do candidato com a dependência que obras como Itaipu geram, poderia ser notada, durante a reunião com as lideranças do PDS (ninguém da cúpula do governo presente) quando ele fez severos reparos a dívida externa brasileira e a forma como o FMI mantém o País sob intervenção econômica. Num discurso de tom e con-

tes, esfor-
do-
eita
se-
de
sso
e a
se
nal
o
se
na
r-
u
o
e
a
Dependência de Itaipu p/ Carrero

teudo oposicionista Maluf conseguiu absorver a nítida revolta dos prefeitos do PD que haviam sido colocados totalmente a margem da inauguração da Itaipu e que estavam em Foz do Iguaçu para ver o seu candidato. Maluf aproveitou o clima para fazer reparos na política governamental, muito embora sempre poupasse críticas ao presidente Figueiredo ou a qualquer um de seus auxiliares. Com o discurso contudente ele absorveu os descontentamentos gerais e conseguiu sair de Foz do Iguaçu de bem com o mundo. O mesmo não sucedeu com a comitiva do presidente João Figueiredo que não recebeu o calor da população ficando obrigada a se contentar com o sol das belas piscinas dos hotéis de luxo e com o calor das mitâneas de doses do bom whisky escocês consumido por estes homens de bom gosto de um Governo que permanentemente esgarra na cara do povo com as suas mordomias excepcionais

Cartão de Américo

ANEXO 11

Itaipu p^o começar ficar endividado 3/1/0

O Dia de Itaipu (Final)

define a base da hidr. p^o o

Se os paraguaios consideraram Itaipu como a forma do Brasil resgatar os seus débitos com o povo guarany, eles cometem mais um equívoco de avaliação, pois todas as consequências da dívida externa que o Paraguai passa a enfrentar agora, são resultantes desta invasão econômica que o Brasil faz no Cone Sul, contrariando inclusive as suas tradições não expansionistas. O discurso do presidente Alfredo Stroessner talvez tenha sido um documento consciente elaborado pelo velho ditador que passa a ditar normas de comportamento que podem ser inscritos nos sonhos fanasiosos dos paraguaios comistas ao seu futuro. O presidente paraguaio que ainda onha com a Ferrovia da Soja, embrou em seu discurso o atado para sua construção, posta mais na utilização do transporte fluvial, enfatizando n seu pronunciamento em oz do Iguaçu que "o principal benefício gerado por

Guia para o mar
de M. de M.
Itaipu é o de proporcionar a navegação de barcas até a instalação ferroviária brasileira, sobre o rio Paraná como as de Presidente Epitácio, e Porto Panorama, onde podem ser alcançados os portos do Oceano Atlântico, como Santos e Paranaguá". Se o Paraguai, com a sua participação em Itaipu, ficou em posição de desvantagem em relação ao Brasil, pelo aumento de sua dívida externa, ele verá seus problemas de caixa ampliados com o caminho para o mar que encontrou agora e que possivelmente, num futuro muito breve, ficará condicionado aos portos de São Paulo, Estado centralizador de toda a economia nacional. O Paraguai terá os mesmos problemas que os Estados brasileiros estão sentindo, com a centralização dos negócios em São Paulo, e este monopólio de atividades mercantins certamente será estendido aos demais países da América Latina, pois o pulmão econômico do Brasil já se considera em condições de formar

novas frentes para alimenta seus lucros. O uso do lago de Itaipu e da bacia do Tiete para a navegação (transporte de cargas e passageiros), inviabiliza a Ferrovia da Soja e abre novas frentes de progresso em detrimento do corredor de exportação montado pelo Paraná a partir de Foz do Iguaçu e Londrina e tendo como destino Paranaguá. O processo de viabilização da utilização do sistema hidrográfico brasileiro pode ser considerado ideal em termos de Brasil e de São Paulo, mas com relação ao Paraná, poderá deslocar o eixo de desenvolvimento e prejudicar todo um processo de consolidação econômica do Estado. O Paraguai, hoje, a Argentina, o Chile e os demais países da América Latina amanhã, terão contato direto com São Paulo, o que tornará os paulistas ainda mais fortes como detentores da centralização da economia nacional, através do maior e mais sofisticado parque industrial da América do Sul.

ANEXO 12

Soluções para Foz

*governo
a descurar
dos cassinos*

A transformação de Foz do Iguaçu em "área de livre comércio para a venda de produtos nacionais", vem sendo pleiteada há muito tempo como compensação para o abandono a que ficou relegada a "capital do turismo" após a queda do movimento de trabalhadores na construção da hidrelétrica de Itaipu. Subordinada a uma exportação que depende do bom-fim dos homens de Brasília e que pode ser maior ou menor em função das barreiras que Argentina e Paraguai podem impor a nossos produtos, Foz do Iguaçu vive hoje a instabilidade econômica amenizada pela exportação em cruzeiros e pelo anúncio da construção da eclusa de Itaipu. As medidas anunciadas como definitivas para ajudar Foz e a região prejudicada pelo alagamento, com o pagamento de "royalties" só serão conquistadas depois da mudança que ocorrer no governo, pois, ultimamente, as medidas federais não tem sido benéficas para o Paraná e muito

menos para Foz do Iguaçu. Praticamente marginalizada no plano de emergência relativo a implantação do jogo no Brasil pois embora seja um centro hoteleiro de respeito, não está no mapa dos cassinos. Foz do Iguaçu precisa encontrar uma saída para a emergência em que se encontra, com graves problemas sociais, desemprego, favelas e dificuldades geradas pela gigantesca Itaipu que após dar empregos e gastar bilhões de cruzeiros, terminou o seu trabalho e simplesmente abandonou seus ex-empregados (das suas empreiteiras) a sua própria sorte. Tivesse o general Costa Cavalcanti e seus companheiros de diretoria de Itaipu um mínimo de sensibilidade e ele estaria empenhado em conseguir a solução para Foz do Iguaçu, ou através da aprovação do projeto de legalização do jogo ou via consolidação de um programa de recomposição da economia local. Um dos passes seria fazer, como fez o Paraguai com Presidente Stroessner, de Foz do Iguaçu uma Zona Franca,

mas esta medida parece encontrar dificuldades de aprovação na área econômica do Governo que só beneficiou Manaus, e assim mesmo com a justificativa de transformar a Amazônia numa área industrializada com a facilitação da ação das multinacionais, maiores beneficiárias da lei de execução. Com relação a Foz do Iguaçu, o governo tem se mostrado não receptivo às teses que visam melhorar as condições do município e de seus empresários, e com o advento de Itaipu, além de perder sua autonomia administrativa e política, se transformou numa espécie de "ovelha desgarrada" do rebanho brasileiro. Seria preciso que para o próximo ano seus líderes se mobilizassem para encontrar o apoio de Tancredo Neves para o principal município do turismo internacional, antes que se implante uma cataratas artificial em Minas, a exemplo do que se fez com o café do Norte do Paraná, transferido por um ministro mineiro para as lavours das Alterosas.

ANEXO 13

ra 12 de dezembro de 1984

editorial*Utilizar o Lago para transporte e Turismo***Itaipu é o nosso mar**

Os fatos importantes marcaram a existência do Lago de Itaipu, esta segunda-feira, quando no momento em que era entregue os setores de produção e exportação de grãos do Oeste do Paraná, o Porto Fluvial de Santa Helena, afundava, na travessia ao Paraguai para o Brasil, em Porto Britânia, uma embarcação com passageiros, causando quatro mortes instantâneas. O desenrolar dos negócios e o melhor aproveitamento do transporte fluvial, contrastaram com o impacto da tragédia, mas é preciso completar o raciocínio afirmando que o Lago de Itaipu passa a ser parte integrante de nosso cotidiano e como tal deve passar a pertencer ao dia-a-dia da vida oesteana.

Passamos a usar o Lago de Itaipu como uma estrada para o transporte de passageiros e de cargas, transporte esse, que segundo cálculos feitos pelos técnicos da Meca, é infinitamen-

te mais barato que o efetuado através de rodovias. Para que se tenha idéia, para transportar duas mil toneladas de grãos, o equivalente a 60 caminhões carregados, um rebocador utiliza o combustível usado por dois Scania, representando, portanto, uma economia que mesmo com o acréscimo de quilômetros nos trajetos, diminui consideravelmente o preço final do frete. Mesmo com o Brasil ainda não integrado por um sistema de hidrovias e ferrovias que diminua consideravelmente o custo do transporte, principalmente porque nossas estradas de ferro são desaparelhadas e insuficientes, o fato é que a ligação através de hidrovias entre pontos distantes, será a forma mais inteligente de aproveitar vias de escoamento que não tem custo de construção e de manutenção. Quanto a tragédia de Porto Britânia, ela é mais resultante

da ganância dos barqueiros que da falta de fiscalização. Se analisarmos com bastante cuidado o problema do transporte de passageiros, tanto em nossos rios como nos pontos turísticos, verificaremos que existe uma certa displicência na utilização dos sistemas de navegação, com barcos inadequados e sem as condições ideais de segurança. As tragédias que tem ocorrido, nas travessias do lago e dos rios, são consequências desta diferença e da falta de informações sobre as conclusões dos inquéritos administrativos instaurados para verificar as condições destes desastres. No caso presente, é evidente que o barqueiro não havia tomado as providências de rotina e a morte de quatro pessoas é infelizmente mais um número para ser colocado na estatística da imprevidência e da irresponsabilidade.

ANEXO 14

editorial

Santa Helena faz a hora

A iniciativa do prefeito Naudé Pedro Prates, ao construir o Porto Fluvial de Santa Helena e iniciar o carregamento de barcas em seu município, deve ser aplaudida como a demonstração de que os homens públicos, quando tem visão dos problemas e quando sabem investir no futuro, mudam os destinos de suas populações. Foi a abnegação e a decisiva posição do prefeito que impediu a transformação de Santa Helena num deserto, pois, fosse o povo helenense aceitar os conselhos dos arautos do Apocalipse e teria, migrado como muitas pessoas fizeram, transformando a cidade num "fantasma". Naudé, mesmo diante da adversidade política e dos impedimentos colocados a sua frente pelos que não desejavam ver esperança no futuro de Santa Helena, partiu em busca das opções que a vocação de seu município exigia, primeiro

criando uma área de lazer que já é uma atração turística dos fins de semana do Oeste e agora acionando o Porto de Santa Helena, que deve movimentar milhares de toneladas de grãos, inicialmente, e que numa segunda etapa deve receber todo combustível destinado aos municípios do Oeste. Santa Helena perdeu grande parte de seu território mas se encontra em franca recuperação e com o asfaltamento do trecho de 15 quilômetros que falta (último segmento da PR-317), estará integrada definitivamente como centro de turismo e lazer do Oeste do Paraná, podendo receber turistas vindos de Guaíra, Toledo, Cândido Rondon, Mato Grosso do Sul, além dos que utilizam a ligação via Vera Cruz do Oeste. Ainda em Santa Helena, quando da entrega do porto, o secretário de Transportes, Denny Lineu Schwartz anunciou que tão logo

sejam liberados os recursos do Prodopar a ligação asfáltica será terminada, pois toda a rodovia (a exceção do pequeno trecho) já se encontra asfaltada. Para a população de Santa Helena a certeza de que a imaginação criadora das autoridades municipais funciona como uma nova alternativa para o município, é a melhor garantia para as mudanças que deverão ocorrer no Oeste do Paraná, hoje um centro agroindustrial em expansão amanhã, com o Lago de Itaipu e as riquezas turísticas que aqui existem, transformado também num grande centro de lazer e de turismo. O Oeste, através de homens como o prefeito Naudé Prates, não espera a hora e faz acontecer as mudanças econômicas que fixarão sua população na área e farão com que o progresso volte com os escombros da devastação que Itaipu fez em nossas terras agrícolas.

9 a 10 mil hectares

ANEXO 15

Um Natal para poucos

*retorno
Odisseus
de dificuldades*

O Natal de 1.984, que hoje passamos a viver com todos os requintes desta festa do mundo ocidental, já se constitui num fato fora do quadro recessivo que afetou a vida do brasileiro nos últimos quatro anos. O próximo Natal já será vivido sob a égide de outro governo e possivelmente, de outra filosofia de trabalho. Superamos, em 84, a barreira da recessão sem, no entanto, conseguir segurar a fita elástica do metro inflacionário. Mas o País vive uma fase nova. Os grandes investimentos que nos levaram a esta fase de dificuldades estão praticamente terminados. Não dependeremos, no próximo ano, de mais recursos para obras como Tucuruí, Itaipu, siderúrgica, metrô, e ao contrário, estes empreendimentos que foram devoradores de recursos, começam agora a apresentar, o refluxo gerando receitas e melhorando as condições gerais do País.

*começam a gerar
dinheiro
unidades*

Não fosse o corte do Fundão, e hoje até os municípios já estariam apresentando melhores resultados com suas arrecadações, pois houve, em função das melhorias das condições do País e de algumas mudanças na legislação tributária, uma mudança considerável no comportamento das arrecadações municipais. Note-se que muitos prefeitos vivem hoje as dificuldades do dinheiro em caixa e da falta de rubricas para a aplicação de recursos, o que, em última análise, demonstra que os tesouros municipais arrecadaram mais do que haviam previsto.

No mais, o Natal será igual para todos, e os que melhores presentes de Papai Noel recebem do governo, são exatamente os que mais prejudicaram o País, nestes últimos anos. O Conselho Monetário Nacional, por exemplo, foi o Papai Noel dos frigoríficos, ajeitando a vida deste setor do

País; os consumidores de gasolina e álcool e os transportadores em gerais continuam financiando a incompetência da Previdência Social; os membros do CIP-SEAP, continuam permitindo o aumento proibitivo dos preços; a indústria de fertilizantes vai continuar sonegando ICM e recebendo benefícios dos governos estaduais; a suinocultura, em compensação, está escalada para ir a falência, pelos pesados tributos a ela reservados. Enfim, o Natal também é muito bom para 300 famílias que receberão financiamentos para o plantio no cerrado num total de US\$ 180 milhões, ou, melhor, 540 bilhões de cruzeiros, futuro de um acordo de Brasília, com Tóquio. O que mostra que no Brasil só não se faz Reforma Agrária porque, com estas 300 famílias, alguns brasileiros são os privilegiados de um País que no ano que vem pode mudar tudo e distribuir melhor as rendas nacionais.

Fortalecer os pequenos

O Oeste do Paraná pode dar um grande suspiro de alívio pela conquista da Região Metropolitana de Cascavel, sonho de três décadas que se realiza, mas também precisa haurir bastante fôlego para dar contas das tarefas que virão, que não serão fáceis, rápidas ou mágicas. Em princípio não haveria necessidade de criar uma outra RM em Foz do Iguaçu, na medida em que a fronteira reclama providências que devem ir além disso, na condição de cidade conurbada numa tríplice fronteira. Foz do Iguaçu, a rigor, e com todos os méritos, deveria ser considerada a menina dos olhos do Brasil.

A presença da poderosa Itaipu, praticamente um Estado dentro do Estado – o diretor-geral Jorge Samek não a troca por nenhuma secretaria de Estado ou ministério –, já configura uma virtual RM. De qualquer forma, a excelente representatividade de Foz na Assembleia Legislativa talvez consiga repartir a RM de Cascavel em duas, o que logo de saída apenas vai diluir os recursos que possam ser canalizados para região em seu conjunto.

O mais importante é que os pequenos municípios ao redor

dos pólos sejam fortalecidos, pois esse é o propósito da nova política de desenvolvimento urbano cunhada pelo secretário Luiz Forte Neto. A RM não vem para concentrar ainda mais um pólo, mas para desmontá-lo de seus acúmulos. Foz do Iguaçu está encravada numa quina do país e do Estado e sua metropolização está mais ligada aos países vizinhos que aos demais municípios da microrregião Oeste. Com exceção de Santa Terezinha de Itaipu, a antiga Criciúma, Foz pouca identidade tem com outros municípios oestinos a não ser o aproveitamento dos recursos turísticos da vizinhança com Itaipu e seu lago. Nesse caso, mais sentido haveria em criar uma RM em Medianeira, que está no centro da chamada Rota Oeste, ou, principalmente, Toledo, que encabeça o trapézio formado pela antiga Fazenda Britânia/Maripá.

O menos importante, em todo esse processo, é o centropólo. A RM precisa desconcentrá-lo para que não sofra tanto com os encargos atuais, uma vez que a natural concentração de serviços públicos e seu amplo setor de comércio e prestação de serviços atraem para ele as populações do entorno, para

o bem e para o mal. E para ambos se requer uma política metropolitana. Tanto para desconcentrar ao máximo aquilo que hoje é mal quanto para fortalecer os municípios do entorno para que eles também progressam. Só assim as melhores consequências desse progresso poderão também advir para as cidades-pólo. É melhor para Foz e Cascavel receber visitantes com dinheiro no bolso que gente expulsa dos pequenos municípios por falta de oportunidades.

Sem amenizar o peso que há sobre os pólos, sequer haveria sentido em criar RMs. Sua principal finalidade deve ser dar força e estímulo aos pequenos municípios, hoje sufocados por um baixo IDH, com exceção daqueles ligados ao virtua “Estado no Estado” de Itaipu que por si só é uma ampla Região Metropolitana. Se a AL julgar melhor pulverizar recursos entre várias RMs com perda de funcionalidade por conta da divisão, só restará aos conselhos deliberativo e consultivo de cada uma administrar a escassez frustrando as fundadas expectativas que existem neste momento em torno das, em princípio três RMs do interior.

Na ponta do lápis

O Oeste do Paraná ainda se conhece muito pouco. A inútil e absurda polêmica responsável pelo atraso na criação da Região Metropolitana de Cascavel foi mais um desses exemplos em que a falta de conhecimento prevaleceu sobre a realidade. Daí a enorme importância da recente pesquisa dos professores Jandir Ferreira de Lima, Jefferson Andronio Staduto e Weimar Freire da Rocha Jr, pesquisadores do Colegiado de Economia da Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste), mostrando o potencial de mercado dos municípios do Oeste do Paraná e seus gargalos econômicos.

Menos que o ranking elaborado para apresentar os municípios da região com maior promessa de retorno aos investimentos, embora esse tenha sido o item da pesquisa que mais chamou a atenção, seu maior valor está em não apenas demonstrar as potencialidades econômicas da região, mas também em definir os gargalos, ou seja, os obstáculos à plena concretização desse potencial. Também nesse caso, como de resto para o Estado e para o país, sempre tínhamos ótimos diagnósticos – sabemos que órgãos estão saudáveis e quais estão abala-

dos ou doentes –, mas nem sempre aplicamos os melhores remédios.

Diagnósticos já tivemos pelo menos uma dúzia da mais alta qualidade desde que, em 1988, o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio (Sindec) promoveu o I Seminário de Estudos dos Problemas Prioritários de Cascavel, seguido, em 1989, por sua versão empresarial, sob o comando da Acic – o seminário “O Futuro de Cascavel – Perspectivas”, redundando, em 1991, no Programa Oeste Modernidade, desenvolvido por iniciativa da Unioeste, Amop, Acamop, Caciopar, Itaipu, Sebrae, Seic, Ocepar, Cotriguaçu e outras entidades. Este, aliás, deveria ser o momento em que o bairrismo tacanho deveria já ter cedido espaço à integração regional.

Como a preocupação da atual pesquisa foi não apenas diagnosticar mas também sugerir remédios, os cumprimentos por esse importante trabalho devem ser endereçados aos seus executores e também à feliz iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Toledo (Acit), que proveu os professores de meios para promover seu amplo estudo.

Não é preciso detalhar as causas de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo se constituírem nos municípios-pólo da região. Basta lembrar que Foz do Iguaçu é o município-mãe de todos os demais, Cascavel é hoje um entroncamento rododiferroviário. Toledo foi a cabeça de um dos mais bem-sucedidos projetos de colonização já promovidos no mundo.

É fundamental na pesquisa a constatação da emergência de dois fortes corredores de desenvolvimento. O primeiro é formado pelos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste, Catanduvas, Guaraniáçu e Cascavel, todos ao longo da BR-277. O segundo corredor envolve Cascavel, Toledo, Palotina, Maripá, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon e Assis Chateaubriand. Os pesquisadores apontam para o fato inequívoco de que esses corredores estão geograficamente interligados e, naturalmente, Cascavel é o elemento comum aos dois. Se nada mais evidente fosse necessário, só esse dado justificaria a imediata implantação da Região Metropolitana de Cascavel.

Dividir para multiplicar

Quando surgiu a Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná (Caciopar), em histórico encontro empresarial promovido pela Acic, em abril de 1976, sob a presidência de Hylo Bresolin, havia apenas cinco ACIs no Oeste paranaense. Até então, as ACIs do Paraná não possuíam coordenadorias regionais. A proposta da Caciopar surgiu para dar mais força à região e ela se concretizou cabalmente. Hoje, há dez vezes mais entidades congêneres na região e há outras coordenadorias similares nas demais regiões do Estado.

A recente eleição do empresário Lenecir José Benacchio, de Santa Helena, para presidir a Caciopar, sucedendo ao empresário iguaçuense Valentin Nadal da Silva, vai trazer uma inflexão à entidade: no passado, cinco associações formaram uma entidade geral, e hoje a entidade geral prepara a formação de sete núcleos. Fica muito claro, portanto, que a entidade geral cresceu a tal ponto que ela hoje não só compreende a imensa necessidade de dar coesão ao

conjunto da região: ela também entende que há sete pólos diferenciados no contexto regional e que todos eles também precisam ter força, compreender por sua vez as especificidades de cada um e não deixar de fora das lutas gerais da região nenhuma bandeira que interessar ao conjunto, a cada pólo e a cada ACI integrante do sistema.

Essa compreensão não é repentina nem decorrente do famoso "estalo de Vieira". Ela resulta de uma observação sistemática e cotidiana da realidade regional e paranaense. Nesses dias em que o futuro das nossas comunidades está em jogo como jamais ocorreu anteriormente, não é sem sentido o rol de avanços programados para o desenvolvimento da nova gestão da Caciopar, que também tem como vices-presidentes Guido Bresolin Jr, atual presidente da Acic, e Kaled Nakka, de Vera Cruz do Oeste.

É justamente agora que os indicadores nacionais da educação apontam um município do Oeste como o mais carente em educação básica - Ramilândia - ao mesmo tempo em que os in-

dices econômicos mostram a força do agronegócio regional, Itaipu completa sua grandiosidade energética, discute-se apaixonadamente a metropolização trinacional de Foz do Iguaçu e o terceiro eixo de desenvolvimento do Paraná, no trapézio formado por Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Guaíra. Percebe-se, apenas por esse rápido esboço do que se discute no Oeste paranaense, o quanto e quão diferenciadas são as bandeiras oestinas. Há um evidente choque entre a excelência da educação em Ibema e o sofrimento da comunidade de Ramilândia. Do ponto de vista cultural e histórico, não há quase nada que possa permitir comparações muito estreitas entre as realidades de Nova Santa Rosa e de Itaipulândia.

Daí o acerto da Caciopar em formar seus sete novos pólos de organização. Será como a criação de mais sete "Caciopares" com atuação permanente e atenta às especificidades dos municípios da região, dividindo por sete um conjunto de ACIs que se multiplicou por dez.

ANEXO 19

Verbo necessário

O movimento, a evolução, o impulso para frente são características fundamentais dos organismos vivos. A vida abomina a inércia. A decisão da Caciopar de criar sete núcleos para dinamizar as atividades da entidade, que reúne quase 50 associações comerciais e industriais do Oeste paranaense, faz parte desse impulso que visa à evolução. A Caciopar, ao lado da Inioeste, da Itaipu Binacional e outras organizações públicas e privadas de caráter regional, tem sido um instrumento importante de defesa dos interesses da região, que são também os interesses do Paraná e do Brasil.

Os avanços programados pela Caciopar surgem no momento em que nossa comunidade mais reclama a conquista de avanços, como uma correta compreensão da extrema complexidade da metropolização de Foz do Iguaçu e a necessidade de entender Cascavel além dos esquemas tecnocráticos. O caráter estratégico de Cascavel exige o aeroporto regional, pois o eixo Cascavel-Toledo é irreversível, uma grande conquista das

duas cidades; exige seu status de sede de Região Metropolitana; e exige os ramais ferroviários a Foz do Iguaçu e Guaíra. O verbo é exatamente esse: exigir.

Neste momento, em que estão sendo postos abaixo enormes esquemas de corrupção na esfera governamental – um trabalho que, a rigor, apenas começou –, cresce ainda mais o papel do empresariado e das forças organizadas da população. Cumpre-nos, cidadãos, reclamar o redirecionamento da ação e dos recursos oficiais. Não mais a drenagem de dinheiro público para os bolsos de políticos criminosos, mas aplicação em obras e serviços que atendam aos direitos humanos, dentre os quais o direito ao trabalho e ao emprego, através da disponibilização da infra-estrutura necessária para a dinamização da economia. A cidadania precisa de fato se levantar para passar definitivamente a limpo este país. E essa tarefa exige ações de organização e aperfeiçoamento como as iniciativas anunciadas pela nova direção da Caciopar e que passarão a ser implementadas a partir da reunião

prevista para o início de junho.

Será igualmente importante a reunião marcada para esta sexta-feira no campus da Unioeste, em Guaíra, para examinar o plano de expansão da Ferrovia do Oeste e Nordeste do Paraná, Cone Sul do Mato Grosso do Sul e Departamento de Canindeyú (Paraguai). Será para alcançar Foz do Iguaçu e fazer a conexão futura com a ferrovia paraguaia, seja para permitir a ligação com Dourados (MS), através do ramal Guaíra, essa bifurcação da ferrovia é imprescindível para complementação da infra-estrutura de transportes do Paraná e do Oeste brasileiro. Trata-se de uma obra com quase um século e meio de atraso, pois já em 1883, depois de longos estudos, o Plano Viário do Império estabeleceu como prioridade ligar o litoral paranaense ao Paraguai. Justamente por isso, e inclusive por já haver até projeto concluído, não há mais porque tardar com uma obra tão essencial. Também aqui não há outro verbo a empregar a não ser este – exigir.

